

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O HISTORIADOR E O AGENTE DA HISTÓRIA: OS EMBATES POLÍTICOS
TRAVADOS NO CURSO DE HISTÓRIA DA FACULDADE NACIONAL DE
FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (1959-1969)

LUDMILA GAMA PEREIRA

NITERÓI
2010

P436 Pereira, Ludmila Gama.
O historiador e o agente da história: os embates políticos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969) / Ludmila Gama Pereira. – 2010.
152 f.
Orientador: Marcos Alvito Pereira de Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
Bibliografia: f. 150-152.

1. Universidade e faculdade - Aspecto histórico - Brasil. 2. Universidade do Brasil. Faculdade Nacional de Filosofia. 3. Governo militar, 1964-1985. 4. Historiador - Brasil. I. Souza, Marcos Alvito Pereira de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 378.81

O HISTORIADOR E O AGENTE DA HISTÓRIA: OS EMBATES POLÍTICOS
TRAVADOS NO CURSO DE HISTÓRIA DA FACULDADE NACIONAL DE
FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (1959-1969)

LUDMILA GAMA PEREIRA

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História, da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS ALVITO PEREIRA DE SOUZA

NITERÓI
2010

LUDMILA GAMA PEREIRA

O HISTORIADOR E O AGENTE DA HISTÓRIA: OS EMBATES POLÍTICOS
TRAVADOS NO CURSO DE HISTÓRIA DA FACULDADE NACIONAL DE
FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (1959-1969)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História, da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Aprovado em

de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. MARCOS ALVITO PEREIRA DE SOUZA
UFF

Prof.Dr. MARCELO BADARÓ MATTOS
UFF

Prof^a.Dr^a. VIRGÍNIA FONTES
UFF

Prof. Dr. ROBERTO LEHER
UFRJ

NITERÓI
2010

RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre a atuação política dos professores de História da Universidade do Brasil entre os anos de 1959 a 1969. No fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta, a FNFi passaria por momentos de diversos embates políticos que teriam uma fase crescente a partir da posse de João Goulart, em 1961, e os debates sobre as reformas de base.

A discussão sobre o fazer do historiador e a relação com sua própria realidade social tomaria espaço a partir de 1961, com a criação da APUH e os debates travados nos seus simpósios. No caso da FNFi, a discussão sobre a atualização dos livros didáticos e a epistemologia no campo da História teria espaço, principalmente, na revista chamada *Boletim de História*, criada pelos estudantes do curso de História da Faculdade.

Com as diversas mobilizações e greves estudantis, a influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Partido Comunista Brasileiro, a FNFi foi vista como um espaço aberto à subversão para os conspiradores do golpe de 1964. Portanto, a Faculdade sofreria com as cassações e prisões de alguns de seus professores, principalmente a partir de denúncias que partiam também do corpo docente da Faculdade. Tal movimento culminaria no desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia e, posteriormente, na aposentadoria forçada de alguns professores, a partir do AI.5.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research on the political performance of the History's professors from Faculdade Nacional de Filosofia of Universidade do Brasil (FNFi between the years of 1959 at 1969. In the end of the Fifties and beginning of the Sixties, FNFi had moments of numerous political conflicts, which would have an increasing moment after João Goulart's ownership in 1961 and the debates on the Reformas de Base.

The quarrel on historian's work and the relation with its proper social reality became stronger after 1961, year of the creation of Associação dos Professores Universitários de História (APUH) and the debates which happened in its symposiums. In the case of FNFi, the quarrel on the update of didactic books and the epistemological field of History took place with *Boletim de História*, created by students of the course of History from FNFi.

With the numerous mobilizations and student's strikes, the influence of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) and the Partido Comunista Brasileiro, the FNFi was seen as an open space to the subversion for the conspirators of 1964. Therefore, FNFi would suffer with the disabilities and arrests of some professors based on denunciations of other professors who worked in there. Such movement would culminate later in the dismemberment of Faculdade Nacional de Filosofia and the forced retirement of some professors after the A.I. 5.

"Marcelo aprendeu que a solidão é a penalidade extra conferida aos que o Estado identificou como inimigos políticos. Ela os marginaliza facilitando a sua identificação sempre que forem necessárias novas inconfidências ou os testemunhos publicitários de um arrependimento redentor... (...)O espaço aberto era preenchido rapidamente pelos filhos do Medo, completando internamente a obra desfibradora quando Marcelo se abriu à aceitação da Culpa e liberou as incoerências do seu viver pessoal. Ao obter essa primeira concessão, os algozes estavam com a partida ganha: o resto era uma questão de eficiência técnica e, isto, o Estado lhes assegurava à perfeição. O processo castrados fora concluído. Os esbirros noturnos que encapuçam por destruir as referências confortadoras de tempo e de espaço, podiam retornar a seus lares. Deixavam de ser os filhos da Treva, que agoniza e protege, para assumir a identidade tranquila de chefes de família, de vizinhos sorridentes, com a consciência do dever cumprido e aguardar a escalada promocional pisando com segurança novos degraus-marcelos.

O nosso personagem passava agora ao controle de outros agentes de segurança, portadores de eficiência nunca desmentida, na medida em que duplicada e reforçada por projeções de um Eu fragmentado: a insegurança das oportunidades reticentemente songadas, o vazio dos que se afastam negando o recurso à auto-identificação exterior que é o primeiro passo inseguro dos que retornam à normalidade do cotidiano. O medo à confiança que pode acarretar uma volta às violências e, em grau igualmente doloroso, o sentir que o relato daqueles momentos de pesadelo é acolhido medrosamente, com palavras evasivas, quando não os recebe a incredulidade omissa, cumpririam suas funções amansadoras."

*Manoel Maurício de Albuquerque – O Labirinto dos Espelhos –
Mestre Escola bem-amado, Historiador Maldito.*

À responsável pela minha força, minha humanidade,
Lais Célia Gama Pereira.

Agradecimentos

Dois anos se passaram e muitos foram os responsáveis para que esta dissertação passasse de uma possibilidade para sua materialização. Se “um é dez mil”, como diria Heráclito, além de meus muitos eus, eu sou muitos outros, exteriores a mim, mas que se tornam quase que vitais a minha alegria, segurança, força e consolo diante dos enfrentamentos de nossos dias.

Agradeço primeiramente aos meus orientadores, Marcelo Badaró e Marcos Alvito Pereira pela dedicação e paciência em todos os meus momentos de confusão e dúvidas e que se engajaram no desafio de uma orientação a quatro mãos, me amparando para que o trabalho estivesse mais completo a partir das múltiplas questões e múltiplas soluções trazidas no decorrer da orientação.

Ao Marcos Alvito, que principalmente me ensinou desde a graduação a dimensão afetiva do trabalho de um historiador. Incentivou também a minha autonomia e desprendimento para colocar na dissertação a dimensão da beleza das vidas dos que se envolveram nos acontecimentos históricos dos quais a pesquisa se refere, me mostrando o cuidado devido às entrevistas e as lembranças destas pessoas.

Ao Marcelo Badaró, agradeço principalmente toda a paciência diante das minhas questões e inseguranças ao longo de três anos – desde a monografia – e a calma e disponibilidade para entender todas as minhas dúvidas, os desafios que se colocavam no decorrer da pesquisa e todo o crédito que me concedia em cada palavra de incentivo e conforto, sempre afirmando que tudo terminaria bem.

Aos membros de minha banca de Qualificação Virgínia Fontes e Roberto Leher pelo cuidado na leitura e pelas questões pertinentes à minha pesquisa.

Ao Adolpho, que se materializou no perfeito entendimento do que significa ser companheiro, se dedicando desde o começo desta jornada a revisar cada palavra de todos os meus trabalhos e me transbordando de amor e coragem diante da vida.

À minha família, por todo o apoio. São eles Lais, Aroldo, Celinha, Thais, Kamila, Márcio e Wania.

Aos meus amigos que compartilharam cada angústia e cada força e que sempre serão agraciados. Meus queridos: Larissa, Vanessa, Luiz, Bruno, Hugo, Fernanda, Fábio, Camila, Rafaela, Tania, Cleide, Ivan Martins, Ivan Gomes, Leonardo Lusitano, Leonardo Leitão, Eduardo, Lucrécia, Luiz Anselmo e Aline.

Aos meus queridos companheiros de militância no Coletivo Marxista, que contribuíram para o aprofundamento de minha crítica, da intensidade das minhas lutas e do entendimento do meu papel como agente da transformação. São eles: Gabriel, Leila, Vera, Luiz, Gustavo, Thiago, Elielson, Vivian, Cinthia, Leonardo e Maria.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa, que me foi de grande valia na objetivação da pesquisa.

Aos funcionários da APERJ e do PROEDES-UFRJ, que sempre encontraram meios – possíveis e eles - para facilitar meu acesso às fontes.

Aos meus professores entrevistados, que me emocionaram e me trouxeram a dimensão da importância dos acontecimentos em suas vidas e diversas dicas para que meu trabalho ficasse o mais completo possível. À Cecília Coimbra, Eulália Lobo, Ciro Cardoso, Francisco Falcon e Rubim Leão de Aquino.

SUMÁRIO

Introdução	12
Cap.I - FNFi: Origem e consolidação do espaço universitário	19
1.1 - Fundação e Estrutura da FNFi: De sua fundação autoritária à suposta autonomia universitária	19
1.2 - A FNFi no começo dos anos sessenta: Polêmicas em torno de um projeto para a Universidade	33
Cap.II - A construção do saber histórico e o debate sobre a realidade brasileira na Universidade do Brasil (1959-1963)	49
2.1 - Da renovação do ensino secundário à reflexão crítica sobre a realidade social: o Centro de Estudos de História e o <i>Boletim de História</i> nos anos de 1958 a 1963	50
2.2 - O ISEB e o projeto História Nova do Brasil: Os homens da história como agentes históricos	63
2.3 - O começo da organização dos professores e a criação da A.P.U.H.: Os Simpósios dos Professores Universitários de História nos anos de 1961 e 1962	72
Cap.III - O golpe civil-militar e a FNFi: A tentativa de controle da “subversão universitária” (1964-1969)	88
3.1- A repressão na FNFi: A atuação da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB)	88
3.2 - Universidade, Estado e Repressão: Análise sobre o regime militar e seu aspecto punitivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro	111
3.3 - Os projetos de reforma universitária do regime militar, o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia e a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (1965-1969)	124
Conclusão	142
Bibliografia	150

Introdução

O papel de intelectuais frente à realidade social e histórica sempre foi tema polêmico entre estes mesmos. Ora, como refletir sobre si mesmo, quando o intelectual torna-se reconhecido socialmente como agente de seu próprio pensar? Esta pesquisa pretende atravessar a discussão sobre o papel social do intelectual inserido nas universidades brasileiras dos anos sessenta. Para isso, torna-se necessário demonstrar que o pressuposto teórico desta pesquisa é tomar intelectuais não como seres neutros que se articulam, pensam e produzem conhecimento a partir de uma perspectiva comprometida somente com a produção científica. Definitivamente, pretendemos tratar a questão a partir de uma concepção que insere a ciência e seus agentes em conflitos, em um contexto hegemônico de um positivismo/empiricismo que pretende se afastar de qualquer ontologia que o orienta. Quero dizer, pensar os professores de História da Faculdade Nacional de Filosofia nos anos cinquenta e sessenta é pensar também como a maioria de seus docentes percebiam sua própria concepção de História, que seria necessariamente descritiva e neutra, afastada de qualquer pressuposto ontológico. Portanto, esta pesquisa pretende demonstrar os falsos problemas que marcam um afastamento entre posicionamentos políticos e a academia naquele contexto.

A escolha de estudar os professores de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil nos anos sessenta surgiu de uma preocupação particular: trazer contribuições analíticas sobre intelectuais universitários que atravessados por conflitos de classes, se envolvem em questões sociais de seu próprio tempo. Seja afirmando uma posição de distanciamento, que em si já se estabelece com sua ontologia e ratificação do projeto político hegemônico, ou uma proposta de transformação a partir de um novo projeto político social, ambos os posicionamentos são atravessados por vontades coletivas em conflito. Essa noção de alcance da verdade propagada pelo positivismo hegemônico na construção do saber em História no Brasil do começo do século XX tenta limpar a ciência de qualquer dimensão social, tanto em seus objetivos quanto em suas interferências. Mario Duayer, ao criticar as concepções contemporâneas que criticam a ciência e seu papel de entendimento do real, demonstra como tal compreensão torna-se o espelho inverso de sua própria crítica. Para Duayer, trata-se de uma outra forma de silenciar a questão ontológica na ciência, tomando a realidade social como caótica e ininteligível:

“Pois, como se disse, é tributária da concepção de que o nosso saber sobre o mundo consiste de construtos. Malhas de crença, para usar outro termo ao gosto da época, que, ao delinear para nós uma imagem do mundo, são indispensáveis de fato para que possamos nele transitar, reproduzir a nossa vida. Eficácia operatória, entretanto, que nada tem a ver com a apreensão correta, verossímil, do mundo tal como é em si. Em outras palavras, sob tal perspectiva as nossas concepções ontológicas, a despeito de imprescindíveis e necessárias em todos os âmbitos da vida humano-social, são simplesmente construções arbitrárias dos sujeitos, projeções sobre o mundo de seus interesses socio-historicamente contingentes. A adequação empírica de nossos esquemas e concepções ontológicas, para dizê-lo de outro modo, nada tem a ver com sua verdade, mas simplesmente com sua utilidade para nós, enquanto síntese figurativas de nosso repertório cognitivo necessárias à produção e reprodução da vida individual e social.

Não requer muito esforço para perceber que, como refutação da tradição positivista, tal crítica, apesar do muito ruído de seus motores, patina mais do que se desloca. Não sai dos arredores da posição que pretendia criticar. Contra as injunções antimetafísicas da tradição positivista, insiste no caráter difuso da ontologia, da metafísica. Entretanto, ao relativizá-la, dispensa-lhe a mesma atenção que lhe concedia o positivismo, a saber, nenhuma. Visto que nega a possibilidade do conhecimento objetivo, está constrangida a adotar o mesmo critério do positivismo para justificar o conhecimento científico – a adequação empírica.”¹

Tal concepção acerca da busca do conhecimento norteará a pesquisa histórica da atuação intelectual e política dos professores de História da FNF_i nos anos sessenta, considerando não somente como estes se auto-representam, mas sim em suas atuações dentro e fora da universidade.

A proposta inicial da pesquisa seria tomar o período do regime militar (1964-1985) como contexto cronológico de análise dos professores de História atuantes dentro da FNF_i. No entanto, com o aprofundamento da pesquisa e orientação, tornou-se necessário demonstrar quais questões estavam envolvidas na repressão do golpe civil-militar sobre a FNF_i. Para isso, era fundamental analisar a Faculdade anteriormente ao golpe, definindo assim, quais seriam as explicações para que a FNF_i se tornasse uma das faculdades que mais sofreu com a repressão no país. Mais do que isso, a análise cronológica de todo o regime militar tem suas peculiaridades que precisam ser analisadas também a partir de suas diferenças. Por isso, ao pensarmos a aposentadoria, prisão e tortura de professores e estudantes da Faculdade, devemos considerar diferenças claras entre o momento do golpe, a promulgação do AI5 e o fim dos anos setenta e começo dos anos oitenta e a discussão sobre a Anistia. Nos limites de uma dissertação de mestrado, esta pesquisa considerou o fim dos anos cinquenta e os anos sessenta como contexto histórico privilegiado para a análise.

¹ Cf. Mário Duayer, *Ontologia na ciência econômica: realismo ou ceticismo instrumental?* Niterói: UFF/ Departamento de Economia, 2003. Mimeograf.

Seguindo tal direção, no primeiro capítulo, pretendo analisar a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, no ano de 1939. Torna-se necessário o aprofundamento de tal questão, pois, a forma de ingresso dos docentes e o estabelecimento dos órgãos deliberativos da Faculdade, ajudam a esclarecer em quais condições e em quais espaços as polêmicas e os consensos dentro da FNF*i* se materializavam. A Faculdade Nacional de Filosofia nasce em meio ao Estado Novo e torna-se uma faculdade diretamente submetida ao Estado. O seu corpo docente seria indicado diretamente pelo governo federal e mais tarde, seriam abertos os concursos para que a maioria desses professores se tornassem catedráticos vitalícios até o desmembramento da FNF*i* em 1968. Neste capítulo também, pretendo discutir o papel fundamental que tem o sistema de cátedra para o controle e manutenção do poder nas mãos das instâncias deliberativas dentro da Faculdade e os diversos conflitos que advêm dessa estrutura por parte dos estudantes e até mesmo professores. No entanto, para a análise da estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia, a discussão toma aspectos gerais principalmente a partir da discussão de Maria de Lourdes Fávero, Florestan Fernandes e Nikos Poulantzas, na análise da relação entre Estado e Universidade, demonstrando qual o papel que os modelos de universidades conglomeradas criados a partir dos anos trinta teriam a cumprir para a hegemonia de um determinado projeto de classe.

Além da discussão sobre a estrutura administrativa da FNF*i*, o primeiro capítulo pretende trazer a dimensão do que era a Faculdade Nacional de Filosofia em sua forma geral, no fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta. Para isso, por mais que a análise seja focada nos professores e estudantes do curso de História, é impossível descolá-los de sua atuação na Congregação e no Conselho Departamental (órgãos da administração da Faculdade ocupados por professores) e o Diretório Acadêmico da FNF*i* (que agrega todos os estudantes dos cursos oferecidos pela Faculdade).

Neste capítulo, as fontes utilizadas foram as atas do Conselho Departamental e da Congregação, entrevistas com estudantes e professores do curso de História daquela época e livros publicados por estudantes da época sobre a FNF*i*. A diversificação da natureza das fontes torna-se elemento fundamental para a análise crítica e confrontação de suas perspectivas. As discussões descritas nas atas serão fundamentais para a análise dos conflitos e embates entre projetos de universidade entre os catedráticos e também

demonstram a visão dos professores – e até mesmo de estudantes – frente às mobilizações estudantis que se aprofundam a partir da década de sessenta.

As entrevistas e os livros publicados por estudantes daquela época e suas experiências trazem a dimensão dos conflitos e alianças entre professores e entre professores e estudantes. As entrevistas têm uma dupla dimensão. Segundo Alessandro Portelli², a fonte oral traz uma grande especificidade, pois, lida diretamente com pessoas que não adaptariam sua memória às “necessidades” do pesquisador. No entanto, é necessário atentar que o maior erro no método da recuperação da memória e de fontes orais é justamente a idéia ingênua de que o testemunho traz a verdade acerca de um acontecimento e outro equívoco, bem comum, é o que destaca a diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual. Pois, para este último, o intelectual é o agente analítico para moldar as fontes. Ambas interpretações norteiam a idéia de que a objetividade está na fonte ou nos cientistas sociais ditos “neutros”. A subjetividade torna-se uma pedra no sapato para a criação de fatos objetivos, no entanto, é importante pensar que contar os fatos já é interpretar, o que pressupõe uma subjetividade e tentar objetivar em absoluto tais testemunhos é falsificar o próprio fato narrado. Para Portelli o método aplicado à fonte oral proporciona um campo de possibilidades que compartilha histórias reais e imaginárias. A história oral, para o autor³ é um procedimento criado na relação entre o historiador e o narrador, de uma forma dialógica criada também pelo historiador e seu papel ativo na entrevista. Pois ele também é parte de uma aceitação mútua da diferença, abrindo um “espaço narrativo” para que o entrevistado comece a falar. Por outro lado, é o entrevistado que estabelece o grau do que deve ser dito e que torna possível que o historiador possa usufruir a sua narrativa. A abertura dos historiadores é fator fundamental para a criação deste espaço. Por isso, a história oral pode possibilitar que o pesquisador alcance a historicidade das vidas pessoais. Os elementos compartilhados a partir de depoimentos particulares, portanto, trazem um sentido completo ao termo “agente histórico”.

Consideramos também, que para além da análise do entrevistado enquanto agente histórico que resgata a dimensão pessoal dos acontecimentos na História, a

² PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Vol. 1, nº 2, p.59-72.

³ PORTELLI, Alessandro. *A Dialogical Relationship. Na Approach to Oral History*. Expressions Annual 2005, p. 2.

análise precisa resgatar a dimensão analítica do processo histórico. Pierre Bourdieu em seu artigo *A Ilusão Biográfica* mostra que é necessário perceber como a trajetória de vida do sujeito nunca pode ser deslocada do espaço social que o acompanha, pois, é necessário investigar o conjunto das relações objetivas que se relacionam a outros agentes envolvidos no mesmo espaço social ou “estados pertinentes”, construindo assim, um conjunto de agentes que se confrontam no mesmo campo e compartilham das mesmas possibilidades.⁴ Por isso, a História Oral também se torna elemento de análise de lutas coletivas, que resgata a ação social e histórica, considerando seus entrevistados como inseridos em grupos sociais e suas respectivas orientações comuns.

No segundo capítulo, a análise definiu-se de forma mais sistemática. A discussão é permeada a partir da relação entre construção do conhecimento na História e a atuação política dos envolvidos, organizados em centros de estudos, na criação de revistas sobre a História, simpósios e associações de professores. Por isso, este segundo capítulo disserta sobre a criação por estudantes do Centro de Estudos de História e da revista *Boletim de História* (a revista contaria com ampla divulgação dos trabalhos dos professores de História da FNF) e também a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (A.P.U.H.) e os simpósios de 1961 (Simpósio de Fundação da A.P.U.H.) e de 1962.

Além das fontes já citadas, os Anais do Simpósio de 1962 e os exemplares da revista *Boletim de História* estabelecem as discussões no campo da História daquela época. A discussão teórica sobre intelectuais e o envolvimento com questões de sua própria realidade social e histórica será contemplada no decorrer da análise a partir principalmente da discussão de Antonio Gramsci, Nikos Poulantzas e Pierre Bourdieu.

Além das organizações dos diretamente envolvidos no campo de construção de conhecimento da História, a análise considera a influência dos intelectuais integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na fundamentação analítica de alguns historiadores – recém formados - sobre a História e sua relação com o presente.

⁴BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.p. 190.

O terceiro capítulo contará com a discussão historiográfica acerca do golpe, a partir principalmente do debate de René Dreifuss e Florestan Fernandes. A partir do debate teórico, a análise privilegiará o impacto do golpe civil-militar de 1964 dentro da FNFi através, principalmente, da atuação da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB). Além da atuação da comissão, analisaremos as denúncias de professores às atividades ditas “subversivas” de professores e estudantes, a prisão, tortura, perseguição e aposentadoria de alguns professores de História da FNFi.

Além da discussão sobre a repressão cometida nos meios universitários, dissertarei sobre o debate a respeito da reforma universitária objetivada em forma de lei no ano de 1968, mas materializada desde 1964 com os acordos MEC-USAID, Relatório Atcon e Meira Mattos e seu impacto na estrutura da FNFi. Tal impacto levaria ao desmembramento da Faculdade e a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Este último, espaço de embates principalmente a partir da promulgação do AI5 e da aposentadoria de muitos professores deste Instituto.

Sobre a investigação e perseguição aos professores e estudantes da FNFi e posterior IFCS, utilizarei os arquivos da Polícia Política encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Aqui cabe destacar a política de acesso dos arquivos da Polícia Política no Rio de Janeiro. Primeiramente, a política de preservação dos documentos é precária, pois os arquivos não são digitalizados e o pesquisador tem acesso direto às fontes que se deterioram a cada nova pesquisa. As más condições dos documentos levam a crer que grande parte do acervo estará perdido em um espaço muito pequeno de tempo, armazenado de forma inadequada, misturando metais e pano com papéis, os documentos se despedaçam a olhos vistos e não tive conhecimento de nenhum projeto de digitalização de todos os documentos da Polícia Política, que hoje são sem sombra de dúvidas, os documentos mais requisitados para a pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, não há possibilidade de digitalização por parte do pesquisador, que tem acesso à reprodução das fontes somente por meio de transcrição por meio de notebooks ou na forma tradicional escrita a lápis. A pesquisa, que poderia ser feita rapidamente, torna-se cansativa e demorada, desestimulando e eventualmente inviabilizando o trabalho. A política de acesso no Rio de Janeiro não é também satisfatória. Os relatórios de inquéritos individuais precisam passar por uma aprovação

de um advogado ou só podem ser autorizados pelo próprio indiciado e em caso de morte, por sua família. Tal política limita bastante o acesso às fontes e dificulta infinitamente a pesquisa histórica. A justificativa para tal ação é a utilização dos documentos para a difamação dos indiciados. No entanto, tal preocupação deve ser mediada pelo pesquisador que estará sujeito a sofrer processos por calúnia e difamação e não pelo arquivo que veta anteriormente o acesso às fontes.

A partir desta reflexão, podemos depreender que esta pesquisa tem o papel fundamental de evidenciar acontecimentos da história recente do país que em grande medida ainda interferem na forma de estruturação universitária e nas instâncias de poder que atravessam questões políticas do nosso tempo, que envolvem projetos de sociedade e afirmação da dominação de classe.

Primeiro Capítulo:

FNFi: Origem e consolidação do espaço universitário

1.1) Fundação e Estrutura da FNFi: De sua fundação autoritária à suposta autonomia universitária

A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil foi criada em 4 de abril de 1939 por meio do decreto nº 1.190, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública (MESP). A criação da FNFi teve como objetivo a transferência dos cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF) para a Universidade do Brasil, criada em 1937.

A FNFi nasce como parte de um projeto do Estado Novo para a educação superior, construindo uma reforma do ensino universitário que já começa em 1931, quando, segundo Maria de Lourdes Fávero, há a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, que materializaria o processo de unificação, centralização e intervenção do governo na educação superior.⁵ O Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que delibera sobre os objetivos gerais da FNFi, apresenta o seguinte:

- “a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;*
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;*
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino”*

A FNFi surge, portanto, como uma faculdade que tem a necessidade de padronização da formação dos licenciados para o ensino secundário. Segundo Fávero, o ministro Capanema, ao entender o papel central da educação na consolidação e legitimação ideológica do Estado Novo, tem como principal objetivo formar o jovem à

⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p. 14.

⁶ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e Descaminhos* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p.13.

“estrutura de produção capitalista.”⁷ Foram criadas, então, as escolas técnicas, com o objetivo de atingir estudantes da classe trabalhadora, e, para os jovens vindos da classe dominante, era necessário investir no ensino secundário que os preparasse para a universidade, fazendo com que se tornassem a elite cultural do país. Teriam, portanto, cada um o seu papel para o “desenvolvimento da Nação”. No caso da FNFi, o principal objetivo não era simplesmente a formação de docentes para atuarem em ensino secundário, mas, também, formar propagadores de uma formação moral e religiosa. Enfim, propagadores da ordem e dos valores cristãos, cívicos e de plena devoção à Pátria.

Com tal objetivo, a FNFi foi organizada, primeiramente, em seções que abrangem os cursos oferecidos. Eram eles: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Nestas seções eram oferecidos 11 concursos além do curso de Didática, obrigatório para o diploma de Licenciatura. O seu corpo docente, em primeiro momento, foi constituído sem qualquer tipo de concurso para o cargo. Segundo Fávero:

*“A Faculdade Nacional de Filosofia, criada, como vimos, sob tutela do poder central, traz no seu nascedouro, as marcas tanto do autoritarismo quanto da conciliação, entendidas como estratégias de dominação. A análise de mais de cinquenta cartas existentes no arquivo de Capanema, referentes às solicitações e justificativas para contratação de professores na fase de instalação da FNFi, deixa claro que a não realização de concursos, bem como a forma e os critérios adotados para a contratação de professores estrangeiros, expressam a utilização de certas estratégias, voltadas prioritariamente para o atendimento de interesses político-ideológicos.”*⁸

Para o regime autoritário, a educação se constituía como um elemento fundamental para a propagação e legitimação dos valores do Estado Novo. Capanema, em discurso de comemoração do 1º centenário do Colégio Pedro II, afirma com clareza como ele e seus ideólogos – como Francisco Campos – entendiam a reforma na educação que o Estado promovia no país:

*“Ela (a educação), longe de ser neutra, deve tomar partido (...) deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle, ou a defesa do Estado.”*⁹

⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária* Op.Cit. p. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p. 12.

⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* Op.Cit. p. 32.

⁹ CAPANEMA, Gustavo. Discurso pronunciado no dia 2 de dezembro de 1937, na solenidade

Florestan Fernandes trouxe uma grande contribuição para a história do ensino superior no país ao caracterizar as primeiras universidades criadas no país. Segundo o sociólogo, tais universidades surgiram como faculdades e escolas superiores, que funcionavam no sistema de cátedras com cursos “monolíticos e rígidos”, fazendo com que a universidade tivesse nela mesma o seu fim último de auto-suficiência educacional e intelectual. Elas atendiam perfeitamente aos interesses colonialistas, pois foram construídas e organizadas com base em uma “transplantação cultural e sistemática” vinda de Portugal, ceifando qualquer possibilidade de pensamento que respondesse a questões de sua própria realidade social. Por isso, as escolas superiores se formaram a partir da influência arcaica da universidade portuguesa, que compreendia a universidade como um bem em si, um centro de erudição, completamente isolado da sociedade em que se engendra e com a única preocupação de formar profissionais liberais.¹⁰

Em uma pretensa mudança na estrutura universitária, na década de 1930, aconteceu a passagem das escolas superiores para a universidade conglomerada, que não passou, segundo Fernandes, de um conglomerado de escolas superiores com o mesmo fim: formar profissionais necessários à perpetuação de interesses de uma estratificação social oligárquica. Neste sentido, tanto a escola superior quanto a universidade conglomerada evidenciavam as diversas adaptações estruturais e históricas de uma sociedade dependente não só economicamente, mas também culturalmente, ceifando a possibilidade de pensamento que responda a seus próprios problemas sociais.

Segundo Fávero, em 1939, é diretamente Getúlio Vargas quem permite a contratação de 15 professores estrangeiros para a FNF. Portanto, diferente da USP, que indicou um de seus docentes para ir à Europa para contratar professores, na FNF o governo teve direta ingerência na seleção de professores estrangeiros. Tal atitude criaria mais um espaço para a propagação de uma política clientelista, permeada por trocas de favores e acordos entre docentes e o Estado, fazendo com que cargos estratégicos, como

comemorativa do 1º centenário da fundação do colégio Pedro II. In: Realizações 1. Panorama da Educação Nacional. Rio de Janeiro, MÊS, 1937, p. 21. APUD: FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

¹⁰ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979.p.30/31.

direção e reitoria, fossem exercidos por pessoas diretamente afinadas com o projeto político do Estado Novo.

Os acordos para a contratação também tiveram grande influência da Igreja Católica, por meio do professor Alceu Amoroso Lima, que era catedrático de Literatura Brasileira da FNFfi. O professor enviou inúmeras cartas a Capanema indicando nomes para a ocupação de cargos na FNFfi. O que Fávero indica como “contratos de poder” se materializa em acordos entre a classe dominante, representada naquele momento pela oligarquia rural, industriais urbanos e a e alta cúpula da Igreja Católica, com o objetivo comum de fornecer intelectuais que conduziriam a um mesmo projeto para a educação no país, sendo, assim, formada a FNFfi.

Em uma destas cartas, percebemos que o candidato a professor da FNFfi (o professor Afrânio Coutinho, que viria a ser professor da FNFfi somente em 1963), além de exaltar suas virtudes intelectuais, também demonstra como seria útil para afinar as relações entre a Faculdade e o Governo, além de se enquadrar perfeitamente aos atributos de um intelectual propagador de valores cristãos e consciente de seus deveres cívicos. Diria a carta:

“A minha orientação enquadra-se dentro dos princípios do catolicismo, pelos quais tenho batalhado, convencido de que por eles estão a tradição brasileira e será salvaguardado seu futuro. Sigo e propago os ensinamentos do meu mestre e amigo Jacques Maritain, a maior figura de filósofo dos nossos dias, e do meu diletíssimo amigo e também mestre Alceu de Amoroso Lima, que já conversou a V. Excia. a meu respeito com o mesmo objetivo. (...) Devo acrescentar por último, em abono da minha pretensão, que sendo funcionário federal efetivo do Ministério da Educação, esta condição facilitaria enormemente o meu caso, porquanto bastaria uma simples transferência de posto ou comissionamento.”¹¹

Neste trecho, podemos perceber como o candidato a professor demonstra como enquadra-se ao projeto do ministro por sua orientação católica, demonstrada, inclusive, pela indicação do professor Alceu Amoroso Lima. No caso dos professores estrangeiros, foram recrutados principalmente franceses (responsáveis principalmente pelas cadeiras de ciências humanas e sociais) e italianos (responsáveis pela área de

¹¹ Carta de Afrânio Coutinho ao Ministro Capanema. G.C. 36.01.18, pasta III, doc.9, série g.

FVG/CPDOC. Apud: FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária Op.Cit.* p. 19.

exatas). Além destes, o corpo docente ainda contava com um professor argentino e um português, totalizando 21 professores estrangeiros. Entre os professores brasileiros, foram transferidos catedráticos efetivos da extinta UDF para a FNFi, professores catedráticos interinos contratados diretamente para a FNFi e, também, assistentes contratados. Em 1941, a FNFi contava com 46 professores, e os catedráticos interinos do curso de História já contratados neste ano eram Silvio Júlio, na cadeira de História da América, Antoine Bon (professor francês), na cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, e Hélio Vianna, na cadeira de História do Brasil. A partir de tal análise, podemos depreender que a escolha de catedráticos para a FNFi foi fundamental para que intelectuais fossem coniventes e agentes legitimadores da dominação estado-novista. O papel destes intelectuais cumprido naquele momento demonstra o nível de comprometimento destes com o Estado e, mais ainda, faz-se necessário explicar em que bases se funda a FNFi, para entendermos muitas das ações dos docentes a partir da consolidação da Faculdade.

A escolha para os cargos de docentes da FNFi demonstra como os arranjos políticos daquela época, com seus apadrinhamentos e barganhas, constituíram o corpo de professores da recém-criada faculdade. Tais contratações eram divulgadas como provisórias, mas, analisando os concursos feitos posteriormente, encontraremos privilégios dos catedráticos interinos contratados pelo governo. Em junho de 1945, são promovidos os concursos para professores catedráticos da FNFi. Na maioria dos casos, os únicos que concorriam ao cargo de catedráticos efetivos eram os já catedráticos interinos indicados na fundação da FNFi, como foi o caso do professor catedrático de História do Brasil, Hélio Vianna, e o professor catedrático de História da América, Silvio Julio. Neste mesmo concurso, Eremildo Luiz Vianna tornou-se catedrático interino de História da Antiguidade e da Idade Média. Em 1945, portanto, a FNFi contava com 7 catedráticos efetivos, 35 catedráticos interinos e 47 assistentes de ensino.¹²

¹² Faculdade Nacional de Filosofia – Universidade do Brasil – Organização e Regime escolar. Rio de Janeiro, 1945. p. 1 a 4. APUD. FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

Não só a escolha dos professores que iriam atuar na FNFi, que demonstrava a íntima relação entre o Estado e a FNFi, mas também sua organização administrativa já evidenciava as formas de inserção interna do Estado no funcionamento e efetivo controle da faculdade. Segundo o regimento de 1940, a direção da FNFi ficaria a cargo do diretor e a organização técnico-administrativa da Faculdade teria como órgãos deliberativos o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) e a Congregação. Segundo a lei nº452/37, que delibera sobre a forma de organização da Universidade do Brasil, o diretor da unidade e os catedráticos que iriam compor o CTA seriam indicados pelo Presidente da República. Segundo Fávero:

*“O Governo procura ampliar os espaços educacionais e, em seguida, regulamentar toda a organização e funcionamento do ensino. Submetendo-se ao seu controle direto, Educação e ensino se tornam vítimas da organização monolítica do Poder. Centralizam-se os serviços, decorrendo daí a concepção equivocada de que o trabalho educativo desenvolvido nas instituições escolares deve ser objeto de estrito controle legal e a ele reduzido. Assim, também, administrar estabelecimentos de ensino superior em pouco ou quase nada difere de administrar outros órgãos do governo.”*¹³

Nicos Poulantzas¹⁴ ajuda no entendimento desta íntima relação entre o Estado e a Universidade, demonstrando o papel prioritário do Estado de organização e representação das classes dominantes, mais especificamente dos interesses do bloco no poder, sendo este bloco no poder uma fração da classe burguesa. Esta organização se estabelece a partir de uma “gestão” de alianças conflituosas e de um “equilíbrio instável” de compromissos entre as outras frações de classe e a fração hegemônica. Podemos perceber tais acordos tanto nas partilhas de vagas de docentes promovidas pelo ministro Capanema quanto na escolha de quais catedráticos seriam indicados para cargos dirigentes dentro da faculdade que se estava criando. Tais ações do Estado demonstram a necessidade de controle direto do espaço universitário. Segundo Fávero, os cargos de maior poder dentro da FNFi foram ocupados como são ocupados quaisquer órgãos do governo, rejeitando qualquer tipo de participação da comunidade acadêmica. A Congregação, diferentemente do CTA, foi escolhida por eleição direta entre todos os catedráticos, e por tal peculiaridade seu poder deliberativo era bem menor até 1945. No caso do concurso para catedráticos tornarem-se vitalícios, o papel da Congregação era

¹³ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e Descaminhos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. P, 13.

¹⁴ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

somente legitimar o que a comissão examinadora (indicada pelo CTA) tivesse concluído. Segundo Fávero:

“As atribuições da Congregação são bastante restritas, limitando-se apenas a aprovar ou indeferir o parecer da comissão examinadora. (...) O papel da Congregação é reduzido por não lhe caber classificar os candidatos, mas por se atribuir ao Conselho Técnico Administrativo o poder de indicar três examinadores.”¹⁵

Em 1945, Vargas é deposto e a FNFi se depara com a lei de autonomia universitária. O reitor é indicado pelo governo federal e os diretores indicados pelo reitor, dependendo, ainda, da autorização do governo federal. Em 1946, o CTA é abolido e a Congregação aumenta suas funções deliberativas. Em sua análise sobre a autonomia universitária de 1946, Florestan dizia que o papel de uma pretensa independência da universidade teria seus limites estabelecidos:

“Nunca se procurou apenas, estrita e estreitamente, proteger a liberdade do intelectual através de um isolamento que o colocasse ao abrigo de certas pressões materiais ou morais de outros grupos mais poderosos. Preferiu-se alcançar esse objetivo por meios que assegurassem tal liberdade num clima de comunicação, cooperação e respeito mútuo”.¹⁶

Florestan nos indica que tal autonomia foi, em grande medida, um acordo entre governo e universidades e não um engajamento pela autonomia dos intelectuais universitários. Poderemos perceber o dilema de como lidar com a autonomia universitária, quando esta discussão aparece, por conta de como se dariam os concursos para professores, a partir da lei de 1946. Eremildo Vianna, em reunião na Congregação, coloca esse questionamento para seus pares:

“Se há, portanto, uma legislação especial que consagra a autonomia universitária, regulamentada por um Decreto expedido pelo Presidente da República, que implica na abolição da ingerência do Governo no recrutamento do Corpo Docente da Universidade, na nossa modesta maneira de pensar, estariam revogadas as leis anteriores, obsoletas para o atual provimento da carreira do magistério superior. (...) Estamos diante de uma encruzilhada: ou a autonomia é ineficiente e necessita ser melhor definida e refeita, ou então se persiste como uma conquista, os respectivos órgãos universitários – e nós somos parte deles – terão de defendê-la rigorosamente.”¹⁷

¹⁵ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária Op.Cit.* p. 26,

¹⁶ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979.p. 31.

¹⁷ Ata da Congregação, da reunião de 9 de maio de 1950. Arquivo de Faculdade Nacional de Filosofia-UFRJ. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e Descaminhos.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. P.49.

Podemos perceber que a autonomia universitária ainda estava em fase de discussão depois de quatro anos da criação da lei, pois não se tinha muita clareza de como ela se objetivaria dentro da Faculdade. Tal discussão se originou justamente na ocasião do debate sobre os concursos das cátedras. Foi justamente nesta discussão que veremos as principais mudanças dentro da universidade, pois, com a autonomia universitária, seriam os catedráticos vitalícios o grupo de maior poder dentro das universidades brasileiras. Ao mesmo tempo em que a Congregação aumentava seu poder de ingerência dentro da faculdade, era naquele espaço que, também, se afirmava o poder de mando da cátedra. Segundo Fávero:

“A Universidade nos anos 50 se alicerça na cátedra e, a congregação, dentro da Universidade, é uma instância vigorosa, porque fortes são os catedráticos. Seu poder se exerce no mais das vezes de forma despótica dentro das instituições universitárias, despotismo esse a deixar suas marcas na pesquisa e no ensino.

O arbítrio, no caso da Faculdade Nacional de Filosofia, se elucida através de seu Regimento, da composição dos órgãos colegiados e da escolha de seus dirigentes. Os reflexos do exercício feudal da soberania catedralícia se fazem sentir, sobretudo, na exclusão da comunidade acadêmica – professores de outros níveis, alunos e funcionários – do direito de opinar a respeito de questões relativas à política de ensino, de pesquisa, de pessoal e finanças.”¹⁸

As congregações eram órgãos de administração formados por catedráticos vitalícios ou temporários que mediavam a relação entre as Faculdades e a Reitoria. Os catedráticos temporários só poderiam fazer parte da congregação se fossem indicados pelo diretor da faculdade. As decisões referentes a currículos e quantidades de vagas disponíveis por curso eram tomadas pelas congregações. Os estudantes tinham direito a um nome para ser representante do diretório acadêmico na congregação; no entanto, o estudante teria apenas direito a voz, não votaria como os outros membros.

O Estatuto das Universidades Brasileiras, forjado por Francisco Campos em 1931, por mais que tivesse o objetivo de limitar o poder do catedrático, fazia com que, a partir da conquista do cargo vitalício, ele adquirisse grandes poderes. Com a autonomia universitária e os centros de decisão concentrados em instâncias de representação dos catedráticos, este poder ficaria maior ainda. Segundo Fávero, mesmo que o catedrático interino demorasse dez anos para tornar-se vitalício e, formalmente, fossem necessários concursos de títulos, na prática, quando completados dez anos, o professor adquiria vitaliciedade sem um novo concurso, passando a ser proprietário de seu campo de saber

¹⁸ Ibidem. p.33

até sua aposentadoria ou eventual morte. Tal prática seria fundamental para afirmar o poder da cátedra e sua plena autonomia.

Seguindo o pensamento de Fávero, a autonomia que chegara após o fim do Estado Novo não se objetivou efetivamente, nem como relação autônoma frente ao governo ou no interior da faculdade. A cátedra é um elemento fundamental para o entendimento de uma subordinação hierárquica que não se origina pela vontade comum onde todos são submetidos, mas sim por instâncias de poder arbitrárias que dão plenos poderes aos seus dirigentes. A concepção de cátedra chega ao Brasil ainda no século XIX e acaba formalmente na ocasião da reforma universitária de 1968. No entanto, não é difícil encontrar o que Fávero chama de “catedralização dos departamentos” nas universidades brasileiras hoje.¹⁹

Em entrevista recente, o historiador Ciro Flamarion Cardoso, estudante da FNFi nos anos sessenta, explica como a indicação de catedráticos interinos para a Congregação era diretamente ligada aos jogos de influência existentes naquela instância deliberativa. Muitos dos primeiros professores da FNFi não tinham diploma de licenciatura e uma das polêmicas da FNFi sobre os concursos para professores ainda nos anos quarenta era exatamente esta.²⁰

Alguns dos primeiros professores da faculdade não tinham tal diploma, pois, como dissemos anteriormente, eles foram indicados diretamente pelo governo federal na época da fundação da faculdade. Poderia ocorrer, portanto, que ex-estudantes – portando o diploma de licenciados – concorressem às vagas e os catedráticos interinos ficassem impossibilitados de realizarem o concurso por não terem o diploma de licenciatura. Por isso, segundo Ciro Cardoso, manter alguns catedráticos interinos na Congregação era estratégico como forma de manutenção de poder por alguns poucos. Segundo o historiador:

“Também é preciso ver que havia uma política da direção do Instituto, professor Eremildo era ao mesmo tempo catedrático de Antiga e Medieval e diretor do Instituto. Então, em relação a várias das cátedras, ele mantinha a figura do catedrático interino. Por

¹⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

²⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

que? Porque aí então havia o controle. Porque às vezes eram pessoas não tituladas, então, se ele abrisse concurso as pessoas perderiam seu lugar de catedráticos. Então, quer dizer que, embora em História mesmo não fosse assim, porque os catedráticos eram todos providos, depois de uma época conseguiu-se uma vaga para concurso, mas em outras cátedras do mesmo instituto havia esse jogo de influências para se manter um certo número de catedráticos interinos. E tentar, portanto, que o diretor do instituto, através deste meio, tivesse maioria, tivesse apoio na congregação, já que esta também é uma figura que não existe na federal, na UFF, quer dizer, congregação. O instituto, além dos departamentos, tinha um órgão coletivo que era a congregação. Onde os catedráticos eram membros natos e havia um certo número de outros representantes, inclusive estudantis, que tomavam deliberação acima dos departamentos, portanto, faziam instância intermediária entre o conjunto do instituto e a reitoria. Esse órgão existe até hoje, aqui não existe. Na UFRJ existe como um ethos do que ficou daquela época.”²¹

O depoimento de Cardoso evidencia que a própria composição da Congregação dava margens para que o diretor e catedráticos efetivos afirmassem seu poder não só na escolha de seus professores assistentes, mas nos órgãos comuns da faculdade. Miguel Armony, estudante de Física da FNFi, traz a mesma reflexão sobre o poder da direção da instituição:

“Entre os catedráticos, o problema era sério. Havia os concursados, que detinham o “notório saber”, condição para receber a cátedra. A maioria interina, ocupava a cadeira temporariamente, enquanto o novo concurso não era anunciado. Nomeados pelo diretor, que também convocava os concursos, tinham os mesmos poderes que os efetivos, mas podiam ser destituídos a qualquer momento. Sua atitude e seu voto, na maioria dos casos, dependiam da própria posição da reitoria.”²²

A partir da formação da Congregação, podemos perceber em que meandros se solidificam os plenos poderes da direção da Faculdade. A cátedra cumpria um papel fundamental para a estabilidade dos docentes dentro das universidades. Quando este mesmo docente se torna um catedrático efetivo, ele adquire plenos poderes sobre a vida dos catedráticos interinos e professores assistentes. Sobre a relação entre professor assistente e o catedrático efetivo, Eulália Lobo, professora que foi, durante grande parte do tempo em que esteve na FNFi, assistente do catedrático de História da América, demonstra como a relação estabelecida atravessava uma hierarquia bastante rígida:

“Quanto aos assistentes: tínhamos uma dificuldade enorme de produzir, porque os catedráticos, muitas vezes, não estimulavam. Tanto José Luiz Werneck da Silva, quanto Manoel Maurício de Albuquerque eram assistentes do professor Hélio Vianna e queixavam-se de que ele desestimulava, ao máximo, suas pesquisas. Não havia grupos de pesquisa. O Manoel Maurício, quando publicou o Atlas Histórico do Brasil, foi criticado pelo Hélio Vianna. Fui assistente do Silvio Julio. Ele tentou me inibir, mas não conseguiu.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

²² ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002. p. 173.

(...) Esses exemplos servem para mostrar como podia ser negativo o poder do catedrático.”²³

Maria Yedda Linhares entrou na FNFfi como professora assistente do catedrático Delgado de Carvalho, da Cadeira de História Moderna e Contemporânea, e, em 1957, se tornava catedrática efetiva da mesma cadeira. A professora demonstra, também, como era estabelecida a relação dentro das cátedras. Ainda que critique o sistema, ela o avalia positivamente:

“Trabalhei em vários lugares e, em 1946, finalmente foi convidada pelo professor Delgado de Carvalho, catedrático de História Moderna e Contemporânea da FNFfi, para trabalhar com ele: um caso típico de cooptação. O catedrático, como despota esclarecido, sabia escolher seus assistentes. Vigorava o despotismo esclarecido, que, por sinal, ainda acho um sistema bom. Agora, a única coisa é que tem de haver um despota esclarecido mesmo, pois só despota não vale a pena. Deve ser esclarecido, iluminado, com as luzes todas na cabeça.”²⁴

José Leite Lopes, catedrático efetivo de Física Teórica e Superior da FNFfi, que se posicionou contra a cátedra na ocasião da discussão sobre a reforma universitária nos anos cinquenta e sessenta, em 1989 dá um depoimento falando sobre o que via de positivo no sistema de cátedra:

“ Se a cátedra era ruim porque existia senhor feudal, sem a cátedra, corre-se um risco de populismo, onde não se sabe mais quem é quem, onde qualquer pessoa pode...Existem várias categorias de profissionais numa universidade, cada uma com sua dignidade. Mas um diretor do instituto de Física, tem que ser eleito pelos físicos, um reitor tem que ser eleito pelos professores, pelos seus pares, e não por um montão de gente, como está acontecendo. (...)Acho que tem que haver democracia, mas tem que haver mérito.”²⁵

Podemos perceber que a questão da cátedra foi um tema polêmico, principalmente na ocasião da discussão sobre a Reforma Universitária no governo de João Goulart, e que, no passado e ainda hoje, torna-se uma questão de opiniões conflitantes sobre um mesmo contexto histórico para aqueles que viveram tal sistema dentro da universidade.

Pierre Bourdieu nos dá uma fundamental contribuição ao investigar, a partir da noção de “campo intelectual”, as relações internas ao campo e suas relações com o

²³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer Lobo. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. P.214.

²⁴ LINHARES, Maria Yedda. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p.397.

²⁵ LOPES, José Leite. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p. 307.

poder simbólico e a estrutura social. Faz-se necessário ressaltar, no entanto, que quando Bourdieu propõe uma análise sobre campo científico, o faz em um contexto bastante distinto da universidade brasileira dos anos quarenta, cinquenta e sessenta. A universidade brasileira desta época está em fase embrionária na constituição de qualquer campo acadêmico. Bourdieu, quando cria categorias para analisar os embates dentro da academia, o faz, em grande medida, a partir de sua própria experiência como acadêmico na França da década de 1970. Portanto, antes de utilizar qualquer categoria que emerge em condições muito diferenciadas, é necessário ter sempre o cuidado de não transpor uma determinada realidade histórica a outra de forma mecânica. Ainda assim, guardadas as devidas diferenças, entendo que teorias são elementos que ao mesmo tempo em que se propõem a ser um modelo de análise, também são atravessadas por processos históricos. Quando Bourdieu pensa o campo acadêmico de uma determinada época, é elemento fundamental de consideração a origem desta determinada forma de organização do campo acadêmico para o entendimento do fenômeno aparentemente constituído. Por isso, podemos entender tal teoria como uma pista para um estudo muito maior, sobre os embates que envolvem a consolidação do campo acadêmico no Brasil.

Realizada esta importante ressalva, seguimos, portanto. O sociólogo rejeita a idéia de independência dos intelectuais em relação aos conflitos sociais. Mais do que rejeitar a idéia do intelectual independente, Bourdieu engajou-se profundamente na proposta de desvelar o espaço mítico em que intelectuais se auto-representavam. E, para isso, relacionou a idéia de campo específico a relações de poder maiores e estruturais. Porque, para ele, entender a realidade social é refletir a partir das formas estruturais que orientam os homens. Este tipo de relação de conflitos políticos fica muito mais evidente e proporcionalmente maior quando pensamos a constituição da universidade.

Quando analisamos como foi fundada a Universidade do Brasil, podemos perceber o quanto estes conflitos se referenciam em projetos de sociedade de uma classe dominante e dirigente no Brasil da década de trinta. Ainda que, neste momento, ainda não existisse uma visão consolidada de que a universidade é um espaço do “puro agir científico”, Bourdieu nos ajuda no sentido de pensar a universidade como um campo social imerso em “relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas, mas que de maneira nenhuma estão à parte da estrutura social ou descolados da posição que ocupa

na hierarquia social.”²⁶. Quando analisamos o regime de cátedras, podemos perceber que sua objetivação se refere de forma muito evidente a esta relação entre o lugar de um catedrático vitalício na hierarquia universitária e a ocupação de cargos em centros dirigentes.

Além da ocupação de cargos dirigentes, podemos perceber que o status de “notório saber” dado a um catedrático vitalício ceifa qualquer possibilidade de questionamento daquela autoridade já pretensamente acumulada, desconsiderando os meios que tornem possível a candidatura de alguém para se tornar catedrático. Na FNFi, muitos eram os preços a se pagar para docentes se tornarem, enfim, catedráticos efetivos. Como vimos anteriormente, era necessário estar de pleno acordo com a política da direção (feita por um catedrático interino) para ter possibilidade de se candidatar a qualquer concurso para qualquer cadeira da Faculdade.

Quando Francisco Falcon nos diz que certos catedráticos entendiam que professores assistentes deveriam somente assistir, isto quer dizer que o saber seria inquestionável frente a anos de acúmulo já considerado legítimo. Maria Yedda Linhares também exemplifica este status de “latifundiário do saber” que caracterizavam os catedráticos vitalícios.

*“Quando foi extinta a cátedra, em 1967, montei meu programa de pesquisa. Hélio Viana foi contra, e eu disse: “Dr. Hélio Vianna, acabou a cátedra. O senhor não manda mais na História do Brasil.”*²⁷

Podemos concluir, portanto, que não há forma de diferenciação entre política e ciência no campo científico, pois nele mesmo a dominação científica é disputada e configura as posições de cada pesquisador no seu campo científico. Não há escolha que não seja estratégia política e, assim, reconhecimento e legitimidade de seus pares. Sendo essa estrutura desigual, há os dominantes que já ocupam altas posições e legitimidades muito mais políticas que acadêmicas, se considerarmos como surge a FNFi e a quais interesses ela se compromete, e os novatos, que estão em posição de dominados que, no caso das universidades brasileiras daquela época, não estão em processo de acúmulo de capital científico, mas que garantem seu espaço dentro da academia a partir de acordos estritamente políticos.

²⁶BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In ORTIZ, Renato (org) *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122.

²⁷ LINHARES, Maria Yedda. Entrevista cedida à revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 18.

A cátedra, portanto, tornou-se chave fundamental para o entendimento de quais grupos eram representados dentro da Faculdade. Ao analisarmos todo o processo de fundação e desenvolvimento da Faculdade Nacional de Filosofia, podemos perceber que a sua estrutura hierárquica e suas instâncias de poder eram bastante limitadas a pequenos grupos dirigentes originários de uma classe representada pelas oligarquias rurais, industriais urbanos e a Igreja Católica, todos tomando a direção da FNFi. Esta característica da faculdade diz muito sobre o tipo de sociedade que a fundou. Analisamos isso na forma como ela foi dirigida pelo Estado e, também, como o ministro Capanema qualificava a faculdade como um espaço de erudição e diletantismo, baseada no papel de propagação da alta cultura.

Seguindo tal pensamento, podemos perceber, pelo número de estudantes que se matricularam na FNFi em 1939, que o acesso ao ensino superior era bastante limitado e o exame para a entrada na FNFi era eliminatório e não classificatório, não importando o número de vagas disponíveis, caso o candidato não atingisse a aprovação mínima, as vagas não seriam totalmente preenchidas. Em depoimentos de estudantes, podemos perceber que no começo da FNFi era muito comum haver turmas com apenas cinco alunos. Divididos em 12 cursos, em 1939, 360 alunos foram matriculados na FNFi e, seis anos depois, este número quase dobra, com a inscrição de 539 alunos em 1945.²⁸

Sobre tal questão, para Florestan Fernandes, a universidade começa a mudar a partir do momento em que ocorre uma maior diferenciação na formação social brasileira, que se materializa também em uma nova organização do poder político, econômico e social. Segundo o sociólogo:

“As categoriais sociais que emergiam na cena histórica como forças renovadoras – especialmente as classes médias – ampararam-se nessas tendências para aumentar sua participação efetiva na estrutura de poder e para destruir as antigas formas de acomodação das ‘escolas superiores’ aos interesses sociais e aos valores culturais das velhas elites.

Nesse sentido, as transformações que afetaram a estrutura e o funcionamento das ‘escolas superiores’ estavam imersas em processos histórico-sociais mais amplos. A autonomia universitária não surge, apenas, como um ideal de independência pelo isolamento. Ela aparece como uma força sócio-cultural e política, que se erguia contra o

²⁸ Faculdade Nacional de Filosofia –Universidade do Brasil – Organização e Regime escolar. Rio de Janeiro, 1945. p.5. APUD. FÁVERO, Maria de Lourdes. *Faculdade Nacional de Filosofia: Os cursos começando a desenrolar um novo.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

monopólio do saber (e através dele, das carreiras letradas) pelos componentes ou representantes das 'grandes famílias tradicionais'.”²⁹

Voltando à discussão sobre a construção da universidade no Brasil, o sociólogo demonstra como as escolas superiores vinham a responder às necessidades econômicas, sociais e culturais das classes dominantes e dirigentes. Com isso, as escolas superiores se tornavam instituições que tinham o papel de afirmação e propagação de uma concepção de mundo e, também, um instrumento de conservação da ordem dominante. Segundo Florestan, o processo de diferenciação social e sua reverberação nas dimensões econômicas, sociais e políticas fizeram com que a homogeneidade das escolas superiores fosse acabando aos poucos, principalmente com a participação política das classes médias na estrutura de poder, fazendo com que a universidade se tornasse gradativamente um espaço de interesses sociais divergentes. A idéia de autonomia universitária aparece neste contexto não somente com o objetivo de independência do pensamento ou isolamento social; ela aparece também num momento de participação política maior, que tornaria as escolas superiores não somente privilégio das grandes famílias da aristocracia dominante, mas também daria espaço cada vez maior às classes médias urbanas.

Tais elementos demonstrados por Fernandes contribuem profundamente para o entendimento de como surgem os embates dentro da FNFi. A partir do século XX, as universidades no país começariam a se reestruturar em forma de conglomerados. Os tensionamentos das décadas de 50 e 60 demonstrariam de forma cada vez mais evidente a necessidade de tais mudanças no ensino superior.

1.2) A FNFi no começo dos anos sessenta: Polêmicas em torno de um projeto para a Universidade

No fim da década de cinquenta e começo da década de sessenta, a discussão sobre a reestruturação da universidade viria à tona como demanda social e apelo por uma reforma educacional que possibilitasse pensar a universidade e seus problemas históricos. Era necessário pensar a realidade das universidades brasileiras para nelas construir uma mudança realmente significativa, pois alguns professores e estudantes

²⁹ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979.p.30/31.

entendiam que mudar a universidade tinha como pressuposto a transformação da sociedade que a engendra.

Esta pesquisa pretende dissertar sobre os fatos, idéias e pessoas que atravessaram a Faculdade Nacional de Filosofia. Para tal desígnio, demonstremos os embates de concepções e o que significaria a universidade para quem nela estava. A Faculdade Nacional de Filosofia foi um lugar de confronto entre estudantes e professores, professores e professores, e estudantes e estudantes. Diante de tantos embates, resta saber quais rumos tomariam tais conflitos e qual projeto de ensino superior estaria em jogo no fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta. Para entendermos as causas de tais conflitos, é necessário entendermos também que tipo de universidade existia até aquele momento no país e quais conjunturas históricas tornaram possível o questionamento da estrutura universitária do passado.

Segundo José Werneck da Silva³⁰, a FNFi era considerada, em nível nacional, um dos espaços acadêmicos onde propostas de reformas do ensino nos níveis secundário e universitário eram mais aprofundados e debatidos. No entanto, estar a FNFi intensamente envolvida principalmente nas questões sobre as reformas sociais não significa dizer que não conviviam ali diferenças políticas claras que envolviam professores e estudantes.

A FNFi era, em grande medida, considerada uma faculdade com a presença de muitos estudantes de esquerda, ainda mais comparando-a ao Instituto Mackenzie de São Paulo e a PUC do Rio de Janeiro, que abrigavam grupos de extrema-direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anti-Comunista (MAC), respectivamente.

Entre os estudantes da FNFi, a organização de direita mais forte era o Grupo de Resistência Democrática (GRD). O GRD, no entanto, era uma organização pequena dentro da FNFi, se comparada ao PCB (Segundo Armony, se o PCB nos anos sessenta contava com cerca de 6 mil militantes, só na FNFi existia cerca de 120 militantes do partido, além de membros de outras organizações políticas de esquerda, como a Ação Popular (AP), a Juventude Universidade Católica (JUC) e a Política Operária (POLOP).

³⁰ WERNECK DA SILVA, J. L. *A Deformação da História ou Para Não Esquecer; Brasil: Os Anos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 36.

Segundo Cecília Coimbra, estudante de História da FNF*i* a partir de 1962 e ex-militante do PCB, o partido entendia a FNF*i* como um espaço importante de sua militância:

*“A FNF*i* era considerada a maior base universitária do Partido Comunista da América Latina. Quem não era comunista, era simpatizante. Era impressionante!”*³¹

Como já apresentamos, não só a esquerda fazia parte do corpo discente da FNF*i*. Sônia Maria Seganfredo, autora do livro custeado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) intitulado *Une: Instrumento de Subversão* e aluna do curso de Filosofia da FNF*i* a partir de 1959, demonstraria, a partir de sua perspectiva, como as decisões tomadas pela UNE eram criticadas por grupos de direita dentro da FNF*i*. Segundo Sônia:

*“Em agosto de 1962, após ter rompido a greve universitária, de objetivo político, decretada pela UNE, em reivindicação a um terço de estudantes nos colegiados universitários, recebi um convite do jornalista Paulo Vial Corrêa, secretário de O Jornal, para escrever uma série de reportagens sobre a propaganda e a atividade comunista no meio estudantil. Aceitei o convite, como disse no início, consciente de minha responsabilidade, acreditando ser um dever cívico levar ao público e às autoridades, embora muitas saibam e não queiram agir, as atividades subversivas de estudantes manobrados pelos comunistas. Apesar, porém, de me sentir capacitada para falar do problema, por dois motivos — estar concluindo um curso de Filosofia e ter prática jornalística — senti o peso da grande tarefa e o receio natural de sofrer perseguições, pois os comunistas não têm escrúpulos quando se propõem a aniquilar alguém que atrapalhe e denuncie as suas atividades. Isso, no entanto, logo passou e, pondo mãos à obra, em menos de quinze dias consegui recolher o material necessário para uma série de quatorze reportagens, publicada sob o título “UNE — MENINA DOS OLHOS DO PC”. A série, publicada em O Jornal durante o mês de setembro de 1962, logo foi reproduzida em vários órgãos dos Diários Associados, correndo pelo Brasil a fora. Tive o consolo de ser procurada por várias associações estudantis, colégios e universitários, todos estarecidos com as denúncias feitas e afirmando que se tornava necessária, com urgência, uma ação democrática consciente em nossas faculdades.”*³² (GRIFO DO AUTOR)

Podemos perceber, com esta citação, que o IPES, instituto criado em novembro de 1961, reuniu intelectuais e empresários que tinham como objetivo trazer um novo projeto para o Estado brasileiro a partir de seus interesses econômicos (multinacionais e associados) comuns e, também, a propagação do anticomunismo. Em associação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), estes dois institutos tinham o objetivo de representar os mesmos interesses a partir da disseminação da propaganda ideológica junto à sociedade civil, considerando a universidade também como um espaço propício

³¹ COIMBRA, Cecília. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 16 de dezembro de 2009.

³² SEGANFREDO, Sônia Maria. *Une: Instrumento de Subversão*. Rio de Janeiro, Ed.GRD, 1963. p.8.

para a disseminação do anticomunismo e oposição ao governo de João Goulart e suas medidas reformistas.³³

Sônia Seganfredo parece ter sido uma das estudantes que mediará a atuação do IPES dentro da FNFfi. O seu livro sobre a UNE descreve a atuação da entidade principalmente dentro da FNFfi, referindo-se aos comunistas como pessoas sem escrúpulos, “catequizadores”, “subversivos” etc. Para a estudante, as atividades da UNE estimulariam a falta de humanismo e o fim de uma formação cristã e democrática, pois esta entidade seria um “instrumento do comunismo internacional.”³⁴

Seganfredo, aluna do curso de Filosofia, aparece em uma das atas do Conselho Departamental de setembro de 1960.³⁵ A discussão debatida era entre Seganfredo e o professor Álvaro Vieira Pinto, catedrático da cadeira de História da Filosofia. A estudante reivindica ao Conselho uma posição frente às atitudes do catedrático. A reivindicação que mais chama a atenção alegava que o professor teria feito uma prova parcial, ou seja, para ela, de excessivo cunho político, na avaliação da disciplina História da Filosofia, e, por isso, ela pedia a avaliação da correção do professor Álvaro Vieira Pinto. O professor, nos anos sessenta, fez parte do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), de que falaremos melhor no próximo capítulo. Em seu livro *Une: Instrumento de Subversão* não faltam acusações a Vieira Pinto. A ex-aluna dedicou um capítulo de seu livro ao professor, relatando sua biografia “subversiva” completa na descrição de suas atividades na FNFfi:

*“Assim, em agosto de 1958 me matriculei no Curso Pré-Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quando, imediatamente, passei a sofrer a pressão catequética dos professores do Pré-Vestibular, alunos da Faculdade, liderados pelo Prof. Álvaro Borges Vieira Pinto, o catedrático de História da Filosofia. (...) Recebi, ainda, um aviso de que seria eliminada no vestibular, uma vez que o Sr. Vieira Pinto, presidente da banca examinadora, só deixaria ingressar na Faculdade os candidatos “evoluídos”, aqueles que se haviam deixado influenciar pela pregação marxista misturada com a mais completa imoralidade. Após um vestibular desonesto fui “reprovada” junto com outros elementos previamente estudados pelo grupo. Aí começou o meu combate. Revisões de prova, ameaça de ação judicial, ameaça de denúncias pela imprensa e uma série de outras medidas fizeram com que o caso fosse resolvido imediatamente. O Sr. Vieira Pinto, e seu assistente, contudo, não deixaram de me perseguir em dois anos de curso”.*³⁶

³³ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

³⁴ SEGANFREDO, Sônia Maria. *Une: Instrumento de Subversão*. *Op.Cit.* p.10.

³⁵ Ata do Conselho Departamental de 22 de Agosto de 1960. Arquivos da FNFfi – Proedes – UFRJ.

³⁶ SEGANFREDO, Sônia Maria. *Une: Instrumento de Subversão*. *Op.Cit.* p. 6 e 7.

Ainda que a esquerda fosse hegemônica no movimento estudantil dentro da FNFi, podemos ver que a Faculdade foi alvo de investigação do IPES, e o livro de Seganfredo foi um importante instrumento de denúncia para o regime militar, não só de estudantes, como também de professores da Faculdade Nacional.

No final dos anos cinquenta, já podemos perceber a dimensão dos conflitos que apareceriam com mais frequência e intensidade nos anos sessenta. Em análise das atas do Conselho Departamental – onde se reuniam os chefes de departamento com o diretor da faculdade –, podemos perceber que a “politização” dentro da FNFi não era vista com bons olhos por grande parte dos docentes daquela faculdade. Para entendermos mais profundamente tais conflitos, é necessário analisar a gestão do diretor da FNFi a partir de 1957, Eremildo Luiz Vianna, catedrático de História Antiga e Medieval, e entender como o diretor teve o papel de destaque nos embates tanto dentro da Congregação como com os estudantes no período de sua gestão até o golpe militar de 1964.

Em análise das entrevistas com os catedráticos da época e nas atas da Congregação e do Conselho Departamental, veremos que a eleição de Eremildo em 1957 foi muito bem aceita por grande parte dos docentes da FNFi. Segundo o depoimento de uma das professoras mais perseguidas por Eremildo, Maria Yedda Linhares:

*“Quanto à atuação do professor Eremildo Luiz Vianna, há que se considerar os seus dois mandatos consecutivos. A Faculdade de Filosofia vinha de uma longa tradição de direções conservadoras. O próprio San Thiago Dantas com suas raízes fascistas-integralistas; depois o Carneiro Leão. O gozado é que, quando o Eremildo se candidatou, ele representava uma força nova. Foi apoiado por nós todos como sendo aquele jovem que ia acabar com o mofo da Faculdade; modernizar, fazer mudanças, permitir que a Faculdade fosse dinâmica, pesquisadora, como a gente queria. Foi um elemento de progresso, de avanço, que pensávamos estar colocando lá.”*³⁷

Eremildo Vianna, em entrevista a Maria de Lourdes Fávero, reafirma a aceitação de seus pares à época de sua eleição:

*“Governei a Faculdade seis anos. Eu não queria o segundo mandato, mas...Basta dizer o seguinte: fui eleito e reeleito contra o meu voto, mas por unanimidade dos outros. Depois foi que mudou a situação em razão das ideologias.”*³⁸

³⁷ LINHARES, Maria Yedda. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p.415/416.

³⁸ VIANNA, Eremildo Luiz. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio

Podemos depreender de tal citação que Eremildo já adiantava em sua entrevista os conflitos que viriam a surgir em 1962 e 1963. No entanto, tais depoimentos reafirmam a aceitação da gestão de Eremildo, o que aparece em diversas atas da Congregação e do Conselho Departamental. Os anos de 1959, 1960 e 1961 são anos em que, muitas vezes, o diretor é congratulado por sua atuação à frente da direção da FNFi. Podemos perceber, também, que a relação com os estudantes é bastante amistosa, pois a representação estudantil é elogiada constantemente por Eremildo no começo da década de sessenta.³⁹ Segundo depoimento do professor Francisco Falcon:

*“Todo mundo, quase por unanimidade, elegeu Eremildo Vianna, o que prova que nessa época todo mundo se dava. A complicação começou a partir da reeleição dele. (...) Quando ele foi reeleito os catedráticos estavam divididos pró e contra Eremildo Vianna.”*⁴⁰

Em ata de 30 de agosto de 1960, aparece novamente a aceitação geral da continuação do professor Eremildo na direção da Faculdade. A ata do conselho departamental congratula Eremildo por sua maciça votação na Congregação:

*“Voto de Congratulação: Por proposta do conselheiro Ernesto de Faria Jr., foi aprovado um voto de congratulação com o Senhor Diretor pela merecida votação obtida quando da constituição da lista para a escolha do Diretor. O conselheiro Ernesto de Faria adiantou que podia ser considerado como unânime essa votação, pois uma dos votos discordantes era o do Diretor, e o outro, decorreria de engano do professor Reinholdt Berge, que colocara na urna o voto que havia preparado para o segundo escrutínio. O Senhor Diretor agradeceu e ressaltou que tudo aquilo de proveitoso que conseguiu fazer, decorreu da colaboração dos colegas, e também, dos corpos discente e administrativo.”*⁴¹

O consenso em torno do nome de Eremildo aparece também nas atas da Congregação, em 1959, em um contexto de greve dos estudantes realizada em resposta às medidas autoritárias do diretor e que foi, naquele momento, amplamente legitimada pelos integrantes da Congregação.

Em ata de 14 de abril de 1959, o professor Eremildo Vianna teria baixado uma portaria de número 69/59. Segundo a Ata, tal portaria firmaria os horários fixos de funcionamento da FNFi, considerando que no horário previamente estipulado pela direção aconteceriam os eventos culturais, extracurriculares, o funcionamento dos

de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. p. 187.

³⁹ Ata do Conselho Departamental de 5 de Julho de 1960. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

⁴⁰ FALCON, Francisco José Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008.

⁴¹ Ata do Conselho Departamental de 30 de Agosto de 1960. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

grupos de estudos e dos pré-vestibulares. Outra importante deliberação estaria no artigo 7º da portaria: “É absolutamente vedada nos núcleos e associações qualquer atividade político-partidária.”⁴² O diretor da faculdade, na ocasião da reunião em que os alunos questionavam tal deliberação, estava viajando para os Estados Unidos, com o patrocínio da Fundação Rockefeller, e o conjunto da Congregação decidiu manter o artigo 7º da Portaria 69/59 mudando somente a sua forma escrita, sem ambiguidades.

Em ata do Conselho Departamental do dia 30 de abril de 1959, podemos perceber que o assunto volta com a presença do presidente do D.A. na reunião declarando que os estudantes estariam em greve. Segundo o representante dos estudantes:

“O ponto básico para os estudantes era o consubstanciado no artigo primeiro, relativo ao horário de suas atividades, e que a greve fora resolvida por unanimidade, pelo Conselho de Representantes, constituído do representante dos diversos cursos da Faculdade, e que a autorização aprovada do parágrafo único do artigo sétimo, não satisfazia os alunos.”⁴³

Em reunião da Congregação de 4 maio de 1959, com o diretor já de volta às suas atividades dentro da FNFi, ocorre a discussão para deliberarem sobre o assunto. Em ata, aparece somente que a discussão durou horas e que, após a deliberação em consenso, o representante dos estudantes foi chamado para ouvir a deliberação dos membros da Congregação. Em ata não se publica o que foi decidido, no entanto, aparece uma manifestação de satisfação da professora Maria Yedda, pela serenidade com que o diretor encaminhou a discussão:

“A seguir dado o avanço da hora, foram encerrados os trabalhos, depois de, por unanimidade, aprovados votos de aplauso à presidência da Mesa pela serenidade e eficiência demonstradas (proposta da profª Yedda Linhares) e do mais completo aplauso, apoio e confiança ao Diretor efetivo e ao vice-diretor.”⁴⁴

Em 1961, a FNFi passaria por algumas mudanças. Desde 1942, a FNFi funcionava na antiga embaixada italiana, quando, em meio à Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro ocupou aquele espaço e transferiu a Faculdade para a Avenida Antonio Carlos, número 40. Em 1961, os estudantes da FNFi ocuparam um prédio

⁴² Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 14 de abril de 1959.

⁴³ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 30 de abril de 1959.

⁴⁴ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata da Congregação de 4 de Maio de 1959.

federal perto da Academia Brasileira de Letras, onde funcionava o Tribunal de Recursos da União. O prédio seria chamado de Anexo. A partir de 1961, neste local funcionariam os Centros de Estudos dos cursos, os pré-vestibulares e os cursos noturnos da FNFi. Segundo Cecília Coimbra, estudante de História e militante do PCB naquela época:

*“A gente ocupou aquilo ali! Eu lembro que eu saí de férias correndo, não sei onde eu estava e meu pai por conta daquilo e eu fui para lá, para participar da ocupação do Anexo. (...) Mas a gente teve aulas ali, os cursos noturnos... O Centro de Estudos de História ficava ali no Anexo (...) Foi na marra que a gente ocupou aquilo ali.”*⁴⁵

A ocupação do Anexo parece ter sido, também, uma negociação da direção da FNFi. Em ata do Conselho Departamental de 21 de março de 1961, o representante do Diretório Acadêmico, parabeniza o diretor em nome dos estudantes:

*“O Representante dos Estudantes declarou que, na última assembleia do corpo discente, fora um voto de congratulações com o Senhor Diretor pela sua decisiva atuação para que se conseguisse o prédio do Tribunal de Recursos.”*⁴⁶

O clima amistoso entre estudantes e direção da Faculdade continua em 1961, e os debates em torno da situação política do país envolviam as atuações dos estudantes e professores da FNFi. Quando Jânio Quadros renunciara à Presidência da República e houve a ameaça de não empossarem João Goulart, os estudantes da FNFi fizeram greve e foram presos quando estavam em manifestação nas ruas. Nos órgãos deliberativos da Faculdade, os estudantes parecem ter tido apoio dos professores e, inclusive, do diretor, que entendiam a manifestação como uma causa justa. Em ata do Conselho Departamental de 29 de agosto de 1961, os professores declaram:

*“Situação política: O Senhor Vice-Diretor, Conselheiro de Faria Junior, declarou que, como professor e como brasileiro, lamentava a crise política atual e desejava que o nosso país não tivesse diminuído o conceito que gozavam entre outras nações; que a ordem, dentro dos incisos constitucionais, fosse mantida e que o Brasil continuasse como uma verdadeira democracia, com todos os três poderes da República funcionando sem qualquer alteração. O conselheiro Faria Góes declarou que não desejava silenciar, como educador, sobre o que vinha acontecendo e requererá o máximo esforço junto à mocidade, para orientá-la no sentido da consolidação definitiva da democracia, com o respeito completo com os preceitos contidos na Magna Carta. (...) O Senhor Diretor agradeceu a confiança em si depositada e informou que pensava exatamente como seus colegas; que já expressara sua opinião ao Magnífico Reitor em reunião do movimento discente, efetuada momentos antes, declarara a impossibilidade de se cumprir a Constituição pela metade, como não se pode aplicar a Justiça, apenas em parte; que aconselhara o máximo de calma e reflexão aos estudantes, e que traria sempre, os colegas a par dos acontecimentos.”*⁴⁷

⁴⁵ COIMBRA, Cecília. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 16 de dezembro de 2009.

⁴⁶ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 21 de Março de 1961.

⁴⁷ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 29 de Agosto de 1961.

Com esta declaração, podemos depreender o apoio do corpo docente pela posse de João Goulart. O Diretor da FNFi, inclusive, encaminha para o Reitor um pedido de dez dias para o adiamento das provas para que os estudantes entrassem em greve. Em setembro de 1961, esteve registrado em ata que os estudantes entraram em greve e alguns foram presos:

*“Greve dos estudantes: O Senhor Diretor fez votos para que a crise política logo terminasse, pois a paralisação das aulas importava em prejuízo irreparável. O presidente do D.A. informou que esperava a terminação da greve ao se empossar, na Presidência da República, o Vice-Presidente João Goulart. (...) Prisão dos alunos: O Senhor Diretor comunicou que, no sábado passado, entendera-se com o Chefe do Departamento de Ordem Política e Social, conseguindo que fossem soltos dois alunos, presos, aos distribuírem no centro da cidade, boletins de caráter político.”*⁴⁸

Ainda que não aprovasse por completo a greve dos alunos, podemos perceber que, neste momento, Eremildo Vianna interveio na situação dos estudantes presos. Cabe lembrar que, no mesmo ano, os alunos pediram representação estudantil com direito a voto na Congregação e foram negados, com o argumento que teria que ser modificado o Estatuto da Universidade do Brasil. No entanto, no ano seguinte, em uma greve unificada, os estudantes exigiriam representação nas Congregações das universidades brasileiras.⁴⁹

Nos arquivos da FNFi, não encontramos as atas da Congregação dos anos mais tortuosos, que são os de 1962 e 1963. No entanto, podemos ter uma pista do registro de tais conflitos nas atas do Conselho Departamental. Neste contexto de tensionamento, os estudantes da Faculdade Nacional iriam viver momentos de grande radicalização, entre os anos de 1962 e 1963.

Segundo Cecília Coimbra, a Faculdade, em 1962, vivia uma efervescência muito grande, a urgência tomava os estudantes daquela época e o Partido Comunista tinha conseguido ganhar as eleições para o D.A. da FNFi. Aluna do curso de História da FNFi, Cecília Coimbra caracterizaria bem o que significava, para os que viveram, aquela luta dos estudantes universitários no começo dos anos sessenta:

“Aqueles tempos caracterizavam-se pela implementação de projetos das chamadas reformas de base e de desenvolvimento nacional, frente ao reordenamento monopolista do capitalismo internacional, o que gerou uma política populista dos governos daquele período. (...) Sem dúvida, aqueles anos estiveram marcados pelos debates em torno do

⁴⁸ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 5 de Setembro de 1961.

⁴⁹ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 11 de Julho de 1961.

“engajamento” e da “eficácia revolucionária”, onde a tônica era a formação de uma “vanguarda” e seu trabalho de “conscientizar as massas” para que pudessem participar do “processo revolucionário”. A efervescência política, o intenso clima de mobilização e os avanços na modernização, industrialização e urbanização que configuravam aquele período, traziam necessariamente, as preocupações com a participação popular.”⁵⁰

Neste contexto descrito, podemos depreender que várias medidas foram tomadas por estudantes como forma de radicalização das lutas. Uma delas foi a proposta de greve advinda da União Nacional dos Estudantes (UNE), a chamada “greve de um terço”, de 1962, demonstrando as agitações cada vez maiores dentro das universidades, segundo Michel Armony.⁵¹ Segundo Cecília Coimbra, em entrevista:

“Uma das greves, que eu me lembro, inclusive, a gente ocupou o MEC e nós acampamos no andar do Ministro da Educação! Acampamos, de dormir lá! Ai chamaram a polícia, depois de vários dias de ocupação no MEC. Eu me lembro que a gente saiu, fazendo o “mise-en-scène”, todo mundo com a mão pra cima... Aquele monte de estudante. Foi o período que fervilhou mesmo! Hemilton Sarrego, presidente do diretório, ia para a Congregação e fazia discursos inflamadíssimos! Óbvio que a gente não podia assistir, era um número restrito de estudantes que tinham acesso. Só tinha direito a voz, e assim mesmo, um número reduzido, e não tinha direito a voto. O que a gente queria era direito a voz e voto.”⁵²

A “greve de um terço” proposta pela UNE tinha o objetivo de exigir do governo, inclusive com ocupação do prédio do MEC, a inserção de um terço dos estudantes nas congregações com direito a voz e voto, pois, assim, participariam ativamente do centro de decisões das faculdades no país. Dentro da FNFi, segundo Miguel Armony, sobre uma das passeatas por reivindicações estudantis de 1962, o professor Eremildo Vianna deu apoio à demanda estudantil, manifestando-se em entrevistas aos jornais. No entanto, sobre a greve, o diretor diria:

“O prof. Eremildo esclareceu que a U.N.E. tinha suspenso a greve nacional, e que cada faculdade, em Assembleia, decidiria se suspenderia ou não a greve. Esclareceu que os estudantes desta Faculdade haviam cessado a greve a partir de segunda-feira última. Quanto às provas, declarou que uma minoria havia comparecido às mesmas e que havia turmas inteiras sem trabalho de estágio. Esclareceu que a situação destes alunos havia sido estudada na última reunião do Conselho Universitário, e que já estava marcada outra reunião para que fossem definitivamente assentadas as medidas a serem adotadas.”⁵³

⁵⁰ COIMBRA, Cecília Maria B. *Gênero, Militância, Tortura*. In: STREY, Marlene. AZAMBUJA, Mariana. P. Ruwer de. JAEGER, Fernanda Pires. (Orgs.) *Violência, Gênero e Políticas Públicas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004. p.48

⁵¹ ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002.

⁵² COIMBRA, Cecília. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 16 de dezembro de 2009.

⁵³ ⁵³ Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 21 de Agosto de 1962.

A questão sobre a remarcação das datas já era motivo de preocupação dentro da Faculdade, atestada em ata do Conselho Departamental de 19 de junho de 1962. Em mais nenhuma outra ata é citada a greve, os desdobramentos dela ou se ocorreram as remarcações das provas. No entanto, podemos adiantar que, se o clima em 1962 era amigável entre Eremildo e os estudantes, os conflitos entre direção e alunos iriam se aprofundar.

Entre os professores, as diferenças políticas também apareciam. No contexto da discussão sobre reforma universitária, houve professores que a apoiavam e outros que a rejeitavam. As principais reivindicações dos estudantes que apoiavam a reforma era a criação dos cursos que funcionassem à noite para permitir o acesso àqueles que trabalhassem durante o dia, e também a necessidade de que todas as vagas nos cursos fossem preenchidas, retirando, assim, a nota mínima para a inscrição nos cursos. A professora Eulália Lobo, ainda como professora assistente, teve uma grande participação nos debates sobre a proposta de Reforma Universitária dentro da FNFi, com a elaboração das “Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil”:

“Nesta época, a tentativa de reforma da Universidade foi feita, pela primeira vez, com o concurso das bases: procurou-se consultar alunos, professores, funcionários, pessoas de vários níveis e classes sociais, bem como de distintos padrões culturais, para opinar sobre o que deveria ser a Universidade. Este esforço resultou num documento: “Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil”.

Este documento foi original por ter partido de uma consulta ampla, quando quase todas as reformas são feitas por decisão de poucas pessoas da cúpula. A idéia fundamental era que a Universidade fosse constituída por uma federação de centros. Estes seriam quase mini-universidades: descentralizava-se o poder e tinha-se um equilíbrio entre os centros, evitando-se distorções de algumas áreas privilegiadas e outras abandonadas (pelo menos era essa a intenção). O poder executivo seria exercido por um colegiado e não por um reitor todo-poderoso. Os assessores do Reitor eram designados por esse, enquanto no projeto, seriam pessoas emanadas de baixo, eleitas. Então o Reitor era um presidente; um regime presidencialista com uma base federativa.”⁵⁴

Segundo Lobo, a proposta de reforma formulada dentro da FNFi tinha como eixo norteador a necessidade de relações mais democráticas dentro da universidade. Tal proposta se tornava bastante progressista ao pensarmos em qual contexto foi originada a FNFi e por quais objetivos. Segundo Florestan Fernandes, a necessidade de uma reforma nos anos cinquenta vem ao encontro do colapso de um sistema de escola

⁵⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer Lobo. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.p.202/203

superior. Portanto, o esboço de reforma veio a responder a uma crise das escolas superiores. Segundo o sociólogo:

“No plano especificamente institucional, o rápido crescimento quantitativo provocou conseqüências de duas ordens. Pôs em evidência a incapacidade do velho padrão de escola superior de crescer, diferenciar-se e adaptar-se à situação nova. O congestionamento quantitativo e estrutural-funcional serviu para demonstrar a rigidez da instituição e sua inxequibilidade nos tempos presentes. Além disso, revelou as fontes congênitas de sua impotência cultural: adaptada ao ensino magistral e dogmático, a escola superior tradicional não possuía condições internas para evoluir, no sentido do ensino pluridimensional, nos moldes de concepções científicas, democráticas e utilitárias de educação escolarizada.”⁵⁵

Fernandes analisou como a estrutura arcaica das faculdades entrava em choque com a situação histórica que se objetivava dentro das universidades brasileiras, principalmente com a presença dos jovens de classe média e alta, que foram agentes importantes da redefinição social e cultural da universidade. No entanto, Fernandes aponta para os limites de tal projeto de reforma universitária, demonstrando que o novo estava emergindo de velhas estruturas das universidades conglomeradas, e a influência de tais estruturas seria desastrosa para as propostas que caminhariam para uma transformação de um novo projeto de universidade:

“Os interesses e os valores sociais que orientaram o apontado crescimento institucional do ensino superior nasciam dessa situação de dependência, mobilizando a expansão do ensino superior na direção da continuidade da dependência educacional e cultural. Portanto, nem a escola superior tradicional nem a universidade conglomerada tinham forças para romper o imobilismo e as limitações dinâmicas do meio. Nasceram, ao contrário, para se adaptarem às exigências educacionais e culturais que as tornavam uma realidade histórica, como “má escola” e “universidade problema”. Permitiam e estimulavam o crescimento dentro da ordem. Mas esta ordem dinamizava-se, estrutural e historicamente, como a ordem econômica, social e cultural de uma sociedade de classes dependente”⁵⁶

Segundo o sociólogo, tanto os professores mais engajados no processo de renovação universitária quanto os jovens envolvidos em uma emergente necessidade de destruição da estrutura arcaica estavam envolvidos nestas mesmas estruturas, que não seriam modificadas somente com a democratização de suas instâncias deliberativas. Segundo ele, a luta por uma universidade nova deveria necessariamente passar acima do próprio movimento histórico-social em que estavam inseridos professores e estudantes.

⁵⁵ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979. P. 106.

⁵⁶ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979. P. 108 e 109.

Deveria passar por um processo de negação de combinações políticas e educacionais decorrentes da antiga estrutura, já experimentadas no exemplo da passagem das escolas superiores para as universidades conglomeradas. Na reflexão de Fernandes, um elemento fundamental para uma modificação real da universidade atravessaria o questionamento de uma ordem social dependente e dividida em classes.

Dentro da FNFi, o debate sobre qual reforma universitária seria materializada já se colocava como uma pauta de discussão em ocasião da eleição para a direção da Faculdade. Já em 1963, Armony descreve que a meta principal dos estudantes era iniciar a reforma universitária na FNFi. Por isso, estavam dispostos a apoiar a reeleição de Eremildo como diretor da FNFi, desde que este efetuasse as reformas que poderiam ser feitas naquele momento, em diálogo com os estudantes. No entanto, de acordo com Armony, Eremildo não tinha nenhuma pretensão de negociar com os alunos e não tinha a intenção de objetivar qualquer reforma. Dizia, ainda, não precisar do apoio dos estudantes comunistas que ocupavam o diretório acadêmico. Dada a estrutura da Congregação, com seus catedráticos interinos apoiadores do diretor, segundo Armony, o diretor teria plenos poderes de materializar ou não as reformas. Segundo Eulália Lobo, mesmo que Eremildo tenha sido eleito como uma força de renovação, sua gestão foi sendo cada vez mais marcada pelo autoritarismo:

“Eremildo não reunia o Departamento, não o convocava e boicotava os pedidos para a realização de reuniões. Era uma forma de tomar, sozinho, as decisões, devido ao seu espírito autoritário, mas também a omissão dos outros professores. Por exemplo: O professor Hélio Vianna tinha pavor de tomar qualquer iniciativa, pois era doente do coração, não podia tomar nenhuma decisão.”⁵⁷

Tal análise foi descrita por Eulália Lobo, trazendo a situação especificamente do departamento de História. No entanto, estes conflitos que aconteceram nos dão uma indicação do porquê não encontramos nos arquivos da FNFi qualquer livro de atas da Congregação nos anos de 1962 e 1963. Consideramos que tal sumiço se constitui como uma perda lastimável para esta pesquisa, pois os embates registrados em atas, segundo depoimento de estudantes e professores da época, seriam elementos de riquíssimo valor para o caminho analítico que se desenvolve nesta pesquisa.

⁵⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer Lobo. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.p. 212.

Ao se negar a discutir sobre a Reforma Universitária, Eremildo Vianna toma uma atitude estranha para os estudantes, ou seja, diferente de suas atitudes habituais. Diante disso, a decisão de derrubar Eremildo Vianna foi aprovada pelos estudantes da FNFfi em assembleia geral em agosto de 1963.

O embate entre a direção da Faculdade e estudantes começa a se radicalizar. Em 8 outubro de 1963, os estudantes solicitam ao Conselho o espaço do Salão Nobre para a realização de uma assembléia:

“Reuniu-se o Conselho Departamental, em sessão extraordinária, para se pronunciar a respeito de solicitação do Salão Nobre, feita pelo D.A. a fim de realizar ali, uma assembleia de estudantes, no dia seguinte (nove) às quinze horas. O assunto foi amplamente debatido pelos presentes, findo o que votaram todos os Conselheiros Professores, no sentido de que poderá o Senhor Diretor permitir a realização da Assembleia Geral dos Alunos desde que a ORDEM DO DIA se restrinja às eleições para a diretoria da U.M.E., sem que se discuta a situação nacional (outro item da Ordem do Dia), tendo em vista o desejo de paz dos alunos e do povo brasileiro em geral, bem como por prudência, para que não sejam provocadas perturbações da disciplina desta Faculdade.”⁵⁸

Em resposta aos estudantes, o Conselho Departamental aprovou o uso do Salão Nobre, no entanto, pautou o que poderia ser discutido pelos estudantes como condição para a utilização do espaço. O pressuposto para o uso do espaço era justamente não ocorrer o debate sobre a dita “situação nacional”, em uma tentativa de despolitizar um debate impossível de ser despolitizado, como a eleição da U.M.E. Oito dias depois da primeira solicitação de uso do Salão Nobre pelos estudantes, a direção, tendo a frente ainda Eremildo Vianna, proíbe o uso do espaço para uma palestra sobre marxismo proferida por um ex-aluno da Faculdade, Wanderley Guilherme dos Santos. Com a proibição, segundo Armony, os estudantes arrombaram a porta do Salão Nobre e a palestra foi realizada. Com tal atitude, o diretor suspendeu diversos estudantes, segundo o processo 57/66, da Primeira Auditoria do Exército.⁵⁹ No entanto, nem todos os estudantes desaprovavam as ações do diretor.

Os estudantes envolvidos no Grupo de Resistência Democrática (GRD) defenderam que a possibilidade de boicote à reeleição de Eremildo Vianna para a

⁵⁸ Arquivos da FNFfi – Proedes – UFRJ. Ata do Conselho Departamental de 8 de Outubro de 1963.

⁵⁹ Citada por ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002. P.178.

direção da faculdade seria uma afronta à democracia universitária. Segue o discurso do militante do GRD ⁶⁰, segundo Armony:

“Pelo regimento interno, que rege os procedimentos desta faculdade, cabe ao conselho de representantes a tomada de decisões quanto à sucessão da direção da faculdade. A congregação se reúne e vota por maioria simples a lista tríplice a ser encaminhada ao senhor reitor para que dela ele escolha o nome do próximo diretor. Democraticamente. Esta é a lei. Quando mudar a lei, quando mudar o regimento, mudarão os procedimentos. Qualquer imposição externa será um golpe na democracia.” ⁶¹

Wilson Barbosa, estudante do curso de História e militante do PCB, contra-argumentaria a fala do militante do GRD em Assembléia Geral dos estudantes da FNFi:

“Roma antiga era uma democracia. Ali viviam os patrícios e os plebeus. Os patrícios eram a casta dominante: tinham o poder de decisão sobre a vida da cidade e sobre os direitos dos plebeus. Roma era uma democracia. Uma democracia de patrícios. Uma democracia para os patrícios. Eles elegiam seus governantes e seus senadores. Mas Roma não era uma democracia para os plebeus que não tinham o direito de voto e, assim, não tinham representantes, não tinham quem defendesse seus interesses.

A universidade brasileira tem que visar aos interesses do estudante, sua formação profissional, suas necessidades no futuro. Não é sua tarefa primordial sustentar catedráticos! Nós não podemos mais admitir que o estudante continue sendo o plebeu da universidade brasileira e os catedráticos os seus patrícios, legislando entre si e para si! Queremos fazer parte da democracia universitária.” ⁶²

Após estes acontecimentos, os estudantes conquistaram a saída de Eremildo da direção da FNFi, e ocupa o seu lugar o catedrático Djacir Menezes, que fica apenas dois meses como diretor da Faculdade. Segundo Armony, o novo diretor teve passagem rápida na direção, pois julgava a FNFi “ingovernável”, dada as constantes reivindicações dos alunos para participarem dos órgãos administrativos e pedagógicos da universidade.

Em 19 de dezembro de 1963, Djacir Menezes é substituído pelo professor Faria de Góes Sobrinho, tido como um homem de conciliação, porém, veremos em análises do arquivo da Polícia Política que Faria Góes contribuiu bastante com a atuação dos militares dentro da FNFi. O novo diretor apoiou somente as reformas que fossem

⁶⁰ O nome do militante do GRD não foi divulgado por Miguel Armony.

⁶¹ ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002. p.118.

⁶² *Ibidem*. p.119.

aceitas pelos catedráticos, modificações curriculares, disciplinas novas, cursos no turno da noite etc. O diretório acadêmico voltaria a promover palestras, reuniões e participaria da administração acadêmica efetuando a matrícula dos calouros. No entanto, esta pretensa “liberdade” teria suas limitações.

Podemos perceber que, ao longo de sua existência, a FNFi passou por várias modificações. Foi fundada a partir de uma direta interferência estatal. Posteriormente, a sua estrutura pedagógica, financeira e administrativa foi dirigida basicamente por catedráticos vitalícios e, nos anos cinquenta e sessenta, viveu intensos conflitos que questionariam, especialmente por parte dos estudantes, os espaços de poder dentro da Faculdade.

Dado o contexto geral de como se estruturou e se desenvolveu a Faculdade Nacional de Filosofia, no próximo capítulo é necessário dar conta dos debates que esta dissertação propõe fazer. Discutindo o caso específico do curso de História da FNFi, veremos como os debates que envolviam toda a Faculdade foram sentidos nos embates dentro do curso de História. Mais do que isso, vamos entender em qual contexto se organizaram os movimentos dos estudantes e dos professores dentro do departamento de História, como suas produções acadêmicas se envolvem com as questões de sua própria realidade social e quais foram as suas consequências com o golpe militar de 1964, objetivo final desta pesquisa.

Segundo Capítulo

A construção do saber histórico e o debate sobre a realidade brasileira na Universidade do Brasil (1959-1963)

Este capítulo pretende analisar a relação entre a construção do saber histórico e a realidade social, investigando os professores universitários de História atuantes na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil no fim dos anos 50 e começo dos anos 60, considerando os anos anteriores à implementação do Regime Militar no Brasil.

A escolha de pensar os historiadores como objeto de análise desta pesquisa leva em conta não somente a posição dos historiadores como analistas do tempo, mas também agentes historicizados, sujeitos às polêmicas que afetam tanto a construção do “saber histórico” como as suas próprias vidas. A partir desta dupla noção, pretendo investigar a construção do saber em História tomando como base a relação efetivamente vivida pelo agente do conhecimento.

Ao considerar intelectuais como sujeitos históricos envolvidos em questões de seu tempo e, justamente por isso, comprometendo-se com debates, disputas e desafios do presente, pretendo investigar os debates internos analisados a partir da criação do Centro de Estudos de História (CEH) por parte dos estudantes da FNFfi e as publicações da revista criada pelos estudantes e amplamente apoiada pelos docentes, chamada *Boletim de História*, as influências do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH) em 1961.

Ao focalizar tais questões entendo ser necessário investigar a atuação do historiador a partir da proposição de projeto social que ele legitima. Por isso, concordo com Josep Fontana em sua avaliação sobre a educação e sua suposta neutralidade frente aos conflitos sociais:

*“Não existe educação ‘neutra’ alguma que transmita os fatos históricos e a sua interpretação sem passá-los pela peneira de uma concepção de sociedade que se tem por ‘normal’, o que implica algumas determinadas idéias políticas.”*⁶³

Esta pesquisa, portanto, se afasta de uma qualificação dos intelectuais e seus posicionamentos políticos como se fossem eles somente aquilo que se auto-representam. A principal preocupação é justamente entender como conflitos sociais foram reapropriados nas discussões dentro do campo específico de investigação histórica e como os professores de História da FNFⁱ se envolveram em embates de seu próprio presente. Para isso, é necessário investigar os embates dos encontros nacionais destes profissionais (o que demonstra como tais intelectuais pensavam os conflitos de seu próprio tempo no começo dos anos 60), a sua relação com os estudantes e as publicações dentro da universidade, com a revista *Boletim de História*, e fora dela, o projeto “História Nova do Brasil”, organizado pelo ISEB.

2.1) Da renovação do ensino secundário à reflexão crítica sobre a realidade social: o Centro de Estudos de História e o *Boletim de História* nos anos de 1958 a 1963

Como podemos ver no primeiro capítulo desta dissertação, o funcionamento dos cursos dentro da FNFⁱ era baseado em cátedras. Este modo de organização se baseava num método bastante arcaico de funcionamento do ensino universitário no Brasil. Os catedráticos do curso de História da FNFⁱ eram a professora Maria Yedda Linhares, em História Moderna e Contemporânea, o professor Hélio Vianna, em História do Brasil, o professor Eremildo Luiz Vianna, em História Antiga e Medieval, além de, em História da América, o professor Silvio Júlio e, posteriormente à sua aposentadoria, a professora Eulália Lobo.

Dentro do curso de História havia diversos catedráticos que eram reconhecidos como autoridades de saber de determinada área de investigação histórica e, por isso, ao conquistarem tal prestígio, se tornariam até o fim da vida “os donos de seu setor de investigação”. O catedrático seria, portanto, aquele que decidiria quem trabalharia a sua área de conhecimento. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, aluno da FNFⁱ quando esta ainda era regida por cátedras:

⁶³ FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, Edusc, 1998. p. 251.

“Os catedráticos decidiam sobre carreiras das outras pessoas, porque se eles não convidassem a pessoa pra trabalhar não tinha como entrar nessas cátedras. Havia a idéia de que o catedrático era o dono daquele setor de conhecimento.

Por outro lado, é preciso ver que é claro que isso é um sistema arcaico, um sistema onde os catedráticos tinham excessivo poder, tudo iria depender da qualidade da orientação do catedrático em questão. Uma coisa era Eremildo Luiz Vianna, outra coisa era Maria Yedda, não é isso? Completamente diferente”⁶⁴

Ciro Cardoso, além de demonstrar a reprovação ao regime de cátedras, também evidenciou haver uma diferença entre as cátedras no curso de História. Segundo o professor, a cadeira de História Moderna e Contemporânea tinha uma diferenciação das outras cátedras, pois entendia ser necessária uma administração que fosse coletiva, com reuniões periódicas para o melhor desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área. O professor Francisco Falcon, na época professor assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea, ratificaria tal característica que diferenciava esta cátedra:

“A cadeira da Yedda tinha uma marca diferencial porque a Yedda reunia todo ano... Naquela época, os cursos eram anuais, não havia curso semestral, não havia o sistema de créditos, eram provas. Então, ela reunia todos os que trabalhavam com ela antes do ano letivo começar para traçar as diretrizes do trabalho a ser desenvolvido no ano seguinte. E às vezes fazia até uma reunião de meio de ano pra avaliar o primeiro semestre e, se necessário, reformular o segundo semestre. Mas isso era um tipo de, como ela dizia, administração colegiada, que só existia na cadeira de Moderna e Contemporânea e que era mal visto pelos outros catedráticos. Eremildo não fazia isso, Hélio Vianna dizia que assistente era pra assistir, é o que assiste. Ele tinha uma assistente, a Lucinda, que chegava, entrava, fazia a chamada dos alunos, a pauta, sentava-se lá no fundo e assistia à aula. O próprio Manoel Maurício, quando foi trabalhar – foi chamado pelo Hélio Vianna – de início ele também não deixou Manoel Maurício dar curso nenhum, era só pra assistir a aula dele. Era literalmente o assistente, o que assiste à aula do catedrático.”⁶⁵

Tais depoimentos nos fazem depreender que as relações entre as cátedras e o processo de ensino e pesquisa não se restringiam a discussões sobre a construção do conhecimento em determinada área de investigação, como vimos no capítulo anterior. Devemos, portanto, fazer a ressalva de que a discussão sobre a ciência histórica começava a se desenhar nas universidades brasileiras dos anos 60. Muito mais do que um acúmulo de legitimidade a partir da produção de artigos, livros, pesquisas etc., o professor universitário dos anos 60 tem características peculiares. Boas relações pessoais, salvo exceções, se configuravam como elemento fundamental para a inserção de um novato dentro de determinado campo de saber. Quando analisamos no capítulo anterior a relação entre catedráticos e seus assistentes, podemos perceber que não

⁶⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

⁶⁵ FALCON, Francisco Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008.

poderíamos analisar a construção do saber da disciplina História como um campo acadêmico consolidado. Deste modo, a forma de inserção de um determinado professor na academia era justamente o apelo à estima de professores com certa autoridade – muito mais política que científica - para a garantia de “cartas de recomendação” e inserção nas universidades.

Outra ressalva necessária é lembrar que não havia órgãos de fomento à pesquisa que poderiam estimular a pesquisa acadêmica. Por esta razão, de forma geral, a FNFfi se caracterizava como uma faculdade muito mais de ensino que de pesquisa. Segundo Maria Yedda Linhares, o papel da FNFfi de formar professores para o ensino secundário marcava a diferença entre a produção acadêmica do Rio de Janeiro e de São Paulo:⁶⁶

“A grande diferença entre os colegas paulistas e nós do Rio, residia na maneira de encarar o papel que cabia à Universidade no tocante à História. Aqui, pensávamos que tínhamos algo a fazer quanto à formação do professor de História para o Ensino Médio. É preciso não esquecer a presença entre nós de Anísio Teixeira, inclusive como professor de Filosofia, no Departamento de Educação, motivando-nos a orientar parte do ensino de História Moderna e Contemporânea para formar professores de melhor qualidade.”

Afirmando a avaliação da professora na revista publicada por estudantes de História chamada *Boletim de História* (que discutiremos melhor adiante), veremos a preocupação de pensar a educação básica por professores e estudantes de História, com a publicação de um artigo de Anísio Teixeira sobre a Filosofia da Educação em uma revista específica da área.⁶⁷

Esta preocupação também vem ao encontro de um grande movimento que evidenciaria a necessidade da renovação dos livros didáticos no país, muito descritivos e que não trariam mínimas reflexões da História sobre o presente. Segundo João Alberto da Costa Pinto, esta necessidade de renovação aparece, também, com a realização do Primeiro Congresso de Professores de Ensino Médio Oficial do Estado da Guanabara, ocorrido no Rio de Janeiro entre 18 e 23 de julho de 1960.⁶⁸ Segundo

⁶⁶ LINHARES, Maria Yedda Leite. “Quarenta anos da ANPUH: Balanço de uma professora”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. MATTOS, Hebe Maria. FRAGOSO, João. (Orgs.) *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001. p. 20.

⁶⁷ BOLETIM DE HISTÓRIA, Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959.

⁶⁸ PINTO, João Alberto da Costa. *Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais – Um Estudo*

Francisco Falcon, professor assistente da cátedra de História Moderna e Contemporânea da FNFfi:

“Tínhamos então uma visão das disciplinas da cadeira que privilegiava o estudo daqueles assuntos mais adequados e necessários, no nosso modo de entender, à aquisição de um conhecimento razoavelmente sólido sobre o conjunto dos programas respectivos. Muita leitura e discussão, apoiadas em métodos de trabalho eficientes e racionais, pareciam ser então a melhor maneira de contribuirmos para a formação de bons professores de ensino médio.”

Tais discussões iam ao encontro do papel que a FNFfi teria desde sua fundação, entretanto, tal preocupação não significaria um desapareço à pesquisa. Na perspectiva da cadeira de História Moderna e Contemporânea, a pesquisa era parte fundamental no processo de ensino e por isso, os debates sobre a formação social brasileira, faziam parte da discussão dentro da cátedra.

Para Falcon, o período que começou entre 1959-1960 a 1968-1969 caracterizou-se como um tempo em que as discussões fomentadas por intelectuais nos anos de 1940 se aprofundaram, mas que, no entanto, foram interrompidas bruscamente pelo golpe militar de 1964. Segundo o historiador, as discussões das décadas de 1940 e 1950 analisariam a realidade brasileira a partir de uma perspectiva dual que estabelecia a oposição entre um Brasil rural, arcaico, e um Brasil moderno, industrial. Tais teses versavam sobre a forma de desenvolvimento nacional e traziam análises para a superação destas diferenças dentro do país. Segundo Falcon,

“Enquanto novos estudos concorriam para o conhecimento de aspectos pouco pesquisados da história do país, a historiografia propriamente dita continuava fiel ao empirismo positivista, cultivando uma história do Estado e seus agentes políticos, militares, administrativos e diplomáticos. A nova historiografia, que então ganhava força, crescia fora da academia, tendo como referências as obras de Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro.”⁶⁹

No caso da disciplina História, podemos perceber que este movimento de inovação do ensino em História se relaciona à criação estudantil do Centro de Estudos de História (CEH), em 1958, na FNFfi, e o seu desdobramento a partir da criação de uma

de Caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB. In: MENDONÇA, Sonia Regina de(Org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes.* Niterói, Vício de Leitura/EduFF, 2005.

⁶⁹ FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1960 – 1968-1969.*In: Adriano de Freixo; Jacqueline Ventapane Freitas; Oswaldo Munteal Filho. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5.* Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Contraponto, 2008. p.46.

revista feita por estudantes e amplamente apoiada pelos professores daquela universidade, chamada *Boletim de História*. O desenvolvimento da revista tem muito a dizer sobre o processo de ampliação das reflexões sobre a universidade e o seu papel na sociedade brasileira daquela época. Por isso, a análise do *Boletim* não deve ser feita a partir de uma identidade geral da revista entre o começo e o fim dela, mas, sim, deve demonstrar o processo de reflexão e crítica referentes às próprias questões universitárias e questões mais gerais que envolveram a sociedade brasileira, como a ampla discussão sobre Reforma Agrária no começo dos anos 60.

O Centro de Estudos de História (CEH) foi criado, em 1958, para tornar-se um espaço de estudos acerca do ensino e pesquisa em História e promover debates a fim de trazer novas reflexões sobre a realidade brasileira, tanto foi assim que, em julho de 1960, foi criado o Primeiro Congresso Brasileiro de Universitários de História, realizado em São Paulo. Na revista *Boletim de História*, foi publicada a avaliação dos estudantes de História da FNFⁱ sobre o Congresso. De acordo com a relatoria publicada no *Boletim de História*, os debates que nortearam o encontro foram divididos em cinco temas: problemas da História na Universidade (principalmente a reforma do currículo); problemas profissionais do licenciado em História; o problema do livro didático de História para o curso secundário; criação da Federação Brasileira de Universitários de História e Temas de Cultura Histórica. Vale reforçar, mais uma vez, a preocupação sobre uma urgente modificação dos livros didáticos de História, pois, neste mesmo Congresso, foi aprovada uma moção de protesto “contra todos os livros didáticos vigentes” e, também, uma moção de repúdio a certos diretores escolares que decidem os livros didáticos que serão usados sem a consulta prévia de seus professores.⁷⁰

A iniciativa da criação dos Centros de Estudos teria, também, um respaldo institucional. Tanto é assim que, mesmo que o CEH fosse criado e dirigido pelos estudantes, o estatuto do Centro precisaria ser avaliado e aprovado pelo Conselho Departamental da FNFⁱ. Em reunião de 10 de maio de 1960, aparece em ata a aprovação do estatuto pelo conselheiro Nilton Campos:

“Estatuto do Centro de Estudos de História: foi aprovado o parecer emitido pelo Conselheiro Nilton Campos, como decorrência do exame a que procedeu no projeto deste Estatuto. (Proc. 3267/59). O processo em tela continuou em mãos do Conselheiro Nilton

⁷⁰ *BOLETIM DE HISTÓRIA*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano III, número 6, Janeiro a junho de 1961. p. 202.

Campos para receber parecer relativamente ao projeto do Estatuto do Centro de Estudos de Geografia, também constante do processo.”⁷¹

Mesmo tendo um vínculo institucional direto com a FNFi, o CEH gozaria de grande liberdade para a escolha de quais temas seriam debatidos. As discussões dentro do CEH se concentravam nas propostas de uma reforma universitária democrática e versavam sobre assuntos como os investimentos em educação realizados pelo Estado, a reformulação da graduação, a articulação entre ensino e pesquisa, interdisciplinaridade, financiamento de projetos universitários, as problemáticas interferências estrangeiras no sistema educacional brasileiro aos moldes europeus completamente inadaptados às condições e demandas sociais. Era necessário pensar a realidade das universidades brasileiras para nelas construir uma mudança realmente significativa. De acordo com Rubim Santos de Leão Aquino, ex-aluno da FNFi e um dos fundadores do CEH ocupando a função de tesoureiro na gestão de 1958, uma preocupação do primeiro ano de gestão era ter um espaço físico para seu funcionamento:

“A ideia do Centro era a gente arranjar sala, um lugar para os alunos conviverem, armário, livro, essas coisas todas.”⁷²

Tal necessidade só seria sanada com a ocupação do chamado “Anexo” em 1961, quando os centros de estudos foram para o outro prédio que, a partir daquele momento, pertenceria à FNFi. Além da fundamental funcionalidade que tem um espaço para o encontro dos estudantes, muito antes de conseguirem o “anexo”, os estudantes já começariam a materializar uma revista para a publicação de assuntos sobre os debates dentro da Faculdade de História. Como mencionado anteriormente, no CEH foi editada a revista *Boletim de História*. A publicação se referendava como uma criação do Centro de Estudos de História, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em colaboração com a Divisão de Educação Extra-Escolar, do Ministério de Educação e Cultura. A sua comissão diretora era totalmente composta pelos estudantes da FNFi. Eram eles: José Luiz Werneck da Silva, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Ondemar Ferreira Dias Junior e Rubim dos Santos Leão Aquino.

Podemos depreender, a partir das análises do *Boletim de História*, com os dados fornecidos pelas edições de números 2 e 3, publicadas em 1959, que a revista tinha certo

⁷¹ Ata do Conselho Departamental de 10 de Maio de 1960. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

⁷² AQUINO, Rubim Santos Leão. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 17 de dezembro de 2009.

respaldo institucional, sendo amplamente apoiada pela FNFi. Ainda assim, segundo Daniel Mesquita Pereira, o *Boletim* foi uma revista de direção estudantil, mas que teve o respaldo do historiador e Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, assim como o financiamento da direção da FNFi. O diretor da Faculdade Nacional, em 1959, era o catedrático de História Antiga e Medieval Eremildo Luiz Vianna, e a materialização da revista só poderia ser objetivada mediante a autorização do diretor da instituição. Por isso, aos olhos do diretor, a revista deveria dar voz a todos os catedráticos de História da FNFi. Podemos perceber na análise do sumário das edições 2 e 3 de 1959 que quase todos os catedráticos e seus assistentes foram contemplados com artigos na revista.

Os artigos eram assinados por professores considerados inovadores e progressistas no meio estudantil, como os professores da cadeira de História Moderna e Contemporânea, Maria Yedda Linhares, Hugo Weiss, ou de História da América, como Eulália Lobo, até aqueles que posteriormente seriam criticados pelos estudantes como historiadores tradicionais e positivistas, como Hélio Vianna (catedrático de História do Brasil) e Silvio Julio (catedrático de História da América). Nesta edição, aparece também um texto do catedrático de História da Filosofia da FNFi e intelectual do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, que tratou da discussão sobre classes sociais.

O editorial de 1959 demonstra o objetivo de representação de todos os professores do curso de História da FNFi. Segundo o editorial, intitulado “O que somos?”, das edições 2 e 3 de 1959:

“A juventude universitária brasileira compenetra-se cada vez mais do papel que lhe cabe no futuro do país, especialmente na formação de uma elite responsável. Além de não olvidar os grandes problemas nacionais e internacionais, concentra seus esforços no aperfeiçoamento do Ensino Superior do Brasil, sob o ponto de vista material e intelectual.

*Dentro destes fins, os alunos do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, fundaram, em 1958, com a colaboração dos Mestres, um Centro de Estudos de História cujas atividades são paralelas aos currículos. Incluem a publicação de um “Boletim de História” destinado a, sem qualquer restrição de ideologia, religião ou raça, contribuir para a formação cultural dos futuros preceptores e pesquisadores. Dispostos a fazer da História um veículo de conagração, aqui estamos para trocar publicações, artigos e sugestões.”*⁷³

Podemos depreender que o editorial de 1959 tem um tom bastante conciliatório, afinal a publicação do *Boletim* só seria possível se houvesse o investimento da universidade mediante a direção da faculdade. Portanto, os estudantes garantiriam que o *Boletim* se caracterizaria como um espaço de múltiplas vozes e que contemplariam

⁷³ *BOLETIM DE HISTÓRIA*, “O que somos?”. Rio de Janeiro, s/e, Ano I, números 2 e 3, Janeiro a março e abril a junho de 1959.

todas as cátedras do curso de História. Tal conciliação entre estudantes e professores aparece quando o Chefe de Departamento de História, o catedrático de História da América, Silvio Julio, apresenta, em reunião do Conselho Departamental, o terceiro número da publicação para seus pares, no qual é publicado um artigo seu intitulado “História do Amerigenismo Antilhano”:

“Durante o expediente, o Sr. Professor Silvio Julio de Albuquerque Lima, fez considerações sobre o 3º número do Boletim de História, publicado pelo Centro de Estudos de História desta Faculdade.”⁷⁴

Na mesma edição, podemos perceber que o esforço dos professores e dos estudantes se dá no sentido de pensar o livro didático e o ensino secundário. Perceberam, então, o *Boletim* como um instrumento que orientaria na revisão e atualização do professor do ensino secundário.

Na edição de nº2 e nº3 do *Boletim de História*, o artigo intitulado “Por que estudar História?”, do professor Arthur Bernardes Weiss representou muito bem os desafios de um professor fora da universidade e a necessária revisão dos livros didáticos que seriam baseados em uma história tradicional que se limitava a enfatizar a memorização de datas, nomes e apologizar os chamados grandes heróis da pátria.

Weiss era professor do ensino secundário do Colégio de Aplicação da FNFi e do Colégio Pedro II e, por isso, trouxe para o artigo as questões que o professor secundário tinha para renovar o ensino em História, tão desinteressante para os estudantes. Para Weiss, era necessário abordar a fundamental relação entre a História e as questões do presente:

*“Pouco adianta aos adolescentes conhecer a formação da estrutura agrária do Brasil no séc XVI. Latifúndio, monocultura, escravidão, produção voltada para o mercado exterior, tomam forma quando o professor conduz sua turma na análise da evolução dessa ordem de coisas no correr de nossa História até os dias atuais (quando se cuida de transformar uma estrutura que economicamente está caduca, pois embarga o desenvolvimento do país)”.*⁷⁵

O editorial seguinte, contemplando as edições de nº4 e nº5 de 1959, desenharia melhor o objetivo dos estudantes da FNFi. Com um editorial muito maior, podemos perceber o gradativo aumento da publicação das questões estudantis frente à História tradicional.

⁷⁴ Ata do Conselho Departamental de 30 de Maio de 1961. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

⁷⁵ BOLETIM DE HISTÓRIA, *Por que estudar História?* Rio de Janeiro, s/e, Ano I, números 2 e 3, Janeiro a março e abril a junho de 1959. p.71.

Os estudantes começam a adquirir mais autonomia na publicação. As questões sobre a realidade do ensino no Brasil recebem destaque e a crítica à estrutura arcaica da universidade começa a aparecer nos editoriais. O editorial, neste momento, não se pergunta sobre quem são os estudantes, mas afirma suas pretensões. As questões tornam-se mais propositivas e são colocadas como imediatamente necessárias. Segundo o editorial, intitulado “O que pretendemos”:

“E por que, especificamente, surgiu nossa revista? Por mais duas razões objetivas: a inércia das universidades e a situação da História em nosso país. Quanto à primeira, queremos simplesmente que a Universidade participe e influa no ambiente sócio-cultural em que está radicada, isto é, exista. (...) A questão do livro didático é tão importante quanto tantas outras no nosso ensino. A História tem tido uma valoração falsa e deformada na parte alfabetizada da população em virtude da maneira que se lhe é apresentada nos cursos escolares pelos compêndios. Os livros usados limitando-se a anotar nomes e datas, apresentam a História como uma espécie de catálogo de fatos. (...) Algo muito mais grave herdaram eles (os livros) da formação cultural brasileira: a alienação cultural comum nos países dominados por colonialistas ou imperialistas. É preciso passar a ver a História através dos nossos próprios olhos, do ponto de vista brasileiro. (...) A nós, brasileiros, subdesenvolvidos, cabe descobrir a autêntica fisionomia do argelino, aquela que o mostra como libertador de seu povo, como o realizador de um ideal humano mais elevado. Porque a luta deste homem foi a nossa, identificamo-nos com ele.”⁷⁶

A partir deste editorial, podemos explorar diversas questões que envolviam os estudantes e professores da FNFi. No mesmo número, podemos demonstrar a aproximação entre o editorial e as propostas da Cadeira de História Moderna e Contemporânea. Em artigos de autoria de Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon, podemos ter acesso à publicação das atividades da Cadeira em 1959 e seus objetivos e métodos para os próximos anos. A partir da leitura do artigo, demonstra-se a íntima relação entre a proposição da cadeira e os anseios do editorial. Destacam-se os trechos:

“O projeto apresentado ao Conselho de Pesquisas da U.B. objetivava: ‘Desenvolver um estudo sobre a África Negra, tendo em vista as condições de sua evolução histórica e sua atual posição na conjuntura mundial’.”⁷⁷

“As limitações decorrentes de concepções antiquadas ou esdrúxulas que pretendem impor como campo de pesquisa da Cadeira justamente os países, as regiões e os problemas não brasileiros; torna-se, assim, praticamente impossível a consulta às fontes, ficando, como consequência, eliminada a possibilidade de todo e qualquer trabalho histórico honesto e

⁷⁶ BOLETIM DE HISTÓRIA, *O que pretendemos*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959. p.7,8 e 9.

⁷⁷ LINHARES, Maria Yedda. BOLETIM DE HISTÓRIA, *A cadeira de História Moderna e Contemporânea FNFi-UB:Atividades em 1959*. Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959.Op. Cit. p.118.

sério capaz de representar uma contribuição verdadeiramente original para a historiografia contemporânea.”⁷⁸

Este trecho marca a diferença, como diria Francisco Falcon⁷⁹, entre uma historiografia alienada marcada por um empirismo e positivismo, que lecionava a História a partir de sua sucessão puramente factual, e uma História autêntica e emancipadora, capaz de explicar a realidade social do país e trazer a articulação entre a História do Brasil e a História dos países colonizados. Neste contexto, podemos perceber a influência dos movimentos de descolonização na África e a necessidade cada vez maior de pensar a relação do pretérito com o presente e as possibilidades de emancipação social articulando a história de países marcados pelo colonialismo. Segundo o editorial dos números 4 e 5, de 1959, que analisa os livros didáticos tradicionais:

“Algo muito mais grave herdaram eles da formação cultural brasileira: a alienação cultural comum nos países dominados por colonialistas ou imperialistas. É preciso passar a ver a História através dos nossos próprios olhos, do ponto de vista brasileiro. Não podemos, por exemplo, continuar estudando a expansão colonialista inglesa ou francesa da perspectiva dos colonialistas, com a visão que dela formaram justamente aqueles que são seus beneficiários. A nós, vítimas deste tipo de expansão em processo decadente, compete vê-la, estudá-la, aprendê-la e senti-la à luz de nossas condições de existência, assim como as dos outros povos marginais àquela História.

Hoje, cabe ao francês colonizante classificar o argelino como terrorista. A nós, brasileiros, subdesenvolvidos, cabe descobrir a autêntica fisionomia do argelino, aquela que o mostra como libertador de seu povo, como realizador de um ideal humano mais elevado. Porque a luta deste homem foi a nossa, identificamo-nos com ele.”⁸⁰

A característica deste editorial, no tocante à concepção dos alunos sobre a relação entre imperialistas e colonizados em um contexto de descolonização na África e Ásia, demonstra a concepção do papel de intervenção na realidade como tarefa principal da História. Neste trecho, também, vamos perceber a diferença que estaria marcada entre uma historiografia balizada por sua relação com o presente, demonstrada na forma como os estudos do ISEB sobre a História influenciariam os estudantes da FNFi, assim

⁷⁸ FALCON, Francisco Calazans. BOLETIM DE HISTÓRIA, *Objetivos e Métodos*. Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959. Op. Cit. p. 132.

⁷⁹ FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1960 – 1968-1969*. In: Adriano de Freixo; Jacqueline Ventapane Freitas; Oswaldo Munteal Filho. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Contraponto, 2008. P. 49.

⁸⁰ BOLETIM DE HISTÓRIA, *O que pretendemos*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959. P. 9.

como seus jovens professores, como Francisco Falcon, assunto que veremos adiante. Esta concepção de História já aponta para estudos que viriam a se multiplicar nos anos oitenta que pensariam em uma História dos “de baixo”, ou seja, tenderiam a valorizar as formas de resistência nos países colonizados.

Daniel Pereira afirma que a aproximação da Cadeira de História Moderna e Contemporânea com os estudantes era evidente, por serem eles considerados os professores mais “progressistas” e os que mais publicavam no *Boletim*. Segundo ele:

*“Mas, passemos a outro momento da publicação, quando os estudantes procuram estabelecer uma identidade intelectual que teria conseqüências para a concepção do valor e funções do conhecimento histórico que divergia da que predominava na Faculdade Nacional de Filosofia. A exceção era a Cadeira de História Moderna e Contemporânea, que parecia para os alunos como a única ‘progressista’, para usar o termo dos próprios estudantes. Se atentarmos para os textos que citamos até aqui, veremos que eles são de professores daquela Cadeira: Arthur Weiss, assistente, Delgado de Carvalho, Catedrático aposentado.”*⁸¹

Nas publicações a partir dos anos 60, podemos perceber que as reflexões sobre o ensino de História e a reforma universitária se relacionam a um processo maior de modificação da realidade brasileira. Tais reflexões começam a se objetivar nos escritos de professores e alunos, tanto na revista quanto nos conflitos dentro da Faculdade Nacional. A edição da revista publicada em 1963 demonstra a intensa mudança vivida por professores e alunos ao longo do início dos anos 60. A luta pela reforma universitária seria a porta de entrada para a construção de uma consciência política dentro da Faculdade Nacional. No decorrer dos primeiros anos da década de 60, podemos demonstrar o envolvimento da juventude com as reformas sociais no país. Se em 1961 já se discutia a necessidade imediata de uma reforma nas universidades, nos anos posteriores as chamadas “Reformas de Base” do governo João Goulart envolveriam toda a comunidade universitária daquela época em torno destas discussões. No editorial intitulado “Reforma Universitária e Escola Pública” do *Boletim de História* de 1961, a comissão editorial escreveria:

“A madureza da luta pela reforma universitária pode ser atestada pela atitude dos melhores alunos das diversas turmas. Se ao ingressarem em seus cursos se decepcionam pela total inutilidade do ensino ministrado, logo a Faculdade passa a contar em suas vidas como motivo de irritação. Na verdade, ela atrapalha o nosso estudo, desviando-nos para a memorização de dados sem importância e idéias – isso bem raro – ultrapassadas.

⁸¹ PEREIRA, Daniel Mesquita. *O Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia e a busca de alternativa para o ensino de História 1958/1963*. In: Ilmar Rohloff de Mattos. (Org.). *Histórias do ensino da História do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Access, 1998, v. 1, p. 100.

*Não se iludam os “donos” das Universidades e Faculdades. A Reforma Universitária está em andamento. Falta sua consumação. E o ‘Boletim de História’, nossa revista, é uma das várias provas de que a consciência dos universitários se transformou. Uma revista de História sob a responsabilidade de alunos é sinal dos tempos.”*⁸²

As movimentações dos anos de 1962 e 1963 dentro da FNFi são fundamentais para entendermos o advento de editoriais cada vez mais combativos durante o ano.

A maior politização das publicações do *Boletim* não se baseia somente em análises dos conteúdos da revista, mas também na análise feita por catedráticos de como o CEH e o *Boletim* estariam tomando características mais “polêmicas”. De acordo com a ata do Conselho Departamental de 3 de abril de 1962:

*“Atuação dos grupos de estudo: O conselheiro Hilgard Sternberg chamou atenção para o fato de haver sido publicada matéria, no Boletim do Centro de História, que transparece, um início de atitude política desse Centro, que sempre se manteve fora dessa área, vedada aos centros de estudos. Lastimando o fato, declarou o Conselheiro Hilgard Sternberg que preferia ver fechado o centro, a continuar a existir, desvirtuado de suas verdadeiras finalidades. A respeito dos Centros, informou o presidente do D.A. que o Núcleo de Estudos Pedagógicos chegou ao cúmulo de prescrever penalidades para seus associados. Em virtude desses fatos, ficou resolvido que se fizesse um reexame dos investimentos de todos os Centros e Núcleos.”*⁸³

Neste trecho, o conselheiro citado atentava para o fato de que o *Boletim de História* estava tomando rumos nada satisfatórios e como resposta a sua politização seria necessário fechá-lo. A concepção do conselheiro demonstra como alguns catedráticos viam o envolvimento de seus alunos com questões políticas. Cecília Coimbra, em entrevista, relataria uma punição que o catedrático de História do Brasil, Hélio Vianna, teria dado a ela, a reprovando por duas faltas, devido à participação da então estudante na eleição da UMES (União Metropolitana de Estudantes Secundaristas):

*“Eu lembro que o Hélio Vianna me reprovou por duas faltas. Eu lembro de uma vez que eu estava a eleição da UMES, na época, União Metropolitana de Estudantes Secundaristas e eu estava na eleição e ele passou por mim e foi embora e eu não fui. Quando eu fui pedir as duas presenças, para poder passar, para poder fazer as provas ele me disse assim: ‘Não minha filha, vai para as suas eleições da UMES’.”*⁸⁴

⁸² BOLETIM DE HISTÓRIA. *Reforma Universitária e Escola Pública*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano III, número 6, Janeiro a junho de 1961. p. 8.

⁸³ Ata do Conselho Departamental de 3 de Abril de 1962. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

⁸⁴ COIMBRA, Cecília. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 16 de dezembro de 2009.

Sobre o que foi dito pelo presidente do D.A., evidencia-se que o Centro de Estudos de Pedagogia estaria punindo os estudantes que tivessem atitude politizada. No entanto, em sua proposta de revisão dos estatutos, não fica clara sua posição sobre a modificação: se esta vetaria a possibilidade de haver discussões políticas ou o reexame dos estatutos teria o objetivo de garantir a liberdade política daqueles centros. Sobre este assunto, Coimbra nos dá uma valiosa contribuição quando caracteriza a atuação dos estudantes de pedagogia da FNFi. Segundo ela, naquele momento de radicalização, os estudantes que se envolviam nas questões políticas da faculdade julgavam as estudantes de pedagogia como despolitizadas e, por diversas vezes, depreciavam estas estudantes, afirmando que o curso de Pedagogia era um curso de “espera marido”. A citação da ata do conselho pode indicar que o veto de questões políticas no Centro de Estudos de Pedagogia poderia evidenciar uma resposta à falta de aceitação da diferença que os estudantes “politizados” da FNFi tinham.

A relação entre conhecimento e política seria uma discussão que permearia os debates dentro da FNFi. Estes acontecimentos se relacionam diretamente ao tipo de editorial que o *Boletim de História* começa a divulgar no ano de 1963. Além de um editorial que reflete os conflitos e as posições dos alunos sobre a relação entre universidade e sociedade, em 1963, o espaço já comumente reservado para os professores universitários da FNFi é dividido com os ex-alunos e alunos e, também, com os professores do ensino secundário. Em 1961, já podíamos contar com artigos de ex-alunos da FNFi; no entanto, em 1963, o espaço se abre para discussões mais plurais e intervenções políticas claras. É o que podemos demonstrar com o editorial publicado em 1963:

“No momento histórico brasileiro atual, qual o nosso papel histórico? Que fazer, na nossa condição específica de ligados a uma determinada ciência, para ajudarmos o próximo, para colaborarmos na melhoria de nossa sociedade?”

*Deveria o historiador, para alcançar seu nobre objetivo, isolar-se em seu local de trabalho, e longe de tudo e de todos, pensar e elaborar placidamente seu próprio trabalho, pouco importando se ele responderia ou não às indagações da realidade, à necessidade da nossa sociedade de conhecer melhor os seus grandes problemas?”*⁸⁵

No mesmo editorial, encontra-se a posição frente tais indagações:

⁸⁵ BOLETIM DE HISTÓRIA, *A responsabilidade dos homens de História no mundo de hoje*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano V, número 7, Agosto de 1963. p. 7 e 8.

“Dizer que à História não interessam estas coisas, que não se devem misturar problemas atuais à História, é dizer que devemos nos afastar da sociedade, é tornar a História um ‘hobby’ de alguns, é dizer que a História não é algo profundamente social. Esta posição supostamente descompromissada e ‘imparcial’ esconde na realidade a concordância e a aprovação tácita do estado atual de coisas. Quem quer defender o que está aí, faça-o através do livre debate e não se servindo de subterfúgio como este de afastar a História dos homens e do mundo.”⁸⁶

Do começo dos anos 60 até o golpe militar de 1964, podemos depreender, a partir da análise dos artigos e editoriais da revista *Boletim de História*, as dimensões amplas do envolvimento de estudantes e professores nos debates sobre as reformas sociais e a democratização da universidade pública. Este envolvimento, no entanto, se deu em diversas perspectivas e atuações. Os conflitos dentro da FNFi tensionaram estudantes e professores que afirmavam posições no decorrer do processo de radicalização e conflito. Demonstraremos adiante que o envolvimento de professores universitários, como o professor Francisco Falcon e professores recém-formados da FNFi e do Instituto Superior de Estudos Sociais, seria um elemento fundamental para o desenvolvimento das análises sobre a realidade econômico-social brasileira dentro da Faculdade Nacional de Filosofia.

2.2) O ISEB e o projeto História Nova do Brasil: Os homens da história como agentes históricos

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado, em julho de 1955, como um instituto que fazia parte do Ministério da Educação e Cultura no governo de Café Filho. O ISEB surgiu como um instituto de congregação de intelectuais progressistas e nacionalistas, que o viam como um espaço de discussão acerca da realidade brasileira. Em uma análise posterior do papel do ISEB na história brasileira, alguns “isebianos” tendiam a diferenciar os primeiros anos do instituto, em que este funcionaria como um centro de estudos, e uma época posterior, pois, a partir de 1958, teve um caráter interventivo, promovendo cursos para sindicalistas, militares nacionalistas e estudantes.⁸⁷ Já no começo de sua atuação, o ISEB promovia cursos para

⁸⁶ *Ibidem.* p. 12.

⁸⁷ PINTO, João Alberto da Costa. *Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais - Um Estudo de Caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB*. In: Sonia Regina de Mendonça. (Org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense / Vício de Leitura, 2005, v.

oficiais de baixa patente no Clube Militar do Rio de Janeiro, situação que incomodava os Estados Maiores (da Armada, do Exército e da Aeronáutica), pois entendiam o ISEB como um espaço de propagação de ideologias contrárias ao progresso da nação, incitando a revolta e a desagregação das Forças Armadas.

Muitos são os debates sobre o papel do ISEB ao longo dos anos cinquenta e sessenta, principalmente no tocante às diferenças entre uma corrente desenvolvimentista que fundara o ISEB e que seria substituída, a partir de 1958, por uma corrente mais militante que aliava reflexão teórica a propostas de intervenção na realidade brasileira. Hélio Jaguaribe, um dos fundadores do ISEB, diria que com a influência cada vez maior de Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, o ISEB se deslocou de uma posição de centro-esquerda, que entendia ser a burguesia nacional a condutora de um projeto nacional, para um projeto “radical” de “socialismo-populista” que afirmava a construção de uma legítima consciência nacional a partir das massas.

Segundo João Alberto da Costa Pinto, ainda que não houvesse uma matriz clara do papel do ISEB e seus seguidores, é possível perceber a construção de uma visão de mundo vinda principalmente de nomes como Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos, com um ideário de emancipação nacionalista a partir de 1960. De acordo com o historiador, a partir de 1962, o ISEB daria uma guinada maior à esquerda, quando o ex-assistente do professor Álvaro Vieira Pinto na FNFi, o professor Wandelely Guilherme, torna-se membro do ISEB. Segundo João da Costa Pinto, Wanderley Guilherme, quando publica pelo ISEB seu livro “Reforma e Contra Reforma”, demonstra não estar de acordo com a tese de Nelson Werneck Sodré em “Formação História do Brasil”, onde defende, assim como a direção do PCB daquela época, o papel que a burguesia nacional viria a cumprir em uma revolução de cunho nacional-reformista, por uma via democrático-burguesa de revolução nacional. Wanderley Guilherme iria para outro sentido, pensando em uma revolução imediatamente socialista e afastada de uma conciliação com a burguesia nacional. Segundo Pinto:

“Esse texto de Wanderley Guilherme marca os estertores do ISEB e marca a grande virada epistemológica e política do intelectual isebiano diante da realidade conjuntural da Revolução Brasileira. O livro é um ataque direto às premissas teóricas inaugurais do instituto que foram hegemônicas quando da presença de Jaguaribe, um ataque às noções de desenvolvimentismo; um ataque direto às diretrizes políticas governamentais (do governo Goulart), rompendo, portanto, com a característica sempre associada ao ISEB, de

ser uma agência de fomento ideológico aos projetos governamentais. A intervenção de Wanderley Guilherme põe em cena um nacionalismo radical porque centrado na estrutura de ação política dos chamados “militantes do povo” (trabalhadores urbanos e camponeses).”⁸⁸

Ainda que não fugisse do nacionalismo e, portanto, não defendesse o socialismo como uma revolução internacionalista, mas sim um outro tipo de revolução nacional, podemos perceber que Wanderley Guilherme recusa a associação com a burguesia nacional tão exaltada por intelectuais do ISEB e pela direção do PCB da época.

De acordo com Caio Navarro de Toledo⁸⁹, pensar a separação de um autêntico ISEB crítico e teórico e sua segunda fase como “degradada” e engajada equivaleria a negar a complexidade do papel deste instituto e sua relação direta com as transformações em curso no país, que trouxeram questões políticas que dividiam o Brasil daquela época. Por sua relação direta com a vida política do país, Toledo entende o ISEB a partir da sua linha de continuidade “ideológico-política” na dinâmica histórico-social brasileira e no envolvimento dos “isebianos” com as lutas sociais de seu tempo.

O ISEB teria uma relação muito estreita com a FNFi, tanto por participarem do ISEB alguns professores da Faculdade (Álvaro Vieira Pinto, por exemplo), quanto pelo projeto “História Nova do Brasil”, criado por Nelson Werneck Sodré em conjunto com os historiadores recém-formados pela FNFi que, como estudantes, foram participantes ativos da revista *Boletim de História*. Vale lembrar que, em momento de grande radicalização dentro da FNFi, em 1963, Wanderley Guilherme palestrou sobre o marxismo no Salão Nobre da Faculdade, mesmo com a recusa da direção da FNFi e o posterior arrombamento da porta do Salão por estudantes.

Sônia Maria Seganfredo descreveria, a partir de sua perspectiva, a mal-vista relação entre a FNFi e o ISEB:

“A Faculdade Nacional de Filosofia mantém cursos de Pré-Vestibular, cujas aulas são ministradas pelos alunos das últimas séries dos cursos da Faculdade. O Pré-Vestibular de Filosofia, em 1958, era dirigido por alunos filiados à UNE e ao ISEB. Os professores pregavam uma doutrina que, só depois de algumas aulas, nos foi possível entendê-la bem. Era o marxismo, incluindo a prática de atitudes antifamiliares. A catequese, seguindo a

⁸⁸ PINTO, João Alberto da Costa Pinto. *O ISEB “por ele mesmo”: Práticas Institucionais e Modelos Ideológicos*. In: MENDONÇA, Sonia Regina. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*, Niterói, FAPERJ/EdUFF, Niterói, 2006. p. 340 3 341.

⁸⁹ TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) . *ISEB: Ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964*, in: *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. V.1.Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 162.

técnica da “simpatia e amizade”, apresentava resultados proveitosos, devido à inexperiência de jovens recém-saídos de escolas secundárias, que se sentiam com a responsabilidade de aprender a “dominar as massas”, conforme diziam os elementos do grupo do Vieira. O diretor da Faculdade, Professor Eremildo Vianna, desconfiava da atuação do grupo, mas, em declaração feita mais tarde, disse que nada podia fazer por não ter as provas suficientes.”⁹⁰

O movimento de “História Nova do Brasil”, além de ter se vinculado diretamente ao ISEB como um de seus projetos, tornou-se a objetivação dos projetos pensados pelos estudantes de história da FNFi e, principalmente, por aqueles envolvidos no Centro de Estudos de História (CEH). A coleção História Nova foi escrita por ex-alunos da FNFi que frequentavam os cursos regulares sobre a realidade brasileira no ISEB. São eles: Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, este como diretor do departamento de História do ISEB.

Segundo João Alberto da Costa Pinto, a coleção História Nova também contou com amplo apoio do professor assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea, Francisco Falcon, que escreveu o volume que inauguraria o projeto História Nova.⁹¹ Essa aproximação com o projeto viria a ser estabelecida, principalmente, por conta da influência de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, amigo de Falcon. No entanto, tais relações entre a História Nova e a Cadeira de História Moderna e Contemporânea seriam envolvidas em diversos conflitos. Já nos indica Falcon a relação que se estabelecia da cadeira com estudantes marxistas e com o próprio marxismo:

“Como se tudo isso não bastasse, havia ainda a questão marxista, ou comunista, como dizia a “direita”. A partir de 1958, ingressaram no Curso de História alguns estudantes marxistas; daí o início de um diálogo complicado (deles com a Cadeira) já que tampouco nos considerávamos “anti-marxistas” convictos. Baseado no respeito recíproco, tal diálogo tornou-se talvez mais difícil quando, a partir de 1962, alguns dos melhores alunos passaram a frequentar cursos do ISEB, tornando-se um pequeno grupo deles auxiliares do Prof. Nelson Werneck Sodré”

(...)

“É provável que algumas das tensões que vivenciamos, a partir de 1958/1959, com uma parte dos alunos, tenham sido uma das conseqüências de nossa recusa, como Cadeira, de

⁹⁰ SEGANFREDO, Sônia Maria. *Une: Instrumento de Subversão*. Rio de Janeiro, Ed.GRD, 1963. p. 73.

⁹¹ PINTO, João Alberto da Costa. *Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais - Um Estudo de Caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB*. In: Sonia Regina de Mendonça. (Org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense / Vício de Leitura, 2005, v. , p. 245-264.

assumir um caráter teoricamente uniforme e doutrinário, o que, ironicamente, não evitou que nossos adversários, dentro e fora da FNFi, nos atribuissem precisamente tal caráter.”⁹²

Analisando as proposições da Cadeira dentro da FNFi, podemos encontrar diversas inovações que estabelecem a discussão entre a História e o presente, a rejeição a uma História positivista, a forma democrática como a cátedra se organizava etc. No entanto, podemos depreender, também, que há, em certa medida, uma rejeição ao marxismo da História Nova como perspectiva de análise acadêmica. Segundo a catedrática Maria Yedda Linhares:

“Havia ali um grupo pequeno de pessoas atuando no ISEB. Eu mesma nunca fui militante do ISEB. Nunca participei do ISEB, detestei a História Nova, achava aquilo ridículo, medíocre e tudo mais. Mas não dizia nada, não fazia nada para não fazer o jogo de O Globo.”⁹³

Linhares demonstra a rejeição ao Projeto História Nova, no entanto, demonstra, também, que não colocaria sua opinião publicamente, por conta do tempo de polarizações muito marcadas, para, de nenhuma maneira, reforçar a crítica de “O Globo” contra o ISEB e, também, contra o governo Goulart.

Neste mesmo contexto do debate sobre a História Nova, Falcon também indica em citação como os alunos se davam com o diretor Eremildo Vianna nesta época:

“Os estudantes de História, além de querelas e disputas internas, moveram campanhas contra alguns docentes de outras cadeiras, mas procuravam formas de convivência com os catedráticos, sobretudo com o Diretor da FNFi, como se evidencia através do Boletim de História.”⁹⁴

João Alberto da Costa Pinto, citando o mesmo trecho do artigo de Falcon, compreende que o professor estaria querendo indicar que, em alguma medida, os estudantes do *Boletim* estariam apelando a certo oportunismo para a publicação do *Boletim*. Segundo Pinto:

⁹² FALCON, Francisco José Calazans. *A cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa histórica da FNFi – UB*, In MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do Ensino de História no Brasil*. Rio de Janeiro, Acess, 1998, p. 123 e 134.

⁹³ LINHARES, Maria Yedda. In: FÁVERO(Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. P. 414.

⁹⁴ FALCON, Francisco José Calazans. *A cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa histórica da FNFi – UB*, In MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Op.Cit.* p. 124.

“A questão é saber que catedráticos conviviam com estudantes, porque, pelo que já descrevi, Eremildo Viana, por exemplo, seria o último a ter qualquer relação mais fraternal com o estudantes, ainda que fosse quem garantisse financeiramente a publicação do Boletim. É certo que a habilidade de negociação de Cavalcanti Neto garantia a publicação com a anuência de Eremildo Viana, mas creio que tal relação se efetivava apenas dessa expectativa. Vistas assim, as informações de Falcon podem corroborar a assertiva de um certo oportunismo dos organizadores do Boletim de História, oportunismo que, evidentemente, com o que já foi aqui apresentado, não se justifica”⁹⁵

Através das análises das atas do Conselho Departamental e da Congregação, dos depoimentos de diversos professores e estudantes da época, podemos julgar que tal afirmativa do professor Falcon passa longe de uma avaliação ambígua da relação entre o *Boletim* e a direção da Faculdade. No primeiro capítulo, nos dedicamos amplamente a demonstrar que as atuações de Eremildo, estas sim, foram bastante ambíguas. Desde sua eleição, em 1957, Eremildo era considerado uma força de renovação dentro da FNFi e, ao longo de sua gestão, foi elogiado por estudantes e alunos. No entanto, é em 1963, na campanha de sua reeleição, que o diretor toma uma atitude radical contra estudantes, indicando que não materializaria em nenhuma medida o projeto de Reforma Universitária proposta pelos alunos. Pinto, portanto, analisa Eremildo Vianna a partir de sua atuação após 1963, e não em sua fase de gestão da faculdade, quando, como diretor da FNFi, tinha poder de publicar a revista criada pelos estudantes.

Sobre o Projeto História Nova e o ISEB, mais especificamente, a coleção foi publicada em 1964 e financiada pelo Ministério de Educação e Cultura através da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES). Das dez edições previstas, cinco foram publicadas e as outras cinco foram suspensas com a instauração do regime militar, em 1964.

O ISEB e o projeto História Nova significavam, no começo dos anos sessenta, a possibilidade de objetivação de uma real renovação dos livros didáticos e da formação do professor do ensino secundário, possibilidade que não parecia ser o objetivo, segundo os estudantes, de grande parte dos professores catedráticos da FNFi:

“A questão do livro didático é tão importante quanto tantas outras no nosso ensino. A História tem tido uma valoração falsa e deformada na parte alfabetizada da população em virtude da maneira que se lhe é apresentada nos cursos escolares pelos compêndios. Os livros usados, limitando-se a anotar nomes e datas, apresentam a História como um catálogo de fatos.

Pretendemos mostrar aos editores, que prezam as obras existentes, pois já as divulgaram como se fossem sabonete ou pasta dentífrica, que livros sérios, bem feitos,

⁹⁵ PINTO, João Alberto da Costa. *Historiografia, Projeto Teórico e Práticas Institucionais - Um Estudo de Caso: Nelson Werneck Sodré e o ISEB*. In: Sonia Regina de Mendonça. *Op.Cit.* p.260 e 261.

teriam, em um prazo não muito longo, lucros maiores, pois a boa qualidade despertaria o interesse público. Se nem menciono, nesta argumentação, valores educacionais, é porque me refiro aqui a editores para quem o móvel lucro parece ser um dos que mais contam. Consideramos, portanto, nossa tarefa primordial, na qualidade de futuros professores, a luta contra estes livros.”⁹⁶

O patrocínio do CASES e o apoio do ISEB tornaram-se elementos fundamentais para a materialização de uma necessidade já amplamente discutida pelos estudantes da FNFfi. Tal importância que deram à renovação do livro didático pode ser demonstrada nas publicações do *Boletim*. Em todas as publicações da revista são citadas a questão da renovação do ensino secundário e quais seriam as formas de modificação dos materiais básicos para a educação secundária. Tal necessidade de reavaliação dos conteúdos do ensino secundário seria, ao mesmo tempo, uma discussão sobre o papel da História e uma crítica à História descritiva e positivista presente, também, no ensino universitário. Caracterizando as aulas do catedrático Hélio Vianna, Joel Rufino dos Santos, um dos autores da História Nova do Brasil e integrante do núcleo estudantil do PCB na FNFfi, escreveria:

“O titular daquela disciplina, Hélio Viana, era um modelo de catedrático daquela universidade: reacionário, monarquista, sinceramente convencido de que a História não passa de exaltação dos grandes homens e de seus feitos.”⁹⁷

Muitas das críticas desenvolvidas pelos estudantes em relação ao tipo de ensino da “velha universidade” se objetivariam em uma disposição para a construção de uma forma alternativa de se pensar História, se distanciando do saber propagado pela universidade. As reivindicações estudantis abrem os anos 60 em um momento de grande radicalização. Na FNFfi, estudantes faziam passeatas que demonstravam a necessidade de uma reforma universitária urgente. Com tal demanda, começava-se a pensar em uma universidade mais democrática, exigindo cursos noturnos, maior número de vagas e abolição das cátedras. Tudo isso trouxe conflitos na relação entre estudantes e diversos professores. O professor Eremildo mesmo sofreu boicotes à sua reeleição, devido ao não comprometimento com as reformas e a negação do diálogo com os estudantes comunistas que ocupavam os diretórios acadêmicos.

⁹⁶ BOLETIM DE HISTÓRIA, *O que pretendemos*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano I, números 4 e 5, Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959. P. 9.

⁹⁷ SANTOS, Joel Rufino dos. História Nova: Conteúdo Histórico do último ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

No curso de História, já podemos demonstrar esta radicalização analisando o *Boletim de História* do ano de 1961. A comissão diretora, em 1961, já era formada por alunos, mas também ex-alunos diplomados a partir de 1959 no curso de História da FNFfi. Na comissão diretora figuravam alunos que já na graduação frequentavam os cursos regulares sobre realidade brasileira e que seriam criadores, com Nelson Werneck Sodré, da História Nova do Brasil. A comissão diretora do *Boletim*, em 1961, era formada por Antonio Carlos Pinto Peixoto, Luiz Sérgio Dias, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Sérgio Figueira Ferreti e Wilson do Nascimento Barbosa. Os ex-alunos eram: Ângela Maria Lintz Vianna Soares e José Luiz Werneck da Silva.

A partir da composição da comissão diretora, já podemos depreender certas análises. Primeiramente, Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Pedro de Alcântara Figueira eram alunos em 1961 e mais tarde seriam autores da coleção História Nova do Brasil. Outro estudante que cabe destacar é Wilson do Nascimento Barbosa. Wilson era militante do Partido Comunista Brasileiro e, mais tarde, segundo Miguel Armony, participaria da luta armada na organização VAR-Palmares.⁹⁸ Daí, exemplificamos a participação de estudantes militantes do PCB no movimento estudantil da FNFfi.

Podemos perceber que, tanto dentro quanto fora da universidade, a esquerda, nos anos 60, começou a participar ativamente vida política do país. O PCB era o principal centralizador desta atuação. Apesar de estar na condição de ilegalidade, o partido viveu seu apogeu neste momento da história do país e mantinha militantes no movimento sindical e no movimento estudantil. As propostas pecebistas, chamadas de nacional-reformistas, não só influenciaram aqueles que não militavam no partido, mas também por certos momentos influenciaram decisões no âmbito do governo federal.

A declaração de 1958 e a proposta de uma via pacífica da revolução brasileira influenciaram bastante as reflexões sobre as mudanças sociais necessárias no começo dos anos sessenta. Esta declaração foi um documento de divulgação da linha política do PCB a partir daquele ano. Segundo Jean Rodrigues Sales, esta linha política seria bastante criticada antes do golpe por militantes que romperam com o PCB em 1962 e criaram a organização política chamada Política Operária (POLOP). Após o golpe militar de 1964, no entanto, esta linha política do PCB seria caracterizada como a responsável pelo imobilismo da esquerda frente à ação militar de 1964.

⁹⁸ ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002. p.53.

Segundo a tese pecebista de 1958, a sociedade brasileira ainda se caracterizava por práticas feudais e semi-feudais no campo. Eram os latifundiários, considerados os setores feudais dominantes, que se alinhavam com o imperialismo para afinar um desenvolvimento industrial que não fosse autônomo, mas sim submetido a interesses estrangeiros. Desta forma, era necessário que os comunistas se aliassem à burguesia nacional e todos os outros setores progressistas para que se objetivasse uma revolução democrático-burguesa no país. Esta etapa seria fundamental para a emancipação da classe proletária.⁹⁹

Com a chegada de João Goulart à presidência, o PCB acreditava ter encontrado uma base para afirmar suas teses. Com uma aliança do chamado populismo de esquerda petebista e a burguesia nacional, os comunistas reivindicariam a libertação nacional e o fim da dominação imperialista no Brasil. Os estudantes do curso de História demonstrariam seu alinhamento com o tipo de concepção política do PCB e do ISEB. Neste trecho do editorial de 1963 do *Boletim de História*, podemos demonstrar que a tese de uma via pacífica para a revolução brasileira e o alinhamento com a burguesia nacional para produção de uma industrialização autônoma deveriam ser os principais objetivos para que fossem efetuadas as reformas sociais tão esperadas:

“Historicamente sabemos como a forma de produção dos latifúndios monocultores atrasa o progresso tecnológico, científico e cultural de um povo. Sabemos de conhecimento histórico como vivem mal os países industrializados, de economia voltada para o exterior, dependentes e dominados pelo imperialismo e pelo neocolonialismo, povos bizarramente autoculpados na expressão ‘subdesenvolvidos’.

A missão mínima dos homens de História nos dias de hoje é lutar pela revolução industrial no Brasil, fenômeno que ocorreu na Inglaterra no século XVIII e nos EUA no século XIX. Mas revolução industrial em qualquer país nunca foi a montagem de fábricas estrangeiras em um território retirando daí milhares de vezes mais do que o investido, impossibilitando o próprio desenvolvimento do incipiente parque industrial nacional. Capitais estrangeiros devem vir para onde indicarem nossas necessidades. Empréstimos, que se devem dar de governo a governo e com liberdade de plena utilização, devem ser aplicados para o nosso desenvolvimento e com taxas normais de juros. (...)”¹⁰⁰

Podemos observar nesta citação a grande questão que envolvia os estudantes do *Boletim de História*: a oposição entre imperialismo e nacionalismo. Afinados com o discurso pecebista, podemos perceber que, para estes estudantes, o desenvolvimento do

⁹⁹ SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

¹⁰⁰ BOLETIM DE HISTÓRIA, *A responsabilidade dos homens de História no mundo de hoje*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano V, número 7, Agosto de 1963. p. 10 e 11.

país estaria comprometido devido à associação da economia nacional com os interesses estrangeiros. Por isso, tornava-se necessária a associação com a burguesia nacional para o desenvolvimento autônomo do país. O editorial continua:

*“Contudo, para lutarmos contra estes interesses internos ligados aos grupos externos que também combatemos, é necessário que defendamos intransigentemente a democracia. A democracia brasileira está longe de ser perfeita, mas não reconhecer as grandes vitórias conquistadas pelas forças democráticas nos últimos anos, desde a promulgação da Constituição, é um lamentável erro histórico. Demos alguns passos atrás e outros a frente, o país não é tão democrático quanto desejamos, mas a luta, nas condições históricas atuais, deve ser travada no sentido de aprimorarmos a democracia brasileira.”*¹⁰¹

Neste contexto, podemos depreender que estudantes e mesmo alguns dos professores da FNF*i* se envolveram ativamente nas discussões de sua época e pensavam no sentido de uma democratização necessária para uma reforma social urgente. Tais estudantes abraçaram as teses nacional-populistas representadas pelo governo João Goulart e a aliança PCB e PTB, e se envolveriam de forma orgânica com os acontecimentos dos tão agitados anos sessenta.

2.3) O começo da organização dos professores e a criação da A.P.U.H.: Os Simpósios dos Professores Universitários de História nos anos de 1961 e 1962

O começo de um diálogo nacional dos professores de História se materializou com a “Semana de Estudos Americanos”, que aconteceu entre 12 e 18 de julho de 1959, na Universidade do Brasil. Lá estiveram representantes da PUC-RJ, Colégio Pedro II, FNF*i*, USP, a Universidade de Pernambuco, Universidade da Bahia e ainda quatorze professores norte-americanos, de acordo com Francisco Falcon.¹⁰²

O objetivo da “Semana” era analisar com professores estrangeiros e brasileiros a pesquisa e o ensino da História do Brasil e da História da América. Para os professores da FNF*i*, aquela ocasião aproximou o curso de História da Universidade do Brasil aos professores do curso de História da USP. Foi esta aproximação que fez com que a

¹⁰¹ *Ibidem.* p. 10 e 11.

¹⁰² FALCON, Francisco José Calazans. *A cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa histórica da FNF*i* – UB*, In MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Op.Cit.* p.

Cadeira de História Moderna e Contemporânea fosse chamada para a Comissão Organizadora do I Simpósio de Professores Universitários de História.

Os professores universitários de História criaram, então, o I Simpósio dos Professores Universitários de História do Ensino Superior, em Marília (SP), no ano de 1961. Para o professor Francisco Falcon¹⁰³, aquele simpósio indicava um horizonte de discussões que versavam sobre metodologia e teoria como perspectiva de mudanças frente à tradição empirista da historiografia. A partir do artigo publicado pelo *Boletim de História* em 1963, pelo Professor Francisco Falcon, podemos demonstrar a visão da Cadeira de História Moderna e Contemporânea sobre o I Simpósio dos Professores Universitários de História de 1961.

Na edição nº7 do *Boletim de História*, publicada em agosto de 1963, o professor Francisco Falcon descreve os problemas e avanços do I simpósio de professores de 1961, considerando ter sido uma oportunidade única de discussão ampla e democrática sobre a História:

*“Estávamos diante de uma oportunidade única, jamais realizada; íamos discutir com colegas do país inteiro aqueles problemas ligados ao ensino de História em nível universitário, tão sensíveis diariamente a todos quantos se dedicam a ele. Quem, em tais circunstâncias, vendo concretizar-se um sonho, sempre julgado impossível, iria analisar as entrelinhas de convite tão oportuno? Preferimos acreditar que os organizadores de fato animados pelas circunstâncias de poder realizar ‘ab ovo’ uma experiência que viesse a criar novas e mais amplas condições no ensino da História aproveitassem a oportunidade única para realizar algo mais profundo e mais ousado do que um simples ‘Simpósio com o objetivo de fazer uma revisão do currículo atual’. Tínhamos a impressão de estarmos no limiar de uma ampla e democrática discussão sobre a História em nossas faculdades, servindo o currículo de tema principal mas, em hipótese alguma, único admitido.”*¹⁰⁴

Falcon explica, no entanto, que os professores do Rio de Janeiro tinham a impressão de que os organizadores do Simpósio não se interessariam em debater as “questões profundas”, mas que desejavam debater aspectos particulares e imediatos do currículo, num claro desígnio de fugirem das grandes questões que envolviam toda a universidade e sua relação de dependência com a realidade socioeconômica brasileira.

¹⁰³FALCON, Francisco José Calazans. *Historiografia e ensino de história em tempos de crise – 1959-1960 – 1968-1969*. In: Adriano de Freixo; Jacqueline Ventapane Freitas; Oswaldo Munteal Filho. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Contraponto, 2008. p. 50.

¹⁰⁴ FALCON, Francisco José Calazans. In: BOLETIM DE HISTÓRIA, Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano V, número 7, Agosto de 1963. p. 189.

*“Verificamos que desejavam a pequena reforma, ou melhor, a rearrumação da casa, usando os mesmos cômodos e quase a mesma mobília. Como convencê-los que a mobília está velha, corroída de cupim, e a casa está caindo aos pedaços, que é muito pequena, enfim, querendo apenas viver em pouco mais sob proteção de muralhas que a ‘protegem’ da planície, isto é, do povo? Impossível, ou quase.”*¹⁰⁵

Com tais proposições, os “professores do Rio” tornar-se-iam potenciais perturbadores ao andamento do Simpósio. Segundo o professor Francisco Falcon, os organizadores os viam como subversivos e “desejosos de fazer política”.

Ao serem chamados para a discussão do simpósio, os organizadores alegaram que tais proposições não se enquadravam ao tema do simpósio e, por isso, discuti-los prejudicaria os objetivos de “reformulação curricular imediata”.

Em Marília, segundo o professor Falcon, as concepções “europeizantes” tomaram fôlego e traziam reflexões sobre os problemas brasileiros a partir de fora do país, comparando os currículos propostos com os currículos europeus ou de universidades norte-americanas.

*“Aparentemente, era o ‘medo da política’; no fundo, porém, era a ‘política do medo’, da omissão, do conformismo das defesas dos interesses criados. Não podíamos chegar às raízes, ao âmago dos problemas, devíamos ficar à superfície, em tertúlias agradáveis e inúteis. Éramos um grupo de pessoas fora do tempo e do espaço a discutir as bases de um ideal também intemporal, o currículo ideal. Currículo para quem? Para onde? Provavelmente para os brasileiros, para as nossas faculdades, mas nem sempre tínhamos muita certeza disso. Criticava-se muito a realidade brasileira, mas pouco se cuidava de compreendê-la e de em função dela, do seu desenvolvimento revolucionário, estudar as melhores soluções, preferindo-se o que ‘deveria’ ou ‘poderia’ ser àquilo que é e será.”*¹⁰⁶

Escrevendo ao *Boletim de História*, o professor Falcon pareceu decepcionado ao relatar que a resposta para toda aquela discussão tinha sido inútil, pois o modelo de ensino e pesquisa aprovado era europeu e não se tinha pensado sobre os problemas reais, como a condição de trabalho docente e, muito menos, se propuseram a pensar a formação do aluno que seria o “fruto da realidade brasileira de 1961”. Por conta das tais críticas, os professores do Rio de Janeiro foram acusados, já no momento de organização do Simpósio, de que estariam desviando as questões centrais e iriam para Marília imbuídos de um “espírito destrutivo” caro aos professores subversivos que usariam do simpósio para trazerem “discussões políticas”.

Podemos perceber que quando os organizadores do simpósio caracterizam os professores do Rio de Janeiro como subversivos, marcam uma diferença clara entre a

¹⁰⁵ Ibidem. p.190.

¹⁰⁶ Ibidem. p. 190.

discussão científica e as questões políticas. Por isso, as discussões, que Bourdieu chamaria de “estratégias de fechamento”, tendem a separar os debates dentro de um campo ainda embrionário, com o senso comum, demonstram que a discussão referente à questão do currículo iria ser debatida a partir de sua reestruturação formal e não através dos problemas que perpassam a formulação de um currículo. Era necessário, para os “professores do Rio”, portanto, pensar o currículo considerando as potencialidades das universidades brasileiras dos anos sessenta e, por isso, era de fundamental importância reformular o currículo não a partir das questões imediatas, mas sim partindo da realidade que o atravessa e o materializa.

Para isso, é necessário analisar o campo científico na FNFi, mesmo que em formação, a partir da não separação entre sua capacidade técnica ou competência e suas representações sociais. Para o sociólogo, um pesquisador não é descolado da posição ocupada por ele na sociedade. Por isso, Bourdieu entende que “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”.¹⁰⁷

Considerando tais reflexões, podemos depreender a dimensão dos conflitos em jogo no processo de construção da associação de professores de uma determinada área do conhecimento. O I Simpósio tomou dimensões tão conflituosas justamente porque, pela primeira vez, a reunião se objetivou como um espaço de diferenças de concepções políticas, que se relacionam diretamente aos métodos e análises de investigação no campo da História. Porém, para Francisco Falcon, o simpósio tinha como objetivo, para seus organizadores, muito mais a possibilidade de conjugar intelectuais de todo o país em torno de uma perspectiva histórica única do que promover o debate sincero.

No debate da 6ª sessão, intitulada “A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História do Brasil”, Francisco Falcon escreveria:

“Uma exposição muito bem organizada, com sugestões utilíssimas, tecnicamente perfeitas, mas totalmente divorciadas da realidade brasileira, quer se considere esta realidade em suas condições sócio-econômicas, quer levemos em consideração a futura vida profissional do nosso estudante de História. Tudo para a especialização e depois? Métodos, conceitos, uma visão enfim tipicamente européia, brilhante sem dúvida, mas inaplicável, ou mais, indesejável. Diante de tudo isso, julgamos útil a uma intervenção mais energética, recolocando o problema em termos de Brasil; apenas a bancada do Rio corroborou o essencial de nossas observações, aduzindo-lhes novos e importantes elementos. A humildade do expositor ao responder às críticas comoveu a todos e especialmente aos membros do comitê organizador, assumindo um de seus membros a tarefa de responder às nossas críticas, dando-lhes em muitos casos um sentido pessoal e destrutivo que em absoluto não tivéramos,

¹⁰⁷Bourdieu. Pierre . *O Campo Científico*. Op.Cit. p.124.

dizendo-se assustado com as 'coisas' terríveis que havíamos dito. Na verdade, porém, o essencial das críticas, ficou por responder por motivos óbvios.”¹⁰⁸

Podemos depreender, de tal afirmação, que, não somente no momento de preparação do simpósio, mas no próprio desenvolvimento dele, os embates se objetivavam entre, principalmente, os professores do Rio de Janeiro e os organizadores, em sua maioria professores da USP. Colocando um distanciamento claro entre assuntos políticos e epistemológicos, tais organizadores procurariam se distanciar dos conflitos e questões do conjunto das relações sociais.

Conclui-se, a partir destes embates, que o campo acadêmico pretende discursar apoliticamente para tomar a autoridade científica e neutra para si, onde a política aparece em formas irreconhecíveis. Todas essas formas cumprem a função essencial de circulação de “ideias, métodos e reconhecimento”, fazendo com que ocorra a legitimidade dessas crenças. Em um contexto de formação de um campo de saber acadêmico, o que estaria em jogo seria a autoridade científica dentro daquele determinado campo de conhecimento. Por isso, mesmo levando em consideração os diferentes contextos de análise, Bourdieu contribui bastante para esta discussão quando coloca que:

“Os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem.”¹⁰⁹

Podemos depreender que os organizadores do Simpósio imprimiram a este evento o tipo de debate estritamente técnico que acreditavam ser o que deveria ser feito naquele espaço. A partir de um discurso neutro de currículo formal, foram escamoteadas questões fundamentais para um debate sincero sobre o currículo em um contexto de discussão sobre a reforma universitária.

Segundo Falcon, para pensar um novo currículo do curso de História era necessário analisar qual projeto de universidade os intelectuais participantes do simpósio iriam defender, por isso a necessidade de se discutir o currículo em um contexto de debate sobre a reforma universitária. No entanto, o debate se restringiu à forma do currículo sem a análise da base material em que ele se objetivaria, pois era necessário

¹⁰⁸ FALCON, Francisco José Calazans. In: BOLETIM DE HISTÓRIA, Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; Ministério da Educação e Cultura, Ano V, número 7, Agosto de 1963. p. 194/195.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 128.

afirmar uma diferença da construção do saber de determinada área de investigação científica e a dimensão política e “impura” dos pressupostos em que se baseariam tais concepções científicas.

Ao analisarmos os títulos das sessões do simpósio, já podemos perceber quais assuntos previamente seriam debatidos. Os títulos das sessões foram: “História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações: Problemas que suscitam a sua definição numa só Cadeira”; “História Moderna e Contemporânea: problemas que suscitam o seu ensino numa só Cadeira”; “O Estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação”; “O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História”; “Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História” e, finalmente, a sexta sessão, intitulada “A especialização. As condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História do Brasil”.

Ao considerarmos os títulos das sessões do evento podemos demonstrar que a maioria das sessões fazia referência às questões mais específicas do currículo de História. De acordo com o julgamento do professor Falcon, algumas sessões foram bastante criticadas pelos “professores do Rio” e outras foram tidas como progressistas, pois propuseram a discussão da “temida” reforma universitária. Deste I Simpósio foi criada a A.P.U.H. (Associação dos Professores Universitários de História), que teria como membros da direção da associação o professor Eremildo Luiz Vianna e a professora Alice Piffer Canabrava. Em ata do Conselho Departamental de 31 de outubro de 1961, os catedráticos conselheiros congratulavam Eremildo pela presidência da A.P.U.H.:

“Simpósio de História, em Marília, São Paulo: Por proposta do Conselheiro Ernesto de Faria Junior, foi aprovado um voto de congratulações com o Senhor Diretor pela sua eleição para a presidência da Associação de Professores de História e de satisfação pela sua atuação brilhante no Simpósio de História, recentemente realizado em Marília e durante o qual teve lugar aquela eleição. O Senhor Diretor, agradecendo, disse que sua eleição era uma homenagem à Faculdade e solicitou que a parte do voto sobre a atuação no Simpósio fosse extensiva aos demais integrantes da delegação da Escola.”¹¹⁰

O II Simpósio dos Professores Universitários de História aconteceu um ano depois do I Simpósio, em outubro de 1962, em Curitiba. O tema do Simpósio era “A propriedade e o uso da terra”. Este tema faz parte de um contexto em que a polêmica

¹¹⁰ Ata do Conselho Departamental de 31 de Outubro de 1961. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

sobre a reforma agrária mobilizava as discussões por todo o país, tornando-se, assim, um assunto imensamente relevante para as questões nacionais daquele tempo. Tanto foi assim que, em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) e ocorreu a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural pelo governo de João Goulart.

Podemos perceber, já no discurso de abertura do II Simpósio, que a presidente da comissão executiva do II Simpósio, a professora Cecília Maria Westphalen, demonstrou como as principais questões daquele contexto histórico impunham uma reflexão ativa ao intelectual comprometido com as mudanças sociais em curso no país:

*“Esta associação tardava, porém, chegou ainda em hora oportuna para fazer viver o estudo e a pesquisa histórica no Brasil em um plano outro que não o da simples erudição ou do diletantismo. (...) No entanto, como a História tem feito falta à Universidade, ou seja, à formação da cultura nacional, para que possam ser compreendidos e focados nas suas justas perspectivas os problemas da atualidade. Preocupadas as elites dirigentes com o desenvolvimento econômico do país, buscando equacionar as reformas para tanto necessárias, não têm, porém, lembrado que nenhuma conjuntura pode ser tratada isolada do seu contexto estrutural, e a História, que acompanha e analisa os processos de longa duração, pode fornecer elementos indispensáveis à compreensão dos acontecimentos presentes e até mesmo apontar soluções concretas.”*¹¹¹

No discurso de abertura, a organização do simpósio, representada pela professora Cecília Westphalen, já apontava que as discussões levantadas neste segundo simpósio não iriam se referir somente aos aspectos formais debatidos no primeiro simpósio, mas estimulariam a reflexão crítica sobre o que significariam as discussões sobre reforma social no país na década de 60:

*“Não culpemos, porém, somente a atmosfera tecnológica do mundo em que vivemos. Teremos nós, os historiadores, procurado fazer algo de positivo no sentido de integrarmos cientificamente a História à realidade de nossos dias? Teremos adotado uma atitude nova que nos possibilite participar ativamente da vida do nosso tempo? Ou teremos apenas nos limitado a dar simplesmente atenção, tal como se fez no passado, à ação superficial dos políticos e dos diplomatas? Não teremos outros, por ventura, ignorado a unidade cultural que é muito mais ampla e mais profunda do que aquela do Estado? Ou talvez tínhamos apenas, e comodamente, nos limitado a condenar a História historicizante... Toda ciência não cessa de definir-se de novo, de procurar-se, de encontrar-se finalmente. Teremos nós buscado este encontro?”*¹¹²

¹¹¹ WESTPHALEN, Cecília. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História, Curitiba, s/e, Outubro de 1962. p.22, 23 e 24. Arquivo Pessoal da Manoel Maurício de Albuquerque – Arquivo da Cidade – Rio de Janeiro.

¹¹² WESTPHALEN, Cecília Idem. p. 23

A proposta de Westphalen demonstra ser necessário o afastamento, como diria Bourdieu, de “campos de produção de discursos eruditos”¹¹³, que perpetuam uma ideia a partir de um código compartilhado apenas por seus iguais, garantindo uma falsa-autonomia que se configura na inacessibilidade e pensa-se independente das demandas sociais. Aliás, seu prestígio é afirmado justamente por não servir a estas demandas. Este campo afirma o seu prestígio justamente no afastamento ao “senso-comum” e afirmação de um “jargão erudito”. A proposta do discurso demonstra quase que uma necessidade de subversão dos pressupostos até então afirmados nas universidades brasileiras, um chamamento à ação dos intelectuais frente aos conflitos sociais:

*“Sociologia, Antropologia, Matemáticas Sociais, a todas elas devemos recorrer em seus métodos e técnicas de trabalho, a fim de atingirmos a História como o estudo do social, de todo o social, portanto do passado e do presente, inseparáveis um do outro. Enfim, é preciso ao historiador refazer da vida científica dos nossos tempos. E aqui, lembrando as palavras de Ruggiero Romano na sua obra sobre o comércio do trigo em Marselha: ‘Se a história de Marselha nos parece que deva ser escrita de novo, não é por causa dos erros que nela tínhamos encontrado. Não se trata de denegrir os sábios que a escreveram, aos quais não faltava nem a inteligência, nem o talento, nem a honestidade. Mas nós temos a convicção de que ela deve ser olhada de um ponto de vista diferente’. (...) A diretoria da Associação dos Professores Universitários de História, ao iniciar, em suas reuniões científicas, os estudos de temas, se lançou nesta inquietação da procura, buscando olhar a História de um ponto de vista diferente. Eis a razão do tema proposto à consideração do II Simpósio dos Professores Universitários de História.”*¹¹⁴

A referência do discurso de Westphalen demonstra como a historiografia francesa dos Annales iria influenciar esta nova geração de historiadores, tanto na crítica a uma História historicizante e positivista quanto na concepção de uma História que se envolve em questões de seu próprio tempo e que valoriza a interdisciplinaridade. Mesmo a Cátedra de História Moderna e Contemporânea crítica a europeização da História, compartilhava desta noção, vista principalmente na crítica de Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon ao marxismo.

A proposta da organização do Simpósio, demonstrada pelo discurso de abertura, já colocava como centralidade da discussão os debates que envolviam a sociedade daquela época. Diferentemente do simpósio de criação da APUH, o segundo simpósio demonstrou claramente as diferenças políticas dos participantes.

¹¹³ Bourdieu, Pierre. *O Campo Científico*. *Op.Cit.* p.145.

¹¹⁴ WESTPHALEN, Cecília. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op.Cit.* p.24.

De acordo com o relatório escrito pelo professor Falcon na revista *Boletim de História*, já na sessão inaugural as primeiras divergências apareceram, pois, levando em consideração o tema proposto pelo seminário, alguns professores viam a necessidade de debater sobre a reforma agrária como um assunto fundamental naquele contexto histórico, assim como entenderam alguns jornais de Curitiba ao escreverem sobre o Simpósio:

*“Estabeleceu-se, assim, já na sessão inaugural, uma divergência básica entre nossos pontos-de-vista e os de diversos colegas, pois, levando em conta a natureza do tema proposto, isto é, ‘A Propriedade e o Uso da Terra’, não víamos como nem por que fugir ao que era logicamente seu aspecto mais atual e importante, a Reforma Agrária, e a prova disso é que assim entenderam também muitos dos jornais curitibanos. (...) Talvez a natureza do assunto em debate, ou o ambiente mais cosmopolita, ou, enfim, a ação de ser de outros fatores, o fato é que as comunicações e debates estiveram via de regra em nível bem superior ao de Marília e, o que é mais importante, as discussões deram nítida superioridade quantitativa e qualitativa às atitudes progressistas, voltadas para a realidade brasileira, em confronto com as teses mais esdrúxulas dos habituais expoentes da alienação pseudo-histórica.”*¹¹⁵

Dois debates merecem destaque neste simpósio. O primeiro referente à comunicação de Eremildo Luiz Vianna e Guy de Holanda, intitulada “Metodologia dos Estudos sobre a Terra na Europa Medieval e na América”. Primeiramente, podemos analisar que houve intensa participação dos professores da FNFfi nesta mesa. Todos eles fizeram críticas positivas aos trabalhos de Eremildo Vianna e Guy de Holanda. Hugo Weiss diria:

*“O fruto mais fecundo do Simpósio, a nosso ver, será o possível planejamento, numa escala nacional, de investigações históricas sobre o tema. Julgamos que os historiadores brasileiros devem, o quanto antes, contribuir para o conhecimento o mais exato possível do processo sócio-econômico, cuja compreensão é indispensável a reformas sociais, como a agrária. Evidentemente, não pretende o Historiador usurpar a função do cientista social, mas é tempo de que saia do seu esplêndido isolamento e procure a integração de suas pesquisas em projetos interdisciplinares, dos quais tanto carecemos. O tema em apreço evidencia tal necessidade. Partindo da premissa de que devemos, pelo menos nos próximos decênios, dar prioridade ao estudo do Brasil e dos tempos atuais, o que não se confunde com um imediatismo rasteiro, os estudos históricos relativos à propriedade e ao uso da terra, deveriam versar sobre os antecedentes medievais e suas sobrevivências e o processo histórico brasileiro e sua inserção no mundo atual.”*¹¹⁶

Nesta apresentação, além do tom elogioso dos professores da FNFfi, como Hugo Weiss, Francisco Falcon colocaria a necessidade de pensar a História Medieval da Península Ibérica para o melhor entendimento da forma de desenvolvimento brasileiro

¹¹⁵ FALCON, Francisco José Calazans. In: BOLETIM DE HISTÓRIA, *Op.Cit.* p.199.

¹¹⁶ WEISS, Hugo. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op.Cit.* p.74.

para a compreensão e ação dentro do processo histórico que estavam vivendo, em uma perspectiva que relaciona a História como um elemento de análise e ação no presente:

“Vê-se que é indispensável, a quaisquer pesquisas sobre o tema, remontar aos antecedentes medievais, especialmente, da Península Ibérica para se conhecer as origens e desenvolvimento do processo brasileiro, a fim de melhor compreender as instituições e sua inserção no mundo atual.

Além disto, deve ser recomendado, em particular, o entrosamento dos estudos relativos ao processo brasileiro como os que vêm sendo realizados sobre o processo ibérico no tocante à propriedade e ao uso da terra. Recomenda-se, enfim, que seja organizado um grupo de trabalho que se devota à pesquisa no sentido indicado, devendo para tanto valer-se dos Núcleos Regionais, bem como encarar a possibilidade de estreita colaboração com o Centro Latino Americano de Ciências Sociais e organismos como a Sudene e outros congêneres.”¹¹⁷

Neste trecho, podemos perceber a associação direta entre órgãos do governo e o proposto pelo professor, demonstrando o envolvimento docente com o projeto de Reforma Agrária diretamente associada às propostas do governo João Goulart e seus órgãos como a Sudene.

No decorrer da discussão, porém, houve certa polêmica entre os apresentadores e a debatedora Maria Clara Rezende Teixeira Constantino, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Em suas considerações, a professora deixou clara sua oposição em relação a uma História dita “pragmática” por ser facilmente “datada” e passível de fácil superação. A crítica de Constantino se coaduna com a percepção de que a ciência histórica deve permanecer neutra frente aos conflitos do presente. Qualquer envolvimento maior comprometeria a imparcialidade científica da disciplina. Constantino enfatizaria que:

“O planejamento feito para o estudo social e econômico no âmbito referido deveria incluir a auscultação dos aspectos ideológicos, interrogando-se sobre o nível de interferência ou ‘desfazendo’ destes em relação ao processo histórico em estudo. (...) Manifesta ainda reserva quanto à colaboração proposta com a SUDENE e organismos congêneres. (...)

Teme as conseqüências de uma posição pragmática em relação à História ciência. Ao longo do tempo, a historiografia ostentou formas diversas desta posição que se foram substituindo numa aparente progressiva superação. Mas era sempre o mesmo pragmatismo, quer na modalidade de servir a estratégias e políticos como se apresentou na Grécia, quer sob revestimentos de magistério moral como depois se fez em Roma. Hoje, que estas modalidades se figuram anacrônicas, tentamos substituí-las – impele-nos a paixão do século – por forma de pragmatismo social.

Propõe ênfase na distinção entre a esfera do conhecimento e da ação. É na primeira que a História, enquanto ciência, se elabora. Quando a transpomos para o segundo plano, convertemo-la em técnica. O historiador enquanto elabora a história, não ensina porque

¹¹⁷ FALCON, Francisco Calazans. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História.

Op.Cit. p.75.

*não é mestre, aprende porque não é técnico, mas como explicar, porque é investigador. Restituamos assim à História o seu valor de conhecimento.”*¹¹⁸

A posição da professora demonstrou uma clara oposição frente aos objetivos gerais do simpósio. Podemos constatar no discurso de Constantino sua visão de que a História que estabelece a relação entre passado e presente retira-se de seu valor como ciência, pois se coloca a serviço de determinadas necessidades históricas.

Esta noção idealiza o cientista, colocado em um espaço não vinculado a interesses políticos, como se fosse impossível considerar alguma variável que constanja o puro agir científico do intelectual, considerado separado dos conflitos da sociedade de seu tempo e que em nenhuma medida é determinado por sua condição social e histórica.

Eremildo Vianna também responderia a tais críticas, colocando que o historiador não é, simplesmente, estático e “mero registrador”, e que também considerava a separação entre conhecimento e ação. De acordo com Vianna:

“Responde afirmando que não discutirá a respeito de ‘pragmatismo’ e que levantará duas questões, apenas: 1º Como se conhecia a composição das Câmaras Municipais medievais se não se partir do estudo de época posteriores ao séc XII? 2º Se não partirmos do estudo do presente, como conhecer instituições existentes ainda no Brasil, sobretudo no interior?”

*Quanto à objeção da Sudene diz que não se trata do propósito de ditar-lhes regras, mas fornecer elementos históricos indispensáveis. Lembra Toynbee como ‘conselheiro histórico’ do governo inglês durante a guerra. Seria pragmatismo dos ingleses em valerem-se de estudos e orientação histórica evidentemente necessários?”*¹¹⁹

Em resposta à professora, o professor Guy de Holanda rebateu a idéia de “pragmatismo” da História, afirmando:

*“Reafirmo, como fez o professor Eremildo Luiz Vianna, a necessidade de que as pesquisas históricas contribuam para a solução dos problemas sociais, proporcionando aos estadistas as informações necessárias, o que não significa intervenção direta dos historiadores na política.”*¹²⁰

Outra comunicação que demonstraria os embates políticos acerca das questões levantadas no Simpósio seria a sessão 4, presidida pelo professor Eurípedes Simões de Paula, professor de História Antiga e Medieval da USP e, também, cafeicultor paulista.

¹¹⁸ CONSTANTINO, Maria Clara Rezende. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op.Cit.* p.80.

¹¹⁹ VIANNA, Eremildo Luiz Vianna. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op.Cit.* p. 82.

¹²⁰ HOLANDA, Guy de. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op. Cit.* p.81.

Segundo o professor Francisco Falcon, Simões de Paula seria o principal financiador dos Simpósios da ANPUH de 1965.

Em 1962, o professor apresentou a comunicação intitulada “As origens do latifúndio: da vila romana aos engenhos e fazendas do Brasil colonial”. Em sua comunicação, o professor Simões de Paula comparou três tipos latifúndios: romano, medieval e colonial brasileiro, demonstrando a continuidade do latifúndio no decorrer da História:

“O latifúndio hoje tão combatido, foi uma forma, talvez única possível devido às circunstâncias de exploração da terra. Não justificamos o latifúndio, mas compreendemos a razão dele ter existido, pois tanto no Baixo-Império, como na Alta Idade Média, assim como no período colonial brasileiro, sempre existiu uma economia subdesenvolvida. (...) Concluindo as nossas considerações, pensamos que para o Brasil vale mais um latifúndio em franca produção, de um só dono ou de muitos, do que um minifúndio improdutivo, pois somos uma nação que luta para sair de uma economia subdesenvolvida, em grande expansão demográfica, cuja curva de crescimento, infelizmente, não é acompanhada por outra da área arroteada e da produção.”¹²¹

Então, o professor Hugo Weiss levanta questões discordantes em relação ao autor da apresentação, questionando o entendimento do autor sobre o que seria o latifúndio:

“Não vê no trabalho apresentado um conceito claro de latifúndio. Solicita que o autor esclareça se: Latifúndio é simplesmente grande extensão de terra ou implica ou não no conceito de produtividade. (...) Discorda da conclusão do autor quando afirma que a falta de transportes causou a formação do latifúndio no Brasil colonial. Mostra a existência de outros fatores importantes. Também acha que o autor confundiu a ‘villa romana’ e o latifúndio medieval com o latifúndio brasileiro: economia fechada (subsistência), e economia aberta visando a exportação e os mercados mundiais.”

O professor Francisco Falcon levantou diversas divergências em relação à tese do autor, entendendo ser um absurdo pensar a discussão sobre o aumento da produtividade como essencial e central para a reflexão sobre o latifúndio. Ele ainda criticou a proposição de invencibilidade do latifúndio no decorrer da história:

“Parece que o expositor procurou apenas demonstrar a permanência do latifúndio através da História, como fato constante e quase fatal. Não demonstrou que o latifúndio é um fato do passado sem relação com as condições econômico-sociais da atualidade. Não seria a sobrevivência do latifúndio um fenômeno artificial, já explicável pelo fato de serem seus donos os detentores do poder político? Houve implícita na exposição uma posição de combate à Reforma Agrária, o que pareceu

¹²¹ PAULA, Eurípedes Simões de. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. Op. Cit. p. 97.

*merecedor de sérios reparos. Algo anacrônico a defesa do latifúndio no momento em que tantas opiniões demonstram a sua necessidade imprescindível.”*¹²²

Em uma reflexão posterior, publicada na revista *Boletim de História* de 1963, Falcon reafirmaria as críticas ao trabalho:

*“Revelou o autor da comunicação um propósito, consciente ou não, de fazer da grande propriedade uma espécie de fato histórico permanente, necessário, irremovível, denotando um certo interesse em provar a impraticabilidade histórica de acabar com a grande propriedade, jogando por terra a Reforma Agrária. Os debates tornaram mais clara aquela intenção, além de revelarem uma incompreensão básica do problema do desenvolvimento econômico.”*¹²³

O professor Eurípedes iria responder aos arguidores, reafirmando sua tese a partir da diferença, colocando que as “concepções” sobre o latifúndio eram diferentes. Em resposta a Hugo Weiss, ele colocaria:

*“Quanto ao fato de um latifúndio ser produtivo ou improdutivo, pensa que o desentendimento está em que para o autor latifúndio é grande propriedade e que para o interpelante é propriedade improdutivo.”*¹²⁴

Em resposta a Francisco Falcon, Simões de Paula indicaria como principal questão não a existência da grande propriedade ou a concentração de terras no campo, mas sim a valorização da produtividade. Segundo a relatoria:

*“Afirma e mantém sua conclusão de que no Brasil a produção não está acompanhando o crescimento demográfico e julga que isso não é culpa da grande propriedade e sim da falta de crédito agrícola e da mecanização da lavoura. Não procurou defender o latifúndio, mas sim mostrar porque ele apareceu, e reafirmou mais uma vez que a reforma agrária não se faz sem trator e sem crédito.”*¹²⁵

Podemos perceber, a partir de tais argumentações, que os acontecimentos anteriores ao golpe e o seu desenrolar até o ano de 1968 atingiram e envolveram intensamente os historiadores atuantes na antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Os debates dentro do campo acadêmico anteriores ao golpe já movimentavam certos

¹²² PAULA, Eurípedes Simões de. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op. Cit.* p. 101.

¹²³ FALCON, Francisco José Calazans. In: BOLETIM DE HISTÓRIA, *Op. Cit.* p. 200.

¹²⁴ PAULA, Eurípedes Simões de. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op. Cit.* p. 105.

¹²⁵ PAULA, Eurípedes Simões de. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. *Op. Cit.* p. 105.

educadores e educandos em prol de mudanças bastante relacionadas aos programas de reformas de base debatidos durante o governo Jango, tanto no tocante à reforma agrária (na ocasião do simpósio de historiadores de 1962) quanto nas discussões sobre a Reforma Universitária na FNFu e no ISEB ao longo dos anos 50 e 60.

Para analisar a atuação destes historiadores frente aos desafios de seu próprio tempo, é necessário investigar a formação destes intelectuais que, longe de estarem em terrenos abstratos, colocam-se em terreno de disputas políticas claras, no sentido de propagar a consolidação de um projeto político de uma classe específica e torná-lo a forma de organização única para toda a sociedade.

Torna-se fundamental, para a construção do consenso, que as classes sociais se desenvolvam ao longo do processo histórico formando seus intelectuais, para que tenham consciência de sua própria função e agência no mundo. Caminham, portanto, no sentido de pensar a sua própria expansão como classe social específica dotada de um projeto de classe, na qual seus intelectuais estariam ligados organicamente, trabalhando como mediadores na realidade social, pensando a relação entre conhecimento/cultura e o mundo da produção.

Para pensar os intelectuais inseridos dentro das universidades, é necessário se ter clareza do que significa a universidade e como agem os intelectuais que falam a partir deste lugar na sociedade. Primeiramente, a abordagem dos intelectuais a partir de sua relação com os grupos sociais fundamentais e a díade intelectual “orgânico” / intelectual “tradicional”, criada por Gramsci¹²⁶, traz uma grande contribuição para o entendimento da figura do intelectual de forma menos contemplativa e, isto sim, mais identificada com a figura de um organizador, “persuasor permanente”, um construtor ativo na vida social que não vê a realidade social a partir de outro prisma ou acima da consciência das massas. Em uma suposta idéia particular do mundo, existe uma concepção coletiva deste mundo, e ao entender a historicidade desta própria concepção coletiva, podemos refletir criticamente e, assim, duvidar da auto-representação que temos de nós mesmos. Uma filosofia da práxis, portanto, só pode ser entendida a partir deste movimento estranhado de um pensamento precedente e que estimula um novo pensar crítico frente ao pensamento já constituído. Segundo Gramsci:

¹²⁶ GRAMSCI, Antonio. “Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” in *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000. p. 15-53.

“A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, a unidade entre teoria e prática não é um fato mecânico, mas um DEVENIR HISTÓRICO, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentido de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária.”¹²⁷ [Grifo do autor]

Este espaço de mudança na concepção de pensamento é histórico, ao mesmo tempo em que coloca na base da filosofia a “vontade” como uma atividade prática e política correspondente às “necessidades objetivas históricas” e que se objetiva numa concepção nova de mundo, uma ética que corresponde a uma vontade coletiva. Por isso, para Gramsci, um intelectual orgânico é um político que modifica o conjunto das relações de que ele mesmo faz parte.

Em Gramsci, a noção de que todos os homens são intelectuais (porém, só alguns exercem a função intelectual frente aos diversos grupos na sociedade) nos ajuda a entender que o processo de formação de intelectuais não caminha em espaços “abstratos e democráticos”, mas a partir de processos históricos concretos na realidade social. Por isso, ao pensar a diáde intelectual tradicional/intelectual orgânico, é necessário relacioná-la a uma formação social específica e a desafios que se estabelecem na realidade.

Neste sentido, entendo que as agitações anteriores ao regime militar e seus desdobramentos posteriores demonstram que os conflitos epistemológicos e políticos tornavam-se mais evidentes. Portanto, as lutas científicas não se estabelecem somente como lutas científicas, mas se inserem na afirmação e propagação de um dado projeto de sociedade. No caso da disciplina História, ainda que certos intelectuais entendam seu próprio trabalho descolado da realidade social concreta em que eles mesmos estão envolvidos e pela qual, em certa medida, são determinados, entendo que sua atuação está ligada a um projeto social que se relaciona à realidade vivida pelo agente do conhecimento. Com o golpe civil-militar de março de 1964, era de se esperar que a FNF*i* iria sofrer com a repressão nos meios acadêmicos. A antiga FNF*i* era tida como

¹²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

um incômodo para o regime militar e, nas palavras de Sonia Maria S. Seganfredo, intelectual ligada ao IPES/IBAD antes do golpe, logo no início daquele período era “o núcleo universitário que mais desenvolveu e ainda desenvolve uma ação subversiva”¹²⁸.

Para Miguel Armony, a criação da Faculdade significaria a expulsão do movimento fascista do país, mas que adiante encontraria novamente seu algoz, o regime militar, com o desmembramento e dispersão dos cursos em várias unidades de ensino no ano de 1968, em plena ditadura militar. Depois de 1968, a FNFi se tornou um banco e, também, um restaurante:

*“Parece que se quis garantir a extirpação física do local, alienando o imóvel do próprio patrimônio nacional; como se dissessem: vejam, ali onde passaram aqueles fatos, ali onde viveram e sonharam aqueles estudantes, ali onde correram aquelas idéias não é mais território brasileiro, aquilo não aconteceu, não houve, nem os cursos, nem os homens, nem o pedaço de história que foi escrita.”*¹²⁹

Sobre a perseguição de professores e estudantes dentro da FNFi, o desmembramento da faculdade em 1968 e a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, discutiremos no próximo capítulo.

¹²⁸ DREIFUSS, René Armand. “Correspondência de Sônia Maria Seganfredo com o IPES” in 1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Apêndice O. Petrópolis, Editora Vozes, 1981. p. 2.

¹²⁹ ARMONY, Miguel, A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964, Rio de Janeiro, Revan, 2002. p.13.

Terceiro Capítulo

O golpe civil-militar e a FNFi: A tentativa de controle da “subversão universitária” (1964-1969)

A partir do golpe civil-militar no Brasil de 1964 além de repensar o papel dos intelectuais em sua relação com a sociedade no contexto histórico do regime militar, é necessário, também, entender que tais disputas políticas dentro da universidade fazem parte de uma totalidade que é vivida pelos sujeitos não só em seu aspecto intelectual ou em disputas científicas, mas que se envolvem de forma mais ou menos evidentes com as questões da realidade social e histórica. Por isso, torna-se fundamental analisar o regime militar e seus fundamentos de repressão tanto em seu aspecto geral quanto em sua materialização nos órgãos deliberativos dentro da Faculdade Nacional de Filosofia. Para o entendimento de ambas as dimensões serão analisadas as atas da Congregação e do Conselho Departamental, assim como os arquivos da Polícia Política do Rio de Janeiro.

3.1) A repressão na FNFi: A atuação da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB)

A reflexão sobre a repressão nos meios acadêmicos pretende ser realizada em sua relação com o tipo de regime político que se instaura a partir de 1964 no país. Entendo a universidade como parte importante do projeto do Estado brasileiro que se pretendeu construir. Por isso, é de fundamental importância uma breve análise sobre o regime militar e sua forma repressiva, que se fez sentir não somente nos meios universitários, mas também se caracterizou como um estado autocrático burguês, naturalizando aparatos de controle para manter e defender seus próprios interesses enquanto classe no poder.

O sociólogo Florestan Fernandes traz grande contribuição para tal caminho analítico, ao demonstrar que não houve, nos anos sessenta, uma situação realmente pré-revolucionária e sim potencialmente pré-revolucionária devido a uma desarticulação burguesa. De certa forma, segundo ele, até as diferenças dentro da mesma classe (burguesa) viriam a aprofundar os conflitos dentro da ordem, o que, ainda que estivessem muito longe de um conflito fora da ordem, dificultaria a unificação do poder burguês, condição fundamental para afirmar estratégias de autodefesa e

autoprivilegiamento.¹³⁰ O populismo, segundo Florestan, longe de ser uma ameaça à ordem, não passava de um espaço de manipulação popular e de “autocracia burguesa dissimulada”.

Segundo o sociólogo, os conflitos entre classes e a sua intensificação nos anos 1960 fariam com que os embates sociais fossem tomados como verdadeiras ameaças à ordem burguesa, institucionalizando, assim, a repressão e a violência em nome da manutenção da “ordem democrática”.

Segundo Fernandes, em sua análise sobre o mesmo contexto histórico, as pressões que, para o sociólogo, seriam “dentro da ordem” surgiriam em um “clima histórico negativo”, pois naquela conjuntura era impossível o interesse burguês promover a hegemonia necessária para articular interesses diferentes de sua própria classe. Com isso, a contra-revolução clara e rígida viria a detectar subversão e o comunismo até no radicalismo burguês de João Goulart.

Tal movimento significaria uma passagem histórica importante no país: de uma ditadura de classe dissimulada e paternalista, para, a partir de 1964, uma ditadura de classe aberta e rígida. Para legitimar-se e manter a ordem, a burguesia passaria de uma posição de autodefesa para uma posição de auto-afirmação, com a demonstração clara de um poder preventivo, controlando e reprimindo a classe dominada, promovendo a queda de salários, a impossibilidade de uma educação democrática e a compressão de direitos civis e políticos aliados a uma institucionalização da violência como agenda do regime militar.

O golpe de 1964 significou, dentro da Faculdade Nacional de Filosofia, um rompimento com todas as reflexões que envolviam a discussão sobre o papel da universidade em um contexto de reformas sociais. Segundo Miguel Armony, os estudantes tinham feito sua última assembléia em 31 de março de 1964. Depois da assembléia, os estudantes da Universidade do Brasil se concentraram no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), onde funcionava a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Tal atitude demonstrou uma necessidade de resistência estudantil frente a uma ameaça de ocupação da U.B. por militares. Além da ameaça de ocupação, os estudantes tinham que lidar com o medo de um possível ataque de grupos de extrema direita como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

¹³⁰ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

No dia seguinte, os estudantes foram retirados do CACO e chamados a depor, no mesmo ano, devido à instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) que averiguaria a atuação do PCB e de organizações “subversivas” na U.B. No dia da invasão do exército à U.B, Miguel Armony, que na época era estudante de Física e participante da ocupação do CACO, diria:

“Eu choro. É incontrolável. Começo a rasgar meus papéis. Número de Novos Rumos, jornal do PC, outros materiais do Centro de Cultura Sino-Brasileiro, material de propaganda, artigos, anotações, os números de alguns livretos A Linha Justa do Partido. (...) Tudo rasgado, picado, queimado e jogado na privada. Minha mãe, ao meu lado, calada, ajudando. Não paro de chorar.

Penso nos colegas atacados pela polícia e tenho medo que muitos tenham morrido. O que não aconteceu, pouca gente se feriu. O Primeiro Exército, já tendo aderido ao golpe, chegou ao local, afastou a polícia e deu um prazo curto para os estudantes abandonarem o prédio sob proteção – o batalhão não podia ficar muito tempo, pois era esperado em outro lugar.”¹³¹

Cecília Coimbra, estudante da FNFi daquela época, confirma a ida dos estudantes para a UNE e depois para o CACO, e explica como os estudantes conseguiram fugir da repressão já no primeiro dia após o golpe:

“Quando houve o golpe, nós fomos para a UNE, passamos a noite do dia 31 na UNE, me lembro que queríamos resistir e etc. e tal. E no dia 1º de abril, o Comando Geral dos Trabalhadores decretou uma greve geral. Então não tinha ônibus, não tinha nada! E eu fui para o centro da cidade na boléia de um caminhão. (...) Nós ocupamos o CACO no dia 1º de abril e eram cerca de trezentos estudantes que queriam resistir esperando as armas que nunca chegaram. (...) Porque muita gente morreu ali na Central do Brasil e a gente foi justamente para o CACO, porque o CACO era perto da Central do Brasil, era uma coisa mais movimentada e começamos a ser atacados. (...) Começaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadora e a gente totalmente indefeso! Aquele bando de estudante, todo mundo no chão, chorando, com as bombas de gás lacrimogêneo. (...) E aí, de repente, cessam as rajadas e um silêncio. De repente, abriram a porta forçando a entrada da porta e a gente acuado lá, a gente achando que eram os caras... Era o Ivan Cavalcante Proença, que nos salvou, tanto que eu dediquei a minha tese de doutorado, eu dediquei ao Ivan, porque ele era responsável por nós estarmos vivos.”¹³²

Neste mesmo dia, Cecília descreve a morte de um estudante que foi atingido acidentalmente por um revólver que disparou da mão de outro estudante. A morte de Antonio Carlos Silveira Alves está registrada no dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.

“Dossiê – Antonio Carlos Silveira Alves – PCB: Estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Morto em 1º de abril de 1964, quando organizava, junto com outros companheiros seus, a resistência ao golpe militar. A arma que um companheiro carregava disparou, matando-o com um tiro no estômago. Vários estudantes

¹³¹ ARMONY, Miguel. *A Linha Justa: A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos de 1962-1964.*

Op.Cit. p. 12.

¹³² COIMBRA, Cecília. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em 16 de dezembro de 2009.

que, em 1º de abril de 1964, ocuparam o CACO – Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito – para resistirem ao golpe militar foram testemunhas do acidente que vitimou Antonio Carlos.”¹³³

Antonio Carlos foi considerado uma das primeiras vítimas indiretas do golpe de 1964. A partir da análise do depoimento de Coimbra e de Armony, podemos depreender que os estudantes não estavam preparados para um golpe armado militar.

Os professores também foram atingidos com esta primeira investida da repressão na FNFi após o golpe. Logo no dia 16 de maio de 1964, com a ainda muito recente implementação do regime militar no país, o professor Eremildo Luiz Vianna já enviara relatórios para o então General Arcy da Rocha Nóbrega, que presidia a Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB). Segundo Francisco Falcon, imediatamente após o golpe alguns professores não voltaram à FNFi e Eremildo Vianna chamaria os professores para uma conversa sobre as condições de trabalho após o acontecido:

“De início, como diz o outro, nós resistimos bravamente. Quer dizer, não muito bravamente... Eu me lembro de episódios que... veio o golpe de 64 aí... a Yedda sumiu! Tava sendo procurada, cassada pelo Eremildo Vianna. Aí, ficamos responsáveis pela cadeira, eu e o Hugo Weiss. Discutimos, um dia o Hugo apareceu lá em casa, eu morava na Tijuca. Disse: então vamos fazer o seguinte: amanhã nós vamos lá na faculdade e vamos ver o que acontece, ou vão nos prender, ou vão nos deixar entrar. Aí chegamos lá mortos de medo, adentramos o prédio, aquele prédio que foi devolvido agora, Casa da Itália, junto à Maison de France. Aí fomos lá, não aconteceu nada. Pegamos o elevador, subimos. Fomos lá falar com o diretor, nos apresentar, aí ele pediu que a gente desse um jeito de remanejar os horários.

A gente tinha que remanejar os programas, ver se precisavam de novos professores. Mas isso, numa atmosfera de terror absoluto. Recebemos uma convocatória, do Eremildo Vianna, que tinha assumido a direção da rádio do Ministério da Educação. Lá fomos eu e Hugo na rádio ouvi-lo dizer muito satisfeito que nós não nos preocupássemos, que ele era um homem democrata... Você já imaginou o discurso? Podíamos trabalhar tranqüilamente. Eu digo: “eu sei!”. Até a hora que ele travar uma faca nas nossas costas (risos).”¹³⁴

Ainda que o ano de 1964 tenha sido o ano de criação da CIUB, os professores que haviam se afastado por ocorrência do golpe voltariam lentamente à universidade e continuariam os trabalhos até 1969, quando seriam afastados definitivamente da universidade (assunto de que tratarei adiante):

¹³³ *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos políticos a partir de 1964.* Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1995. P. 235.

¹³⁴ FALCON, Francisco José Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008. p. 13.

*“Quando se deu o golpe militar de 64, o diretor já não era mais o Eremildo, senão ele tinha feito uma devastação entre os inimigos dele. Mas o Faria Góes era um tipo liberal, democrata, não tinha nada a ver com a esquerda, mas um homem calmo, tranquilo... por exemplo, ele não abriu processo de ausência de professores. Muitos professores, como a Maria Yedda, sumiram do mapa. Tivesse lá um Eremildo, nem precisava mais nada, abria um processo de ausência e mandava embora. Mas o Faria Góes sustentou aquela situação toda, sobretudo o ano de 64 e início de 65, depois as coisas começaram a se normalizar e a Yedda retornou, trabalhamos muito em 65”*¹³⁵

Em pesquisa nos arquivos da Polícia Política, armazenados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, foram encontrados os relatórios da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil. Além da descrição de professores e alunos subversivos dentro da FNFi, o relatório demonstra a colaboração do então diretor da FNFi - ao que parece não tão liberal e complacente com a esquerda - com a CIUB:

*“A comissão corregedora também deseja conhecer a ficha do Engenheiro Fernando Bunchaft, a quem o diretor Faria Góes Sobrinho atribui relevante função na infiltração comunista e nos movimentos de subversão de sua faculdade, como aluno do curso de Física. Sempre presente nas atividades do diretório acadêmico, o Sr. Fernando Bunchaft já sofreu a pena de expulsão da Faculdade Nacional de Filosofia imposta pelo Egrégio Conselho Universitário em face de sua participação nos acontecimentos de setembro de 1963. Sua presença também foi verificada à frente dos sucessos de 30 de dezembro do mesmo ano.”*¹³⁶

Os acontecimentos de setembro de 1963 citados pelo relatório referem-se à iniciativa de estudantes na ocasião do boicote da possível reeleição de Eremildo Vianna, em agosto de 1963. A alusão aos conflitos internos da FNFi de 1963 e a oposição contra sua reeleição já demonstraria a influência de Eremildo nos inquéritos policiais após o golpe com sua denúncia a diversos professores e estudantes logo após o golpe.

A CIUB criaria diversos relatórios sobre a Universidade do Brasil. Podemos depreender das análises dessas fontes que grande parte destes relatórios tinham como principal espaço de investigação a FNFi, considerada pelos militares e conservadores uma faculdade que concentraria estudantes subversivos que manipulariam, já na época do pré-vestibular, os alunos, para o crescimento do pensamento comunista no país.

“Os centros de estudo e o curso pré-vestibular, organizado pelo diretório acadêmico da FNFi, foram apontados como veículos de infiltração ideológica e das atividades

¹³⁵ FALCON, Francisco José Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008. p. 6.

¹³⁶ *Carta da comissão corregedora do conselho universitário para a FNFi ao diretor do DOPS.* APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor de Informação, Notação 48. Of. nº11/CC. Universidade do Brasil. Em 29 de junho de 1964. p.206, 205,204.

subversivas naquela unidade universitária. O atual diretor da FNFI, prof. Faria Góes Sobrinho, informou à presente comissão que nos dias 2 e 3 de abril agentes do DOPS executaram diligências na sede daquela Faculdade e recolheram material para posterior exame. Julga a comissão corregedora de extrema valia conhecer o teor dessa documentação. De um lado, as comissões de inquérito da Congregação da FNFI e do Conselho Universitário levantaram elementos para inculpar alunos, nove dos quais sofreram já a pena de expulsão. É indispensável conhecer não só a relação dos nomes apurados no material apreendido, bem como o gênero de atividades e ligações por eles exercida.”¹³⁷

A influência do professor catedrático de História Antiga e Medieval, Eremildo Vianna, na investigação da Faculdade é evidente, principalmente quando analisada a escolha de professores e alunos que seriam investigados pela comissão. Citados amplamente pelo relatório enviado à CIUB, estes mesmos nomes apareceriam como foco de investigação da subversão dentro da FNFi.

O relatório, redigido por Eremildo e enviado para a CIUB, intitulado “Professores comunistas da Faculdade Nacional de Filosofia”, denunciava 44 professores da Universidade do Brasil por “subversão”. Entre eles estaria o seu companheiro de comunicação no II Simpósio da APUH, Guy de Holanda. Segue a descrição da CIUB sobre dois professores de História da FNFi:

“GUY JOSÉ PAULO DE HOLANDA: Da Faculdade Nacional de Filosofia, relacionado entre outros comunistas na célula que funcionava sem denominação própria na referida faculdade.”¹³⁸

O professor Guy José de Holanda estaria figurando entre os nomes indicados pelo professor Eremildo Vianna. No entanto, o seu nome aparece somente em inquérito de 1964, relacionado à célula Anchieta. A acusação ao professor Hugo Weiss sempre se relaciona a sua atuação como professor assistente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea e como aliado da professora Maria Yedda Linhares.

“HUGO WEISS: Fazia parte da célula comunista na referida Faculdade, demitido do colégio Andrews e do colégio de Aplicação, pregava abertamente em suas aulas idéias comunistas, incitando os alunos à subversão e induzia os mesmos alunos à indisciplina para com os professores democratas.”¹³⁹

¹³⁷ Carta da comissão corregedora do conselho universitário para a FNFi ao diretor do DOPS. APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor de Informação, Notação 48. Of. nº11/CC. Universidade do Brasil. Em 29 de junho de 1964. p.206, 205,204.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

A professora Maria Yedda Linhares, como catedrática, seria para a Polícia Política uma influência comunista para os alunos da FNFi.

*"MARIA YEDDA LINHARES: Professora catedrática de História Moderna e Contemporânea da FNFi. É comunista fanática e tem íntimas ligações com João Cristovão Cardoso, Darcy Ribeiro, Oswaldo Herbster de Gusmão e Álvaro Vieira Pinto. Na FNFi, logo que foi nomeada catedrática, Maria Yedda Linhares Leite – de acordo com seu colega Álvaro Borges Vieira Pinto – começou a aliciar, por ordem da célula comunista, os alunos do curso de filosofia e, através de quatro deles (Wanderlei Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Alberto Carvalho de Souza e Fausto Guimarães Cupertino), disseminou idéias de subversão contra o então chefe de departamento de Filosofia, o Sr. Professor Nilton Campos. (...) A professora Maria Yedda convidou para seus instrutores dois comunistas conhecidos: Hugo WEISS (Demitido do colégio Andrews e do colégio de aplicação) e Arthur Bernardes Weiss. Pregam os três, abertamente, em suas aulas, idéias comunistas, incitando os alunos à subversão e induzem os mesmos alunos à indisciplina para com os professores democratas. Foi nomeada pelo ministro Paulo de Tarso diretora da Rádio Ministério da Educação, por indicação do Sr. Darcy Ribeiro, com o objetivo de utilizar-se da rádio difusão para disseminar as idéias que prega na faculdade. É perigosa como propagandista de idéias extremistas.*¹⁴⁰

Esta descrição da professora Maria Yedda Linhares foi feita antes do golpe civil-militar. A atuação da professora já era vigiada pela Polícia Política antes do golpe e seria investigada ao longo de todo o regime militar. Nas acusações que aparecem, Maria Yedda é qualificada principalmente por sua associação a membros do governo e do ISEB e por ser responsável pela propagação do comunismo dentro da FNFi. Tal argumento demonstra como são caracterizados pela Polícia Política os intelectuais que se vinculavam ao governo de João Goulart, identificados como “extremistas”, “fanáticos” e “aliciadores”. Maria Yedda seria presa logo após o golpe de 1964, voltaria para a FNFi em 1965 e seria aposentada pelo regime militar em 1968. Mesmo após sua saída do país, a professora seria investigada até os anos oitenta pelo DOPS.

Manoel Maurício de Albuquerque era, na FNFi, professor assistente do catedrático de História do Brasil, Hélio Vianna. Na descrição do prontuário, o professor já é caracterizado como participante da célula Anchieta. Manoel Maurício será, também, demitido da Faculdade Nacional de Filosofia, preso e torturado pelo regime. O professor também seria vigiado ao longo de todo o regime militar até sua morte, em 1981.

¹⁴⁰ *PROFESSORES COMUNISTAS DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA*. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS. Boletim Reservado, pasta 23, folha: 3, Relatório de 04/02/1964. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

“MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE: Segundo Boletim reservado, data a margem, o epígráfico figurou entre outros professores comunistas, na célula que funcionava na FNFi, que outrora, cerca de quinze anos, tinha o nome de Anchieta. 20/12/67 Inf. 17 Fl 1º10 Segundo inf. 185 DSI/MEC/67, o epígráfico era assistente do prof. Hélio Vianna, de História do Brasil. Enterrou-se até o pescoço no comunismo porque queria notoriedade. Está envolvido na alfabetização de adultos promovida pela UNE, MEC, FN. Obs: Segundo o documento sem data, o epígráfico foi atingido pelo AI5 (secreto 76, fl.14).”¹⁴¹

Muitos outros professores de História seriam denunciados ao longo do regime, no entanto, somente estes historiadores seriam acusados imediatamente após o golpe de 1964. Segundo Eremildo, todos estes professores reunir-se-iam em uma célula comunista de nome *Anchieta*. De acordo com a matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 16 de abril de 1978, no relatório da CIUB o general Nóbrega, ainda que tivesse se apropriado das informações do professor Eremildo para “fichar” alunos e professores, concluiu que desconfiava da demasiada boa vontade do professor:

“Da primeira leitura do mencionado documento verificou-se, desde logo, que o mesmo não era apenas um repertório de informações, mas sim um violento libelo acusatório em que a parte informativa era tão somente um inconsistente lastro para motivar o indisfarçado conteúdo opinativo do mesmo. Nenhuma prova era aduzida, nenhuma fonte para confirmação era dada.”¹⁴²

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, no relatório da CIUB o general relata que o documento produzido por Eremildo chegou às suas mãos no dia em que a Comissão foi criada, e ainda recebeu uma ligação de Eremildo se dispondo a ajudar nos trabalhos da comissão. Segundo Arcy, o professor era de uma “solicitude talvez excessiva para um primeiro contato”. No entanto, encontramos nos arquivos da Polícia Política, em fevereiro de 1964, uma ampla descrição da chamada célula *Anchieta*, seus membros e como o professor Eremildo teria “impedido” as reuniões da célula.

“Na Faculdade Nacional de Filosofia funciona uma célula comunista que, outrora, cerca de quinze anos, tinha o nome de Anchieta. Como posteriormente o Partido Comunista abandonou a prática de dar nomes as células, a da Faculdade passou a funcionar sem

¹⁴¹ PRONTUÁRIO DE MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE (7.176). Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS- Prontuário de 04/02/1964. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴² JORNAL DO BRASIL. *Costa e Silva só puniu 12 dos 44 que Eremildo Acusou*. 16 de abril de 1978, 1º Caderno, p. 17.

denominação própria. Logo que assumiu a direção da faculdade, o diretor Eremildo Luiz Vianna procurou impedir as reuniões da célula, que eram realizadas aos sábados, no laboratório de Mineralogia e depois no laboratório de Físico-Química, porque o catedrático João Christovão Cardoso era e é o seu chefe.

(...) Entre todos os mais perigosos e que orientam a célula e nela tem um papel relevante, promovendo as agitações dos alunos e organizando a propaganda no exterior da Faculdade, fazendo imprimir folhetos e panfletos na oficina gráfica da faculdade, que é conhecida pelo nome de DIP. Vários folhetos são também impressos à conta da Petrobrás. São elementos mais ativos da célula: João Christovão Cardoso: tem ligação íntima com o ISEB, combinando suas ações com os professores reconhecidamente comunistas como Álvaro Borges Vieira Pinto, Alberto Latorre de Faria e Nelson Werneck Sodré (General e professor do ISEB).

Possui elementos que fazem a ligação da célula com o comitê regional do partido comunista e com o CGT. Não aparece nestas ligações porque a ordem é subtrair-se a publicidade. Consegue obter todas as informações sobre o movimento educativo e administrativo da Faculdade porque vive amancebado com o chefe de Setor de Comunicações da Faculdade.”¹⁴³

Mesmo que o *Jornal do Brasil* tenha divulgado que o relatório de Eremildo foi enviado após o golpe, tais acusações estão registradas nos arquivos da Polícia Política como enviadas ainda em fevereiro de 1964. Segundo o relatório de Eremildo, a célula Anchieta se reunia sigilosamente e tinha um objetivo de claro de “recrutar” estudantes para a causa comunista. Em relatório posterior ao golpe, podemos depreender que a Polícia Política não via somente Eremildo Vianna como um aliado do regime militar. Em relatório de 5 de junho de 1964, o nome do catedrático de História da América aparece como colaborador das investigações dentro da FNFi:

“O grupo de esquerda fortemente atuante, em especial no período 1958/59, gravitava em torno do prof. Alvaro Vieira Pinto, a ele se ligando também a professora Maria Yedda Linhares, catedrática de História da FNFi, professora do Instituto Rio Branco e recentemente exonerada da direção da Rádio Ministério da Educação, cujas finalidades culturais desvirtuou.

“Sobre o assunto, ver noticiário publicado em O Globo (24 de fevereiro de 1959) e JB (25 de setembro de 1963). Sobre estes elementos e demais fatos ligados a seu grupo, amplos esclarecimentos podem ser obtidos com os professores Eremildo Luiz Vianna, Silvio Julio de Albuquerque e Heitor, assim como com o consultor Jurídico do Ministério da Marinha, Dr. Agenor Nogueira.”¹⁴⁴

Não eram somente professores os objetos de investigação da comissão. Os recém-formados professores que atuavam junto ao ISEB e estudantes que faziam parte

¹⁴³ *PROFESSORES COMUNISTAS DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA*. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS. Boletim Reservado, pasta 23, folha: 3, Relatório de 04/02/1964. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴⁴ Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS. Setor: Comunismo/ Notação 73/ Informe em 05/06/1964. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

do *Boletim de História* foram citados nos documentos e eram considerados figuras de alta periculosidade:

“WILSON NACIMENTO BARBOSA: sem qualificação, aluno do curso de história na FNFfi. É um dos elementos mais perigosos. Em assembléias gerais dos alunos da FNFfi, confessou-se publicamente marxista-leninista. Atualmente desenvolve grande atividade, doutrinando os alunos do curso pré-vestibular da Faculdade. Também no Centro de Estudos de História da Faculdade participa das reuniões em que programa a tática de agitação na Faculdade e no exterior. Em assembléia de alunos, agrediu a aluna anticomunista de física Rony, causando-lhe ferimento em um dos braços. Durante a greve dos alunos, por ocasião da escolha de novo diretor da Faculdade, chefiou piquete comunista de grevistas que desejavam impedir o professor Sobral Pinto de dar as suas aulas. Teve papel saliente nos acontecimento do dia 30 de dezembro de 1963, quando organizou com outros chefes comunistas a invasão da faculdade para impedir a solenidade de formativa dos diplomandos em Jornalismo. Diz-se inimigo visceral do governador Carlos Lacerda, havendo declarado que o mataria, se necessário fosse. É mantido pelo Partido Comunista, que lhe paga salário. Falando-se com ele, não se temia à primeira vista, a impressão de sua periculosidade, porque é dissimulador e covarde.

JOEL RUFINO DOS SANTOS: Em qualificação, aluno do curso de História da FNFfi, é comunista fanático, inteiramente submisso ao partido. É violento, e exaltado. Tem desenvolvido larga atividade revolucionária da Faculdade Nacional de Filosofia.

ELIO GASPARI: sem qualificação, aluno do curso de História da FNFfi. Perigoso por sua violência. É membro ativo do Partido Comunista e trabalhava na Embaixada de Cuba. Era um dos intermediários entre esta e o diretório Acadêmico da Faculdade. Além de fornecer material de propaganda de Cuba, transmitiu armas cubanas a alunos da Faculdade. Estes tinham um depósito que não foi localizado, segundo informações de alunos colegas seus. Mantinha ou mantém relações amorosas com Rachel Teixeira, filha do coronel da Aeronáutica Lino Teixeira e sobrinha do Brigadeiro Francisco Teixeira. Nos acontecimento desenrolados desde 13 de agosto de 1963 até fevereiro de 1964, tem tido papel relevante. No dia 30 de dezembro de 1963, foi, com Fernando Bunschafft e Elias Mansour, o preparador da guerrilha no interior da Faculdade, dispondo barras de sabão nos andares para serem ativas pelas escadas sobre os visitantes, assim como organizou armadilhas em arames e cordéis tendo nas extremidades pesos para derrubar os visitantes. É adestrado no sistema cubano de guerrilhas e participou de agitações de camponeses no interior do Estado do Rio de Janeiro.

RUBEM CÉSAR FERNANDES: Em qualificação, aluno do curso de história da FNFfi, pertence ao Partido Comunista. Ex vice-presidente do diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, no período de 1962/1963, ao tempo em que Enylton de Sá Rego era presidente. É agitador violento, e nas assembléias gerais pregava sempre a derrubada do regime democrático. Foi preso colocando cartazes e pixando paredes em homenagem ao Partido Comunista. Fez parte dos comitês de ligação com o CGT e PUA.”¹⁴⁵

Os estudantes mencionados pelo relatório tiveram destaque nos acontecimentos de 1962 e 1963 na FNFfi. Wilson Barbosa, estudante de História da FNFfi, se destacou na ocasião da greve de um terço e também nos acontecimentos da disputa da direção da

¹⁴⁵ *Carta da comissão correitora do conselho universitário para a FNFfi ao diretor do DOPS.* APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor de Informação, Notação 48. Of. nº11/CC. Universidade do Brasil. Em 29 de junho de 1964. p.206, 205,204.

FNFi. O estudante era militante do Partido Comunista, professor do pré-vestibular da FNFi e ainda fazia parte da comissão editorial do *Boletim de História* de 1961. Podemos depreender que Wilson atuava em diversos espaços dentro da FNFi e, segundo Armony, Wilson era considerado uma liderança entre os universitários e bastante popular entre os alunos do pré-vestibular.

Joel Rufino dos Santos e Rubem César Fernandes, em 1964, já eram professores de História recém-formados pela FNFi. Quando estudantes, os dois participaram da comissão editorial do *Boletim de História* e eram, também, militantes do PCB. Recém-formados, os dois participaram da coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, um projeto de atualização dos livros didáticos de História, financiado pelo ISEB.

Elio Gaspari foi estudante de História da FNFi no começo dos anos 60. Participou do boicote à reeleição de Eremildo Vianna, é jornalista de destaque e escreveu livros sobre o regime militar, publicados a partir de 2002. Em suas colunas jornalísticas, criou o personagem “Eremildo, o idiota”. Para Gaspari, o professor catedrático de História Antiga e Medieval seria o “querubim do regime militar”¹⁴⁶ na FNFi.

Na análise do inquérito, pode-se perceber que adjetivos como “violento”, “covarde”, “dissimulador”, “perigoso”, “fanático” e “exaltado” aparecem como forma de legitimação da repressão daquelas pessoas que não se “enquadravam” no tipo que se tem como “normal”. Tais adjetivos procuram demonstrar que os estudantes citados seriam um perigo ao conjunto da sociedade. Todos eles estariam relacionados à esquerda e colocavam em perigo a ordem “democrática”, os valores familiares e a moral cristã.

Todos os estudantes citados neste relatório eram estudantes de História e participaram das agitações estudantis dos anos de 1962 e 1963. Em recente pesquisa nos arquivos da Polícia Política, já podemos encontrar relatórios da Polícia Política sobre as atividades dos estudantes em 1963. O relatório descreve uma greve estudantil realizada por conta dos desmandos da Congregação e da direção da Faculdade. As falas dos estudantes foram descritas pelo relatório enviado:

“Em vista de mais uma manobra antidemocrática de determinados setores da Congregação, conduzindo-a até ao choque com os poderes constituídos da República (Ministro da Educação), burlando a lei e fundamentalmente impedindo mais uma vez um processo eleitoral democrático, nós, alunos da FNFi, em Assembleia Geral, órgão

¹⁴⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. p. 225.

soberano máximo do corpo discente da FNFfi, declaramo-nos em greve TOTAL E EFETIVA DE PROTESTO, pelo prazo de dois dias 17 e 18, devendo as aulas reiniciarem-se normalmente dia 19, quinta-feira.

Outrossim, reconhecendo a extrema gravidade da situação nacional em que forças retrógradas a pretexto de reprimir justas reivindicações de parcelas ponderadas da sociedade, querem o Brasil numa situação de banimento da Democracia, inclusive o Estado de Sítio, consideramos a nossa greve como um movimento de advertência e de mobilização de todas as forças populares e democráticas, do movimento estudantil no sentido de nos mantermos unidos e vigilantes, em defesa e pela ampliação das liberdades democráticas, conseguidas por nossas lutas.” (...) .Se necessário, será condicionada a entrada de qualquer aluno no interior da Faculdade a um compromisso, por escrito, de respeitar a decisão da greve, democraticamente tomada e que expressa a vontade de esmagadora maioria dos alunos da FNFfi.¹⁴⁷

Além da transcrição das falas dos estudantes sobre a greve, está descrito, no relatório da Polícia Política, um documento dos estudantes que promoviam um debate sobre Reforma Agrária dentro da FNFfi:

“SEMANA DA REFORMA AGRÁRIA. 6ª feira – 19 horas Encerramento – Ato Público com a participação de deputados - líderes estudantis – camponeses – sargentos – trabalhadores – padres – pastores - DA da FNFfi – Brizola – CGT - Almino Afonso Neiva Moreira – Paulo Alberto – Padre Lage – FPN – UNE – MOBILIZE-SE PELA REFORMA AGRÁRIA! (...) Num país como o nosso, espoliado pelos trustes e pelo latifúndio, os gêneros alimentícios, seu aproveitamento, destruição e retenção, obedecem a um controle não popular. Aí está o principal motivo porque você come tão mal no seu restaurante. A estrutura atrasada da universidade é mantida pelo poder do latifúndio. Mais que isso, a universidade é usada como instrumento de poder do latifúndio. Reforma agrária é início de REFORMA UNIVERSITÁRIA!”¹⁴⁸

Com as informações encontradas nos arquivos da Polícia Política, podemos concluir que as atividades dentro da Faculdade Nacional de Filosofia já eram bastante investigadas. Deve-se notar, também, que a participação e influência de Eremildo seriam fundamentais para o começo das investigações da CIUB dentro da FNFfi. Colocando-se como bastião da moralidade e do combate a tudo que parecesse subversivo, Eremildo viu o regime militar como uma grande oportunidade de ascender rapidamente aos cargos mais importantes dentro e fora da Universidade. O professor denunciou diversos colegas do departamento de História, como a professora Maria Yedda Linhares, catedrática de História Moderna e Contemporânea da FNFfi desde 1958 e presidente da Rádio MEC em 1963. Em 1969, com o A.I.5, 44 professores da UFRJ foram efetivamente aposentados e cassados, e alguns nomes da “Lista de Eremildo” se mantiveram nesta nova lista de 1969.

¹⁴⁷ *PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE GREVE*. APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Geral, Notação 41. Dossiê 4. Em 16 de setembro de 1963..

¹⁴⁸ *Ibidem*.

Logo depois do golpe, Eremildo, não satisfeito, invadiu a Rádio MEC. Segundo o jornal *O Globo*¹⁴⁹, o professor chegou à Rádio acompanhado de dez alunos armados, com o objetivo de destituir a então presidente, Maria Yedda Linhares. Porém, a secretária Sandra Ribeiro da Costa impediu a invasão, contando com a ajuda de seu pai, o Ministro do Supremo Tribunal Militar Orlando Ribeiro da Costa. Ainda assim, com o documento da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, o professor Eremildo conseguiu o cargo de presidente da Rádio MEC. Segundo o relatório da CIUB, Maria Yedda Linhares tinha o objetivo de “comunizar” a rádio MEC:

*“Diretora da Rádio Ministério da Educação, onde destruiu todo o trabalho de organização dos técnicos, de verdade, que a procederam. Declarou em sua posse que iria “comunizar” dita emissora pondo-a ao serviço do esquema comuno-sindicalista de Brizola e Arraes.”*¹⁵⁰

Este episódio fez com que Eremildo conquistasse uma gama de inimigos. Não só a professora Maria Yedda, mas nomes como Elio Gaspari, que havia sido expulso da FNFi por Eremildo quando era estudante de História, e Stanislaw Ponte Preta. Segundo Maria Yedda Linhares:

*“Ele dizia que ia ser ministro da Educação, reitor, mas ficou lá, muito obscuramente. Eu então montei um quartel-general para alertar a opinião pública sobre quem era Eremildo Viana. Ele virou até personagem do Jorge Amado, o professor dedo-duro. Stanislaw Ponte Preta, Elio Gaspari, todos falavam mal dele. Eu queria destruir o Eremildo. Não era uma coisa muito construtiva, mas me deu prazer. O dr. Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, me deu muito apoio.”*¹⁵¹

Todas estas informações parecem relacionar-se diretamente às fontes trabalhadas nesta pesquisa. Stanislaw Ponte Preta escreveu algumas vezes sobre Eremildo em sua coluna no jornal *Última Hora*, mostrando as práticas opressivas do professor na presidência da Rádio Mec. Uma de suas crônicas foi publicada em seu livro *Feabapá*¹⁵², intitulada de “Eremildo e o bidê”, e descrevia a perseguição de Eremildo a funcionários

¹⁴⁹ JORNAL O GLOBO. *Óbito: Eremildo Luiz Vianna aos 85 anos*. 11 de Agosto de 1998. p. 17.

¹⁵⁰ *Universidade do Brasil: Ofício nº11/CC Datado de 29/06/64. Da Comissão Corregedora do Conselho Universitário para a FNFI*. APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor de Informação, Notação 48. DOPS Secretaria de Segurança Pública.SI: SFA nº 3706 pg. 215.

¹⁵¹ LINHARES, Maria Yedda. Entrevista cedida à revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p.216/236.

¹⁵² PONTE PRETA, Stanislaw. “Eremildo e o Bidê” in *FEBEAPÁ 2, 2º Festival de Besteira que Assola o País*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1967.

e a história que dizia que o mesmo mantinha um bidê preto em seu gabinete. Segue o texto de Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto) sobre Eremildo:

*“A 10ª Vara Criminal enviava à Procuradoria da Justiça Federal da Guanabara (onde seria arquivado na camaradagem) o volumoso processo em que era acusado de peculato o professor Eremildo Viana, ex-diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, onde se transformou no maior dedurista da ‘redentora’ e de onde foi afastado por incompetência a pedido dos próprios alunos. Essa figura passou à direção da Rádio Ministério da Educação, onde persegue funcionários até hoje e onde entrou definitivamente para membro insigne do Festival de Besteira: primeiro porque mandou instalar um bidê preto no seu gabinete com intenções inequívocas (afinal, para que serve um bidê?); segundo, porque organizou para a rádio que dirige um ballet, transformando-se a Rádio Ministério da Educação na única emissora de rádio do mundo que tem corpo de baile. A propósito, seu Eremildo voltou à Faculdade Nacional de Filosofia, depois de todos os desserviços prestados e – como ninguém conseguisse explicar por que – houve quem pensasse que foi por causa do bidê preto que instalou no seu gabinete. Providência considerada por muitos como a única coisa prática feita por um diretor no Ministério da Educação e cultura nos últimos três anos.”*¹⁵³

Este artigo foi publicado no jornal *Última Hora* de 1967, mas o nome de Eremildo voltaria a aparecer nos jornais dos anos 70. O *Jornal do Brasil* pareceu incomodar bastante Eremildo Vianna ao publicar, na sessão “Informe JB” do ano de 1978, uma seqüência de matérias sobre as atividades de Eremildo na ditadura e entrevistas com professores da UFRJ cassados. O jornal publicou, ainda, matéria informando que a CIUB descobriu fraudes no período em que Eremildo esteve à frente da FNFi, indiciando o professor por falsificação documentos.

O relatório da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil causaria muita polêmica nos órgãos deliberativos da Faculdade Nacional de Filosofia. Em ata da Congregação de 2 de junho de 1964, o professor Jorge Kingston desaprovava o relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil:

*“Esta Comissão, após muitos meses de funcionamento, encerrou os seus trabalhos de um modo muito infeliz, pois fez acusações, no seu relatório, ao ex-diretor, professor Eremildo Vianna e à Congregação e, nem ao menos aplicou penalidades aos estudantes comprovadamente subversivos e desordeiros.”*¹⁵⁴

Com a divulgação dos resultados das investigações da CIUB, Eremildo Vianna foi acusado de peculato (artigo 312 do Código Penal), de falsidade ideológica (artigo 299), de falsificação de documento público (artigo 297) e de uso de documentos falsos

¹⁵³ Ibidem. p. 182.

¹⁵⁴ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 2 de junho de 1964. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

(artigo 304) da época de sua gestão como diretor da FNFi. O professor, então, em outubro do mesmo ano, prestaria um depoimento rebatendo as acusações na Polícia Política:

“Tomando conhecimento das declarações do Sr. General Arcy da Rocha Nóbrega que se referiu diretamente a minha pessoa, abusando, aliás, de poderes que não tem, porque a comissão de investigações da universidade do Brasil está extinta, venho a público para esclarecer aspectos daquela comissão e profligar a atitude do referido general, que se enquistou na reitoria da universidade e dali não deseja sair, como se dela fosse servidor. (...) Considero-me em condição de contestar, de maneira absoluta, os fatos veiculados a imprensa pela própria Comissão de Investigação da Universidade do Brasil, no intuito de fazer sensacionalismo e de desmoralizar-me e a excelente funcionários públicos federais. Não posso deixar de responder às acusações torpes e infamantes, oriundas da comissão, que foi presidida pelo general reformado Arcy da Rocha Nóbrega e composta dos professores Mauricio Joppert da Silva e Mauro Ribeiro Viegas. A comissão foi acrescida, indevidamente, dos senhores Adalmyr B. Pinheiro de Barros e o tenente reformado Miguel Uzeda Filho.”

Seguem os pontos do depoimento de Eremildo Vianna:

“Enquanto as comissões de investigações nas outras universidades examinaram os fatos em todos os setores, faculdades e escolas, a da Universidade do Brasil apenas procurou focalizar a Faculdade Nacional de Filosofia para poder acusar-me;

*Deixou de investigar as acusações que pesavam sobre a administração universitária, sem examinar os processos da reitoria e deixando de ouvir funcionários importantes, cujos depoimentos eram esclarecedores, como os do chefe da tesouraria da universidade (1958-1963), Eugênio Ribeiro de Almeida, do Secretário da Faculdade, Heitor Silva Correia, do Chefe da portaria José Soares, dos professores Lucy Abreu Rocha Freire, Aila Gomes, Victor Ribeiro Leuzinger, Djacir Menezes, Hélio Tornagli, Alcino Salazar, Manfredini, etc.”*¹⁵⁵

Neste trecho, Eremildo acusa a CIUB de se concentrar somente na Faculdade Nacional de Filosofia e demonstra ter aliados dentro da Faculdade. Destaque à professora Lucy Abreu Rocha Freire, que seria uma conhecida delatora de professores secundários do Rio de Janeiro, e Djacir Menezes, diretor da FNFi por pouquíssimo tempo no ano de 1963, quando relatou que a FNFi estaria “ingovernável”. Voltando às declarações de Eremildo:

“Que, desde o início de seus trabalhos, já se dizia a boca pequena, na reitoria da universidade e na Faculdade Nacional de Filosofia, que a comissão estava procurando incriminar a pessoa do professor Eremildo Luiz Vianna, o que realmente aconteceu. (...)

Que, depor duas vezes perante comissão, fiz entrega de documentos importantes em que provava que, a partir de 1962, ao voltar da Europa, encontrara eleito um Diretório de tendência esquerdizante, enquanto os anteriores eram norteados por ideais democráticos;

¹⁵⁵ ENTREVISTA COLETIVA DO PROFESSOR EREMILDO VIANNA. APERJ. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Geral, Pasta 95. Dossiê 13. Em 17 de outubro de 1964.

Que, a partir daquele ano, começou a desenvolver-se uma base comunista na faculdade a qual se opôs tenazmente o então diretor da Faculdade, professor Eremildo Luiz Vianna;

Que fiz entrega de diversos discursos de paraninfado e os proferidos em outras solenidades, nos quais defendia posições espirituais, pregando as idéias democráticas, como católico praticante que sou;

Que entreguei panfletos de estudantes comunistas e subversivos nos quais se vê claramente como passei a ser atacado pelos alunos esquerdistas a partir de 1962;

Que as atas de Congregação demonstram claramente através das justificativas de votos de professores esquerdistas, que, paralelamente aos alunos subversivos, passaram também, a partir de 1962, a atacar o então diretor da Faculdade, professor Eremildo Vianna.

Que, além de nada apurar contra o Reitor e demais membros da administração universitária, a comissão passou a fazer a defesa dos professores subversivos como Álvaro Borges Vieira Pinto, Darcy Ribeiro, Max da Costa Santos e outros sobre os quais pesavam sérias acusações e que ainda hoje estariam como professores da universidade, não fosse a ação corretiva dos IPMs.

Que a comissão fez tudo, inclusive, traindo seu mandato no curso das investigações, para lançar contra o professor EREMILDO LUIZ VIANA, todos os professores, funcionários e alunos da Universidade, afirmando que os denunciara como comunistas;

Que durante soa nos de 1962 e 1963, em pleno poderio de João Goulart, quer no Conselho Universitário, quer em outros setores, tomei sempre atitudes inequívocas contra os comunistas e contra o governo João Goulart, inclusive criticando seu ministro da educação, enquanto o Reitor continuava até 31 de março de 1964 como íntimo colaborador daquele governo, e como presidente do Instituto Brasil-Polônia;

Que passei, a tomar parte na conspiração contra o governo João Goulart, formando ao lado de grandes revolucionários, durante o próprio ano de 1963, organizando uma rede de entidades democráticas, nas quais figuravam sacerdotes, professores e estudantes, membros de sindicatos e de círculos operários, que se reuniam em vários locais;

Que, havendo a comissão sabido, no curso das investigações, que eu conseguira reunir estudantes armados para defender desde 1963 a Guanabara ou qualquer outro ponto do país, muito antes da revolução de 31 de março, o general Arcy pretendeu arrancar, durante meu depoimento, os nomes das pessoas que me haviam fornecido armas, como se elas não estivessem em 1963 e princípios de 1964, a serviço da Democracia e de uma revolução vitoriosa”¹⁵⁶

Nesta parte do depoimento, Eremildo Vianna indica sua colaboração com o golpe já em 1962 e explica como a história de uma base comunista na FNF já era conhecida pelos militares antes do golpe. Mais do que isso, demonstra que colaborou com envio de materiais que indicassem a chamada “subversão” dos estudantes e professores. Miguel Armony escreve que a atitude de Eremildo Vianna, em 1963, ao rejeitar qualquer proposta de reforma universitária, foi tão inesperada (já que tinha uma boa relação com os estudantes até 1962) que parecia o professor prever o que estaria por vir. A partir deste documento, podemos depreender que o catedrático não só sabia como seria colaborador direto da conspiração pelo golpe civil-militar de 1964, organizando professores, estudantes, sindicatos e a igreja, para a tomada do governo pelos militares, estabelecendo, assim, a “ordem democrática”. Continuando suas acusações à Comissão, Eremildo afirma ainda:

¹⁵⁶ Ibidem.

“Que a comissão convocou coletivamente, professores sobre os quais pairavam acusações de subversão e lhes dizia que deviam defender-se da acusação, que fora feita pelo professor EREMILDO LUIZ VIANA.

Que a referida comissão apenas indiciou uma pessoa em toda a Universidade, o professor Eremildo Luiz Vianna, como se fosse subversivo e corrupto;

Que não logrando êxito na sua perseguição, nem conseguindo calar-me, procurou depois provar que sou falsificador e peculatório.

Que me acusou de falsificar recibo, atribuindo-o a suposto funcionário.

Que caluniadores e falsificadores são os membros da comissão, pois o servidor José Alves dos Santos existe e continua a ser ajudante de portaria no curso noturno da Faculdade Nacional de Filosofia e o recibo se refere a seu primeiro salário como servidor pela tabela trabalhista da mesma faculdade e por ele foi assinado;(...)

Que os peritos não concluíram, nem poderiam concluir, que eu falsifiquei os recibos, declarando textualmente no laudo ‘devendo a conclusão ser prudente’. Na eventualidade de um interesse maior sobre a questão, continuam, devem ser colhidos padrões adequados do punho indicado. Isto não foi feito, porque não interessava a comissão apurar e sim desmoralizar, servindo-se inescrupulosamente do laudo que aconselhava cautela. (...)

A comissão desejou ver, sim, o meu nome desmoralizado por ter de responder a processo criminal, ainda que venha a ser afinal, absolvido, para poder fazer escândalo e arruinar a reputação de quem trabalhou pela Revolução, enquanto os membros da comissão não fizeram o mínimo esforço em favor da causa revolucionária;

Que é muito significativo tivessem sido o Correio da Manhã e o Última Hora os jornais que deram destaque à representação;”¹⁵⁷

Eremildo, em sua entrevista coletiva, coloca que a CIUB o perseguiria diretamente, quando esta comissão teria o papel de investigar a propagação da “subversão” dentro da FNFi. Segundo Eremildo, as acusações feitas pela CIUB desvirtuariam, assim, o papel que a comissão teria dentro da Universidade do Brasil e serviriam somente para a desmoralização do catedrático:

“Na sua nota oficial, o Sr. General Nóbrega fala de sua integridade e de seus serviços prestados ao país. Tais serviços se medem pelas atitudes e pelos fatos: ainda quer persistir abusivamente nesta comissão, cujos poderes já estão extintos de longa data. Porque? Não recebe honorários, mas tem carro oficial e motorista a sua disposição, e quer desfrutar de prestígio que nunca teve, mandando e desmandando na Reitoria, em cuja administração interveio e intervém, quando lhe falecem poderes para tanto. No decorrer da investigação, foi em viagem particular a S. Paulo oficial, recebendo dinheiro, digo, dinheiro da universidade, que posteriormente devolveu. Para um presidente de Comissão de investigação isto não é lá muito recomendável. Logo no início dos trabalhos, almoçava diariamente com o Reitor, um dos acusados, no Iate Clube.

Talvez o ilustre general não saiba que dada a sua parcialidade e seus contatos com elementos subversivos (o professor João Christovão Cardoso procurava-o todas as noites, na reitoria, para longas conversas, depois que os funcionários se retiravam) em que o conceito é tido pela maioria dos servidores da reitoria, que já o mimosearam com apelidos desairosos. Por falar demais de sua pessoa, as funcionárias da Reitoria apelidaram-no de “papagaio de galochas”.¹⁵⁸

Eremildo, ao responder sobre as acusações, questiona o comprometimento do general Acyr da Nóbrega Rocha, insinuando a todo o momento que ele não seria um

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

legítimo defensor da “Revolução Democrática”, pois estaria ele diretamente ligado a um antigo desafeto de Eremildo, o reitor Pedro Calmon, que lhe ofereceria regalias e privilégios dentro da Universidade e que já teria indicado que o reitor seria colaborador direto do governo de João Goulart:

“Em conclusão: que fez o general pela revolução de 31 de março? Diz que nela está integrado. Só se isso se deu a posteriori. Quanto a mim, além de ter enfrentado, com perigo de vida, os subversivos da Faculdade (veja as notícias da imprensa de 1963), dei uma parcela de trabalho à Revolução, como poderão atestar várias pessoas, entre os quais citarei o padre João Menceslão, Almirante Sílvio Heck, o coronel Dionísio Nascimento, o professor Gondim Neto, o Marechal Segadas Vianna, do Dr. Adjalbas de Oliveira, e tantos outros. Foi da minha residência e da do Almirante Heck que partiram o coronel Dionísio Nascimento, seu filho e o estudante Juvenal Senna para se dirigirem a Petrópolis onde foram buscar, em plena madrugada, o Marechal Nelson de Mello, cerca de 5 dias antes da revolução, para que o conduzissem ao encontro do General Cordeiro de Farias no Rio de Janeiro.

Minha residência e meu escritório estavam então, transformados em quartel, arriscando a minha vida, a de meus familiares e a de meus colegas advogados. Que faziam então os membros da comissão? Nada. Procure o general saber como foi organizado o Comício de Bonsucesso (10 de março de 1964) e o de Niterói, logo em seguida. Que interesse pessoal poderia ter eu, que vantagem quereria eu? Nada, senão uma limpeza em regra na Universidade do Brasil.

Fui nomeado Diretor da Rádio Ministério da Educação e Cultura, mas recusei-me a receber qualquer gratificação por este cargo. Nada recebo. Presto, apenas, humildemente, meus serviços ao país, lutando, lealmente, ao lado do governo do honrado Marechal Castello Branco.

Diz o general que sou um infeliz e que não descerá à discussão comigo. Apenas a infelicidade é da Reitoria, que não tem um homem correto a presidir-lhe a comissão de investigações, que no início de seus trabalhos coagiu a Sra. Dilma Cruz a não falar do Reitor no depoimento, coisa de que a senhora deu notícia a autoridades militares. O Sr. Arcy Nóbrega é, positivamente, um pobre coitado. Julga-se intocável e é tão cheio de defeitos...

Enquanto a comissão me ataca, consola-me o voto de solidariedade que meus honrados colegas acabam de me conceder na Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia. Estou convencido de que prestei serviços à causa democrática. 17 de outubro de 1964 Ilmo. Sr. Professor Eremildo Vianna, Rio de Janeiro. Brasil.”¹⁵⁹

Como forma de se defender das acusações, Eremildo Vianna demonstra minuciosamente as suas atividades pela materialização do golpe. Além de indicar seu enfrentamento contra subversivos dentro da FNFi, usou sua casa de “quartel general” para a conspiração. Além de insinuar mais uma vez que o reitor teria algo a esconder dos militares, Eremildo indica que, na Congregação da FNFi, ele teria amplo apoio dos catedráticos que demonstraram solidariedade ao ex-diretor frente às acusações da CIUB. No entanto, muito longe de estar em um ambiente de consenso que o professor procura demonstrar em entrevista, este voto de solidariedade a Eremildo foi bastante polemizado nas reuniões da Congregação nos meses de novembro e dezembro de 1964.

¹⁵⁹ Ibidem.

O relatório da Comissão de Investigação da Universidade do Brasil foi novamente alvo de críticas dos membros da Congregação da FNFfi. O motivo do descontentamento seria a falta de conhecimento dos membros da Congregação das conclusões do inquérito, sendo, para eles, um total desrespeito com aquela instância deliberativa da FNFfi:

“INQUÉRITO PRESIDIDO PELO GENERAL ACYR E AVOCAÇÃO PELO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DAS ATRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO: O professor Mello Leitão declarou que, já por diversas vezes solicitou providências no sentido de ser dado conhecimento à Congregação das conclusões do mencionado inquérito, frisando que, segundo está informado, essas conclusões foram encaminhadas à justiça, com um catedrático e três servidores indiciados. Por esse motivo, acrescentou, apresentava o seu protesto contra essa injustiça e esperava as providências da Casa, a respeito. Também declarou o professor Mello Leitão que nunca foi presente à Congregação, o material relativo à evocação, pelo Conselho Universitário, das atribuições da Congregação, durante trinta dias, punição que reputava altamente injusta para a Congregação.”¹⁶⁰

A divulgação do inquérito seria de fundamental importância para os professores que quisessem se colocar em defesa de Eremildo, assim como para aqueles que queriam provar que o ex-diretor teria realmente denunciado 44 professores da FNFfi, inclusive membros da Congregação.

Em reunião de 14 de novembro de 1964, o professor Jorge Kingston levantaria a discussão sobre uma moção de solidariedade ao ex-diretor da FNFfi, Eremildo Vianna. Tal discussão evidenciaria as polêmicas entre os membros da Congregação sobre o caso do ex-diretor. Em ata estaria registrada a querela entre os catedráticos:

“O prof. Jorge Kingston declarou que não havia, em absoluto, necessidade de sessão especial para prestar essa solidariedade ao ex-diretor e que a Congregação o apoiou até o fim de sua gestão. Assim, apresentava à Mesa uma proposta neste sentido (proposta anexa), do seguinte teor: ‘Proponho que a Congregação que acompanhou e aprovou a Administração do ex-diretor, professor Eremildo Vianna, estranhe sua indicição num processo remetido à Justiça e manifeste a sua solidariedade ao mesmo, lamentando ainda a indicição de três outros humildes servidores’.”¹⁶¹

O professor Kingston, ao apresentar a proposta, o faz a partir de uma concepção de que a Congregação tem a obrigação moral de apoiar o professor Eremildo. Qualquer

¹⁶⁰ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 19 de novembro de 1964. Arquivos da FNFfi – Proedes – UFRJ.

¹⁶¹ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 14 de novembro de 1964. Arquivos da FNFfi – Proedes – UFRJ.

recusa da proposta como foi encaminhada por Kingston indicaria uma contradição dos membros da Congregação, já que teriam sido aprovadas pelos catedráticos todas as contas da época da gestão do ex-diretor. O professor Raul Bittencourt apoiaria a proposta de Kingston, todavia, o professor João Cristovão Cardoso indicaria que tal proposta deveria ser submetida à votação nominal, devido ao número reduzido de catedráticos na reunião. Este número reduzido de membros se relaciona diretamente aos inúmeros pedidos de afastamentos do país e os diversos afastamentos por prisões de professores imediatamente após o golpe de 1964:

“O prof. João Cristovão Cardoso a seguir, requereu que a votação se procedesse, nominalmente (proposta anexa), do seguinte teor: “Proponho que a votação da proposta apresentada pelo prof. Kingston seja nominal. “Leva-me a tanto, o fato de que a Congregação tem presentes 12 de seus membros, inclusive o Diretor, quando o seu número pleno é de, no momento, 41.” Defendendo sua proposta, o Prof. Cardoso assinalou que, já encontravam, agora, 11 no recinto, uma decisão deveria mencionar os nomes dos que a tomaram. Achava inconveniente e estranho que se desse a impressão de que o colegiado pleno, numeroso, assumia a responsabilidade do pronunciamento. Além do mais, continuou, tratava-se de matéria sub-judice, o que tornava, a seu ver, a intervenção intempestiva. “Disse ainda, que antecipava seu voto contrário à proposta do prof. Jorge Kingston, pois não permitiria em silêncio que se manifestasse solidariedade à pessoa que denunciara caluniosamente 44 professores da Casa.”¹⁶²

O professor Cristovão Cardoso teria sido indicado por Eremildo Vianna como o líder da chamada “célula Anchieta da FNFi”. Tal proposta do professor Cardoso não somente colocaria em cheque o “amplo apoio” da Congregação para Eremildo, assim como indicaria quais seriam os aliados do ex-diretor na Congregação, registrados em ata. Porém, a proposta de Cardoso não é aprovada pela maioria da congregação. Uma forma encontrada de identificação dos votos seria a declaração de voto em anexo. Os professores João Cristovão Cardoso e Maria Laura Moura Mouzinho, declararam os seus votos contra a moção de solidariedade a Eremildo Vianna.

“O prof. Cardoso vota contra a proposta do Prof. Kingston por “não desejar exprimir solidariedade a uma pessoa cujo comportamento não credencia a tal atitude. A professora Maria Laura “vota contra a moção de solidariedade ao professor Eremildo Vianna por entender que o considera uma negação de solidariedade a mim mesma e aos outros professores indiciados pelo Prof. Vianna na Comissão de Inquérito da Universidade do Brasil.”¹⁶³

O debate sobre a moção de apoio a Eremildo foi então levado para as duas posteriores reuniões da Congregação nos dias 23 e 36 de novembro de 1964. No

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem.

começo da reunião, os professores Djacir Menezes, Ailda Bianchini, Aida Gomes, Pedro Freire e Athos Gomes demonstravam total apoio à moção de solidariedade à Eremildo Vianna:

“O professor Djacir Menezes diz estar inteiramente solidário com essa moção. (...) O professor Athos Ramos declarou que, quando vice-diretor, durante grande parte da Administração passada, somente testemunhou honradez e competência do professor Eremildo Vianna pelo que se mostrava solidário com a moção do Diretor.”¹⁶⁴

Nas reuniões do dia 23 e 26 de novembro, o ex-diretor estava presente e fez diversas declarações sobre as recentes denúncias e as denúncias de que acusou professores da FNFi aos militares:

“a) que tem guardado o maior silêncio, pouco comparecendo à Congregação; b) que agradece, aos colegas, a manifestação de solidariedade, votada na reunião anterior, moção que recebeu, no presente, o apoio dos outros; c) que, nem a própria família lhe pouparam, pois o seu filho foi também atacado, rudemente; d) que era seu desejo aguardar os resultados do trabalho das Comissões de Inquérito mas, já agora, vindo a público, pelo “Correio da Manhã”, as conclusões de um deles, esse silêncio não mais se justificava; (...) h) que lutou contra a indisciplina de parte dos estudantes e manteve-se calmo quando alguns colegas apoiavam a atitude desses estudantes, na Congregação, visando à obstrução de seus trabalhos; i) que a própria comissão de inquérito, que funcionou na Faculdade, foi acusada por esses professores, a ponto de um dos seus membros chegar a dizer que estavam querendo inverter os papéis, passando a réus os incumbidos da investigação; j) disseram que havia base subversiva na Faculdade, com o apoio da direção passada, quando todos puderam testemunhar o contrário;”¹⁶⁵

Eremildo declara que a atitude dos estudantes na época de sua gestão era indisciplinada e que também era apoiada por “certos colegas”. Em análise realizada no primeiro capítulo, não faltam evidências de que Eremildo teria apoiado as manifestações estudantis e até teria conseguido libertar estudantes na época da greve de 1/3 de 1962. Podemos depreender, também, que, em depoimento ao DOPS, o catedrático indica o ano de 1962 como o começo das conspirações pelo golpe, cedendo a sua casa para se tornar “quartel general para a revolução”. Quer dizer que Eremildo ora apoiava os estudantes, ora conspirava contra eles nos anos de 1962 e 1963:

“k) que foi acusado de delatar 46 colegas, do que se depreende, imediatamente de não se tratar de colegas da Congregação, que não tem esse número de membros; a-1) que era inacreditável que a Comissão indicasse o declarante como subversivo e único subversivo; b-1) que, nem os que tiveram os seus direitos civis cassados figuraram, citando o caso do Prof. Vieira Pinto, autor de trabalhos subversivos, do conhecimento geral;”

¹⁶⁴ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 23 e 26 de novembro de 1964. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

¹⁶⁵ Ibidem.

*(...)d-1) que, primeiramente, foi acusado pela Comissão por não apresentar os nomes dos que faziam subversão na Faculdade, e, agora, acusado de apresentar nomes; e-1) que o General recebeu nomes de alunos e professores de suas mãos, por haver insistido para tal; f-1) que os nomes que transmitiu ao General, foram os já existentes no DOPS; g-1) que não via o jornalista Pongetti, há dois anos, e no entanto, foi acusado de haver sido o mentor do artigo que ele escreveu, no “O Globo” sobre a prof^a Maria Yedda Linhares.*¹⁶⁶

Eremildo, neste trecho, deixa claro que denunciar nomes é uma acusação fundada que fazem a ele. Em entrevista coletiva à CIUB, um mês antes, Eremildo se colocara completamente disposto à investigação e denúncia de professores e estudantes comunistas dentro da FNFi. Nesta declaração à Congregação, ele afirma claramente que denunciou a pedido da Comissão, mas que tais denúncias não seriam dirigidas à Congregação, indicando que, se eram 46 nomes e a Congregação tinha menor número de membros, então seu alvo não era aquele órgão.

Em ata da Congregação do ano de 1967, se encontra em anexo o resultado do inquérito policial do qual Eremildo Vianna foi acusado:

*“Sentença do Mm. Dr. Juiz da 4ª Vara da Justiça relativamente ao processo que foi intentado contra o professor Eremildo Luiz Vianna, pela ex-Comissão de Investigação da Universidade do Brasil que, apesar de não ter qualidade para tanto, conforme ficou provado em inquérito, pretendeu processar o aludido professor, numa tentativa de arruinar sua reputação para afastá-lo do serviço público.”*¹⁶⁷

Em sentença de 16 de junho de 1967, Eremildo é absolvido de todas as acusações da CIUB. No entanto, em 1978, as ações do catedrático voltam a ser alvo de polêmicas. Em carta publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia 6 de abril de 1978, Eremildo rebate as acusações, primeiramente trazendo à tona o relatório do processo arquivado, e logo depois negando ter “tomado de assalto” a Rádio Mec e denunciado professores da UFRJ:

*“Não posso pois aceitar o qualitativo de “posseiro” da Faculdade de Filosofia com que me mimoseou o redator do Informe JB. Quem foi legitimamente investido da função não é posseiro. Nem também o adjetivo no que diz respeito [à rádio] Educativa (Rádio MEC), pois, saiba o sr. Jayme Tiomno que fui nomeado pelo Comando Revolucionário para exercer as funções de diretor daquele serviço. Não tomei a Rádio MEC de assalto.”*¹⁶⁸

A negação de que acusou professores viria um pouco depois, na mesma carta:

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Anexo do livro de atas da Congregação da FNFi de 1967. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

¹⁶⁸ JORNAL DO BRASIL. *Eremildo Vianna nega que tenha cometido crime em sua carreira*. 06 de abril de 1978, 1º Caderno, pg. 19.

*“Quanto a me atribuírem cassações ou aposentadoria de colegas meus, entre os quais figuraram Leite Lopes e outros, acho até graça, para não achar ridícula a acusação. No tão falado inquérito, uma das acusações a mim feitas foi a de que denunciarei numerosos colegas. Não vou agora discutir atos e fatos forjados por pessoas derrotadas, então, pela Revolução e que apelaram para recursos lícitos para desmoralizar e arruinar a reputação alheia. Houve mesmo uma reunião na sede da reitoria, durante a qual, perante professores adrede convocados, uma autoridade, brandindo um papel afirmava que eu denunciara cerca de 40 professores da Faculdade de Filosofia, o que era uma grosseira mentira. Em inquérito, eu havia acusado uma autoridade e alguém resolveu apelar para uma falsa acusação no intuito de defender aquela autoridade. E depois, imaginem que poder de convicção eu teria para na conformidade de raciocínio do redator do JB convencer o governo a cassar ou aposentar quase meia centena de professores se nem sequer pertencia a qualquer comissão ligada a matéria. Com todo esse prestígio, como se explica que não pude obter mais elevados postos?”*¹⁶⁹

Confrontando estas declarações de 1978 com as atas da Congregação de 1964, em que claramente admitia ter entregue uma lista de nomes à Comissão de Inquérito, percebe-se que Eremildo não apenas renegava seus atos, como desfiava suas frustrações. As ações de Eremildo foram diversas vezes associadas a sua disputa por altos cargos da hierarquia do Estado. Isto quer dizer que sempre esteve presente em suas justificativas a idéia de que se ele tivesse feito tudo o que dizem que ele fez, estaria em altos cargos. Talvez porque fosse esse realmente o seu objetivo, frustrado, entretanto.

Eremildo, até então inserido nos cargos dirigentes dentro e fora da universidade, apoiava-se numa forma de fazer História expurgada da chamada “subversão”, baseado num projeto efetivo de manutenção da ordem. Na Rádio Mec, a partir da direção de Eremildo, era proibida até mesmo a execução de músicas dos russos Rachmaninoff e Riniski-Korsakov, com o argumento de que “não se mistura arte com política”¹⁷⁰. O pressuposto de que “arte e política não se misturam” tinha o objetivo claro de submeter um projeto de sociedade goela abaixo.

O ano de 1964 nos traz diversos elementos que prenunciam a fase posterior de maior radicalização da repressão nas universidades a partir 1969. Os relatórios da CIUB iriam ser amplamente usados pelos agentes do DOPS, por época da aposentadoria compulsória dos professores universitários que, segundo eles, tornavam a universidade um espaço de subversão e questionamento do regime estabelecido.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ JORNAL O GLOBO. *Óbito: Eremildo Luiz Vianna aos 85 anos*. 11 de Agosto de 1998.

As descrições dos professores acima citados e as diversas discussões que aparecem tanto antes do golpe quanto após sua objetivação em 1964 demonstram como a polarização estaria muito marcada naquele ambiente acadêmico. O teor das denúncias, as descrições do DOPS e o depoimento de professores e estudantes indicavam o nível de tensionamento que a FNFi chegaria nos anos sessenta e que marcaria para sempre a vida profissional e pessoal das pessoas envolvidas em tais acontecimentos. Esta reestruturação administrativa e intelectual das universidades brasileiras será o tema que analisaremos a seguir.

3.2) Universidade, Estado e Repressão: Análise sobre o regime militar e seu aspecto punitivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro

A inserção do país em uma nova ordem mundial e o contexto internacional do capitalismo monopolista tornaram-se fatores preponderantes para pensarmos o golpe civil-militar de 1964, segundo Florestan Fernandes. As características autodefensivas foram fundamentais para entendermos o regime militar como parte de uma prática autocrática burguesa de longa duração, e não uma característica contra-revolucionária específica daquele regime.¹⁷¹

No governo de João Goulart, os programas de reformas de base significariam uma radicalização burguesa dentro do Estado e, naquele momento, tal situação parecia ser um descontrole burguês que ameaçaria a propriedade privada e a dominação, promovendo uma verdadeira convulsão social. Segundo Fernandes:

“A mera ameaça de nacionalização das estruturas administrativas ou políticas do Estado serviu de fundamento a um processo de centralização independente do poder, parecendo uma “revolução dentro da ordem” antiburguesa. O poder burguês esvaziaria se perdesse o monopólio do saber estatal e a prefiguração calou aqueles de radicalismo burguês e demagogia populista.”¹⁷²

René Dreifuss, ao discutir a conspiração e o golpe de 1964, demonstrou o processo de conspiração dos intelectuais orgânicos aos interesses econômicos

¹⁷¹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

¹⁷² FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa. Op.Cit.* p. 325.

multinacionais e associados engajados em uma conspiração cujo objetivo fundamental era agir contra o nacional-reformismo do governo de João Goulart e seus aliados. Para isso, houve a criação de um “complexo político-militar”. O IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) viria a tomar a frente na conspiração contra o governo de Jango e afinar os interesses políticos e econômicos de empresários e militares. Segundo ele:

*“A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o “amadurecimento” da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobilizar os homens de empresa”, e como um todo oferecer soluções aos problemas do país. Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria.”*¹⁷³

Com uma política de governo de diminuição de privilégios ao capital estrangeiro, que resultou num baixo investimento multinacional, uma política de distribuição de renda com o aumento salarial e alocação de recursos do governo para educação, saúde e habitação, a industrialização tomaria o rumo contrário das diretrizes precedentes. Tais diretrizes anteriores previam a expansão das multinacionais em setores estratégicos da indústria, principalmente a farmacêutica, e ainda estimulavam o consumo de um mercado restrito, de alto poder aquisitivo. Portanto, as medidas do governo nacional-reformista viriam a se afastar das direções anteriores e, com isso, o grande capital pressionaria a uma “estabilização” econômica, propondo o controle dos salários, corte nas despesas públicas com as questões sociais e diminuição da inflação. Conclui-se que a orientação econômica do capital internacional viria a objetivar uma concentração de renda cada vez maior:

*“A industrialização capitalista, do ponto de vista dos interesses multinacionais e associados, só poderia prosperar sob a bandeira de uma ordem administrativa de inspiração empresarial e de segurança política. Para as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos, a luta de classe dentro de um sistema de formulação de diretrizes políticas e tomada de decisão internacionalizada deveria ser circunscrita a limites nacionais seguros.”*¹⁷⁴

Segundo Virgínia Fontes e Sonia Regina de Mendonça, o sistema econômico no Brasil não teve grandes mudanças desde 1955, com o nacional-desenvolvimentismo de

¹⁷³ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Op.Cit. p. 161/162.

¹⁷⁴ Ibidem. p. 133.

JK, até o golpe de 64, pois, já naquele momento, este desenvolvimento baseava-se no incentivo da produção de bens de duráveis, ancorado nas bases de um setor de bens de capital vinculado ao Estado, tornando possível que as empresas multinacionais pudessem se estabelecer no país. Tudo isso somado ao setor de bens de consumo, com tecnologias precárias e superexploração dos trabalhadores, ficando a cargo do capital privado nacional.

A ditadura, então, tornou-se “responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955”.¹⁷⁵ Os militares radicalizaram o sistema econômico, favorecendo o estabelecimento do capital estrangeiro no país e o estabelecimento de um arrocho salarial que intensificou a exploração do trabalho e a concentração do capital, objetivando, assim, o chamado “milagre econômico”.

René Dreifuss demonstra a íntima relação entre militares e os interesses empresariais e associados. Para Dreifuss, a concentração, a desnacionalização e o predomínio de multinacionais em certos setores da indústria cresceram a partir de 1964 devido às condições favoráveis para este crescimento. O capital monopolista veio a trazer uma ampla participação das corporações multinacionais, fazendo com que a industrialização brasileira fosse incorporada e integrada à divisão internacional do trabalho, atingindo novos graus de centralização de capital e indicando uma direção de maior internacionalização econômica, determinando, assim, o ritmo da industrialização no país e a forma de expansão capitalista aqui implantada. Sobre os articuladores dos interesses multinacionais e associados, Dreifuss diria:

*“Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. (...) Os interesses novos objetivaram uma ruptura efetiva ou o esvaziamento do corporativismo associativo populista, pelo estabelecimento de novos loci e focos de poder econômico no interior do aparelho de Estado e de novas formas de comunicação de classe com centros de tomada de decisão.”*¹⁷⁶

O planejamento de absorção do país à organização do capital monopolista mundialmente levaria a dois objetivos imediatos: pautar as estratégias e diretrizes e tomar o poder burocrático e os centros de tomada de decisão. Por isso, segundo

¹⁷⁵ MENDONÇA, Sonia. R. de & FONTES, Virginia. M. *História do Brasil recente, 1964-1992*. 4ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Ática, 1996. p.21.

¹⁷⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981. p.66.

Dreifuss, a inserção das corporações multinacionais no Brasil redefiniria a forma de industrialização no país, assim como produziria uma redefinição na divisão internacional do trabalho. O capital monopolista e sua entrada no Brasil ditariam a industrialização nacional e a sua forma de expansão capitalista.

A relação entre tal projeto de industrialização monopolista e associada e a universidade ficará evidente principalmente com a criação de projetos de universidade inspirados na forma de funcionamento de universidades norte-americanas e em noções de eficiência revestidas de técnicas pretensamente neutras e apolíticas, para tornar a construção do saber acadêmico uma “utilidade” para o avanço da tecnologia aplicada na economia.

A instauração de práticas tecnocráticas, a repressão e a compressão da liberdade atingiriam a universidade com uma enxurrada de prisões, afastamentos e aposentadorias. Estudantes e professores sofreram a repressão nos meios acadêmicos e assistiram o projeto de reforma universitária ser modificado completamente.

Ao pensarmos a universidade como uma instituição pública, portanto, vinculada diretamente à sociedade política e que se coloca como um espaço formulador e propagador de projetos hegemônicos e contra-hegemônicos podemos perceber que as disputas e conflitos dentro da universidade se relacionam diretamente à forma de dominação e exploração, que se configura a partir de um projeto de sociedade formulado pelo Estado capitalista.

Tomando como referência a reflexão de Antonio Gramsci e passando do Estado em geral para a Universidade em particular:

“O Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados por vários estratos e no interior de um mesmo estrato. A universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um pensador livre, freqüentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária, etc.”
177

Analisar o processo interno de reconfiguração da Universidade do Brasil e posterior Universidade Federal do Rio de Janeiro durante o regime militar pode demonstrar não somente a resistência de intelectuais frente ao regime, mas evidencia a imersão de intelectuais orgânicos da direita em um mesmo espaço acadêmico.

¹⁷⁷ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.29.

Pierre Bourdieu trouxe uma grande contribuição nesta análise ao pensar a origem das ciências sociais como parte integrante da construção de uma determinada representação do Estado desinteressada e neutra, legitimada pelos primeiros estudos da sociologia. Tal análise demonstra que, além de uma legitimidade compartilhada pelos pares-concorrentes, a pseudo-autonomia deste campo é assegurada pelo Estado, mostrando o envolvimento do campo com as lutas e conflitos que envolvem toda a sociedade. Segundo Bourdieu:

*“A história atesta que as ciências sociais não podem aumentar sua independência em relação às pressões da demanda social, condição principal de seu progresso em direção à cientificidade, sem o apoio do Estado: assim fazendo, correm o risco de perder sua independência em relação a ele, a menos que estejam preparadas para usar contra o Estado a liberdade (relativa) que o Estado lhes garante.”*¹⁷⁸

Mas, num regime que assegurava pouca liberdade, muitos cientistas sociais se esquivaram de usar o pouco espaço que o Estado lhes conferia contra o próprio Estado. Intelectuais até então inseridos nos cargos dirigentes dentro e fora da universidade apoiavam-se numa forma de fazer História expurgada da chamada “subversão”, e passavam a agir como asseguradores da concretização do projeto de sociedade proposto pelo regime militar dentro das universidades.

Devemos levar em consideração que, no caso da coerção exercida pelo regime militar dentro das universidades, um fato preponderante para o estabelecimento de um dado saber histórico, além de estratégias de convencimento por parte do estado ditatorial, também impôs um determinado ideal de ordem muito bem difundido por aqueles intelectuais orgânicos que se colocaram como arautos do estado de repressão nos meios intelectuais. Ocupando cargos dirigentes dentro das universidades, estes intelectuais contavam com os aparelhos coercitivos do Estado como mantenedores de uma determinada forma de funcionamento das instituições de ensino, fator fundamental para o entendimento de que as lutas científicas ultrapassaram o reconhecimento científico e autoridade acumulada, transbordando para polêmicas políticas claras que envolvem a luta de classes e os processos de dominação e exploração do estado capitalista. Segundo Marx, a relação entre o aparente e o concreto se diferencia no processo de construção do conhecimento:

“O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese,

¹⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 1996. p. 97.

como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. ¹⁷⁹

O esforço no entendimento destas múltiplas dimensões do real nos leva para além do aparente, que se apresenta a partir de uma falsa idéia de que devemos partir da realidade tal como ela aparece, pois aí sim partiríamos do que há de mais concreto. Portanto, a disputa entre epistemologia e política não se estabelece somente na concepção de que a política se configura como uma forma de interesse dentro do campo científico e que estabelece suas lutas somente a partir e dentro do campo, mas, também, se configura como uma dimensão no processo de dominação e exploração de classe, muito evidenciado a partir da análise da ação dos atores sociais dentro da Universidade do Brasil na época do regime militar brasileiro.

Ao pensar a partir de uma concepção de que conflitos políticos são somente as relações de poder, desconsideramos justamente os outros elementos que influenciam o campo acadêmico, a partir de uma análise precisa de que as relações entre epistemologia e política envolvem não somente interesses, mas as formações estruturantes (como diria Bourdieu) da sociedade capitalista, que se objetivam também nos conflitos dentro das universidades. Seria impossível pensar a autonomia completa da universidade e de suas disputas políticas próprias. Diferentemente da imposição de uma dada maneira de produzir conhecimento a partir de um acúmulo de legitimidade acadêmica de determinada concepção científica, a imposição partiu diretamente do Estado brasileiro, informando o ensino tanto a partir de disciplinas como o Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) dentro das universidades nos anos de 1968 a 1971, quanto nas modificações na forma de organização e funcionamento das universidades brasileiras, objetivadas nos acordos MEC/USAID (1964), Relatório Atcon (1965 a 1968) e Meira Mattos (1967) e sua objetivação estruturada em uma reforma universitária controlada, assunto que será desenvolvido adiante.

Após o golpe, tanto os intelectuais que sofreram com o regime como aqueles que afinaram suas práticas em prol da ditadura experimentaram mudanças profundas nos debates acerca da construção do conhecimento, com a legitimação da censura e a afirmação da construção de um novo saber apropriado e reproduzido dentro das universidades, como também na própria estrutura de organização, direção e

¹⁷⁹ MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política In Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Coleção os *Pensadores* - Abril Cultural, 2000. p. 40.

institucionalização dos cursos dentro dos departamentos universitários. Tudo isso com um efetivo projeto de “limpeza subversiva” e legitimação da ordem na propagação dos saberes e nas formas coercitivas de manutenção do *status quo*. Porém, é necessário levar em consideração, também, que com a criação de diversos institutos de ensino e o monopólio da direção de intelectuais orgânicos da classe dominante nas universidades na época do regime militar, (re)construíam uma dada forma de organização e funcionamento das universidades públicas no Brasil. Nas análises posteriores, tais questões serão desenvolvidas e demonstradas a partir do exemplo da Universidade do Brasil, mais especificamente a Faculdade Nacional de Filosofia.

Em 1968, houve a divisão da FNF_i em diversos institutos, e o curso de História foi transferido para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que, naquela época, funcionava na rua Marquês de Olinda, em Botafogo, tendo como diretora a professora Marina São Paulo de Vasconcelos.

Segundo Ribeiro, o desmembramento da FNF_i significou para a UNE uma estratégia do regime militar para desmobilizar o movimento estudantil. Com isso, os estudantes declararam greve e não voltariam às aulas nas instituições indicadas pelo regime.

A nova diretora teria o desafio de administrar um ambiente cheio de tensões. Segundo Adélia Ribeiro:

“Marina tinha de administrar um barril de pólvora, o que atraía a hostilidade de setores mais radicais da repressão, que ameaçavam, com bombas e invasões, o prédio do IFCS.”
180

Ainda de acordo com Adélia, no cotidiano da universidade sempre havia constante ameaça e clima de tensão política, ainda que o IFCS nunca tivesse cessado por completo suas atividades. O embate entre os departamentos e o regime parecia iminente, mesmo que todos tivessem o mesmo objetivo: o de preservar a universidade, pois parecia ser o IFCS o espaço de resistência ao regime militar.

O novo ambiente era alvo de diversas ameaças do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que já tinha atacado a Filosofia da USP em outubro de 1968. No

¹⁸⁰ RIBEIRO, Adélia Miglievich. *Marina de Vasconcelos e o IFCS em tempos extraordinários: AI5, repressão, conflitos e o sentido da universidade pública*. In: Adriano de Freixo; Jacqueline Ventapane Freitas; Oswaldo Munteal Filho. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Contraponto, 2008. p. 237.

momento mais crítico da ameaça de ataques, houve, no casarão da Rua Marquês de Olinda, uma vigília dividida entre professores e alunos para denunciar à polícia qualquer movimentação do CCC. Segundo a professora Eulália Lobo, realmente, em 1968, o IFCS foi alvo de ataques, pois explodiu no instituto uma bomba cuja origem não foi revelada.

“Nós já estávamos na suspeita de que haveria uma invasão, e como os alunos eram os mais visados, considerados altamente subversivos, tiramos as fichas da associação deles, com endereços, telefones e tudo, que iam servir direitinho para a polícia prender aquela gente toda. Arrombamos os armários deles e tiramos todo o material que mesmo que não fosse, pudesse ser considerado subversivo. Marina até ficou com um complexo: "Arrombar porta! Nunca fiz isso na vida!" Depois houve aquela bomba no Instituto, que dizem que foi do Parasar, mas não posso afirmar. Mas não foi uma bomba caseira, ficou uma cratera no jardim, as janelas e portas explodiram.”¹⁸¹

A mobilização da ocupação se deu com diversas palestras, debates e discussões políticas que ocupavam o IFCS por todo o dia. Cabe destacar a palestra da professora Eulália Lobo sobre “Problemas Atuais da América Latina”, que trazia a imersão analítica do historiador na realidade social de seu tempo. Ficaria evidente, então, que todas essas mobilizações iriam chamar a atenção da ditadura, que imediatamente traçou uma estratégia de contenção a esses movimentos de resistência. Em 1969, já aposentada, a professora Eulália Lobo ficaria presa uma semana pelo regime:

“Quando fui presa já tinha sido expulsa da universidade. Aposentadoria compulsória. Foi uma leva grande de pessoas. Eles tiveram uma tal pressa de aposentar que aposentaram inclusive quem não tinha cargo público, como Caio Prado. Fui presa por ocasião da visita do Rockefeller ao Brasil em 69. Foi uma "operação gaiola", como eles chamaram.”¹⁸²

A professora Eulália já estaria sendo investigada pelos militares pelo menos desde 1968, como atesta o relatório da Divisão de Segurança e Informação da Polícia Política:

“Eulália Maria Lobo, sem qualificação, segundo dados reservados de 4/6/1968, durante o primeiro semestre houve demonstrações estudantis em todo o território nacional. Greves, passeatas, comícios, congressos, escondidos que tiveram como alvo a falta de vagas nas universidades, má alimentação, extinção do restaurante Calabouço, cortes nas verbas destinadas às universidades. A epigrafada entre outros professores e diretores prestou sua solidariedade aos coordenadores do movimento grevista, durante a crise da universidade brasileira dentro do “movimento estudantil”. Professora do Colégio Brasil, Rua Gago Coutinho/ entidade que procura rearticular o ex-ISEB congregando professores de ideais

¹⁸¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Entrevista cedida à revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992. p.9.

¹⁸² LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Entrevista cedida à revista Estudos Históricos, Op.Cit. p. 9.

marxistas-leninistas, segundo dados reservados de 22/10/68; em junho do mesmo ano, a epígrafa tomou posse no cargo de catedrática da cadeira de História da América do IFCS, da UFRJ. Na reunião de Buenos Aires, afirmou ela que: "Acreditava numa mudança de bases da sociedade. "Não se trata para nós de integrar a todo custo o estudante na sociedade em que vive, mas de modificar esta sociedade." ¹⁸³

Podemos perceber, a partir da análise do conjunto de entrevistas com os professores universitários daquela época, que 1969 seria um ano muito mais traumático para estes intelectuais. As cassações, prisões e aposentadorias forçadas os afastariam por mais de dez anos das atividades das universidades públicas brasileiras e mudariam os rumos de suas vidas.

O conflito entre professores e alunos também se intensificava. Um caso emblemático para entender como se deu a cassação de alunos e professores depois do AI-5 foi o da professora de Geografia Humana, Lucy Freire.

Segundo Adélia Ribeiro, a professora Lucy entregou à Divisão de Segurança e Informação do MEC e à Congregação do IFCS uma carta narrando os ataques sofridos por ela por parte dos estudantes que a acusavam de ter ajudado na cassação dos direitos do professor Josué de Castro. A professora também alegou que sofria provocações dos estudantes do diretório acadêmico do IFCS. Com tal acusação, formou-se uma comissão para investigar a situação em questão. Os professores deliberados para formar a comissão foram Eulália Lobo como presidente, Francisco Falcon, Maria Stella Amorim e o presidente do DA. Terminada a investigação, a comissão chegou à conclusão de que os alunos não eram culpados por tais acusações:

"Para nosso azar, nós entregamos esse resultado uma semana antes do AI5. Aí, usaram isso principalmente contra a Eulália, após o AI5. Uma das razões de aposentarem a Eulália foi exatamente ela ter assinado esse parecer. Ela era a presidente, era a responsável." ¹⁸⁴

No prontuário da professora Eulália Lobo, encontrado no DOPS, podemos depreender que a participação dela nesta comissão foi um fator destacado pelos órgãos de repressão em um pedido de busca de 17 de janeiro de 1969:

¹⁸³ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Secreto 41, Pasta 95. Folha 418 a 415. Em 29 de janeiro de 1969.

¹⁸⁴ FALCON, Francisco José Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008. p. 10.

“Dados conhecidos: Ligada a Maria Yedda Linhares;. Esposa do professor Francisco Alípio Bruno Lobo.;Ligação dos comunistas com o IFCS; Catedrática de História da América;Nomeada para fazer parte da comissão de inquérito, destinada a apurar o “terror cultural, estabelecido no IFCS.”¹⁸⁵

Um mês antes do AI-5, o DOPS registrou uma reunião que teria acontecido na casa da professora Maria Yedda Linhares:

“Houve na noite de 5 do corrente mês e ano, à rua 5 de julho, nº125, 9º andar, residência de Maria Yedda Leite Linhares, professora da Faculdade de Filosofia da UFRJ, uma reunião que se prolongou até a madrugada. Tomaram parte da reunião seu marido e vários alunos da Faculdade de Filosofia. Falou-se muito em bombas e bananas de dinamites existentes na Faculdade ou a ser colocada na mesma. Foi também falado da necessidade de procurar o 1º auditor de Guerra, Theoclito de Miranêlia, para no caso de nova prisão da professora, ser ela por ele libertada, tendo em vista que já foi absolvida em processo anterior por intervenção do auditor.”¹⁸⁶

Não se sabe se realmente ocorreu tal reunião, no entanto, podemos depreender que muitos infiltrados se passavam por estudantes para a investigação das atividades de estudantes e professores no então Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. A professora Maria Yedda Linhares, por exemplo, seria alvo de diversas investigações da Polícia Política, pois era vigiada inclusive em suas palestras, com infiltrados que relatavam ao DOPS o que ocorria. Segundo prontuário da professora:

“Disse que fora informada de que a palestra de Maria Yedda, ocorrida no dia 10/07 foi uma aula de subversão e de justificação da violência, atreves da justificativa de que “não há violência maior do que a manutenção do status quo.

3- Esta argumentação é antiga. Foi iniciada por Franklin de Oliveira (intelectual de esquerda), então, professor do ISEB, que demonstrava que nada poderia ser mais violento do que a morte de X crianças por minuto no Brasil. É, também maliciosa porque não aponta soluções de feito imediato, ademais, reconhecimento impossível e nem indica a fonte de mágicos recursos capazes de financiar uma instantânea alteração desse doloroso panorama. Seria, pois, cômodo culpa uma classe social pelas mazelas de toda a sociedade, se não houvesse nisso propósitos de subversão.

4- segundo a senhora em questão, Maria Yedda, chegou a fazer acusações graves ao exército brasileiro, pelas quais o exército manteria arquivos secretos, contendo documentação subtraída ao manuseio dos historiadores foram de interesse dos grupos dominantes.”¹⁸⁷

¹⁸⁵ PRONTUÁRIO DE EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO (7.480). Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS- Prontuário de 17/01/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸⁶ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Secreto 41, Pasta 95. Folha 418 a 415. Em 8 de janeiro de 1969.

¹⁸⁷ PRONTUÁRIO MARIA YEDDA LEITE LINHARES (1.392). Arquivos do Departamento de Ordem

A professora foi amplamente investigada pela Polícia Política, indicando, assim, uma ordem cronológica de investigações que começam antes do golpe, com as acusações de Eremildo, até 1978 e a luta pela Anistia.

“03/03/69 – Segundo memorando desta data, o Major Prel Werneck comunicou a instauração do IPM, por ordem militar contra Candido Maia Netto e a epigrafada, os quais não poderiam em consequência, receber passaporte, por haver indícios que estariam incursos em crimes contra a segurança nacional. Segundo Documentos reservados, a epigrafada figura numa relação nominal de professores do IFCS da UFRJ, que mais se destacaram em atividades ilegais.

06/01/69 Nesta data, prestou declarações no Batalhão de Infantaria Blindada, em inquérito presidido pelo Coronel do Exército Ernani Ayrosa da Silva, Comandante do Batalhão.

28/04/69 Por força ao AI, a epigrafada foi aposentada, conforme DO da mesma data.

10/04/70 – Segundo dados reservados, a epigrafada havia chegado da Europa e reunido em seu apartamento antigos adeptos e distribuído correspondências.

10/03/70 – Implicada no Inquérito aberto no Estado Maior do Exército, cujo encarregado era o Cel. Mario de Souza Pinto/ 1g-139-526. Aposentada pelo AI5 da Adm. Pub. Federal.”¹⁸⁸

No relatório acima, a Polícia Política indica que a professora foi sujeitada a fazer declarações no Batalhão de Infantaria Blindada e, também, foi publicada sua aposentadoria com o AI-5.

Em fevereiro de 1969, foi criado o decreto-lei de número 477, o qual estabelecia o processo de punição de professores, funcionários e estudantes acusados de subversão. Em junho do mesmo ano, efetivou-se a lei com a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos ou aposentadoria. Os historiadores da UFRJ atingidos por essa lei foram Eulália Maria L. Lobo, Guy Jose P. de Holanda, Hugo Weiss, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yedda Linhares. Naquele momento, a violência contra a intelectualidade foi explícita. A intenção de reescrever a história fez com que os militares criassem áreas e cursos de estudos sociais, como Educação Moral e Cívica (EMC) e o Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB).

Muitos professores sofreriam perseguições depois da aposentadoria. Alguns professores que continuaram no IFCS também foram investigados pelo DOPS até os

Política e Social –DOPS- Prontuário de 17/01/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸⁸ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Comunismo, Notação 111. Folha 192 e 166.

anos oitenta. Aparecem os nomes dos professores Francisco Falcon, Manoel Maurício de Albuquerque, Maria Yedda Linhares e José Luiz Werneck da Silva por todas as décadas de setenta e oitenta. Em grande parte da descrição dos professores de História investigados, qualquer ligação com a esquerda os identificava como próximo à Maria Yedda Linhares, como indica o relatório sobre Francisco Falcon encontrado no Fundo da Polícia Política do Rio de Janeiro:

“FRANCISCO FALCON: Em 1967, passou a fazer parte do campo docente do IFCS da UFRJ, instituição essa que na época constituía ativo foco de comunistas e agitadores. (...)“Era ligado ao ISEB, tendo realizado um ciclo de conferências na Faculdade de Filosofia da UFF. Era, ele, nessa época, suplente de Conselheiro do Conselho Departamental do Conselho Departamental da Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ e assistente da professora Maria Yedda Leite Linhares, elemento de reconhecida atuação comunista nos meios universitários. (...) Ao aceitar a bolsa de estudos em Portugal, rescindiu seu contrato de trabalho com a Universidade Gama Filho, percebendo as indenizações a que tinha direito. Sabe-se que, Gama Filho, o que o deixava mal visto não apenas pela direção da Faculdade, como também pelos próprios colegas. “¹⁸⁹

O professor Falcon foi investigado em suas atividades dentro da universidade. No entanto, apesar de nunca sofrer mais diretamente com algum tipo de sanção pelo regime, foi perseguido veladamente, principalmente a partir do AI-5 de 1969.

Outro professor que sofreu uma “repressão velada” foi José Luiz Werneck da Silva, também vigiado em suas declarações públicas em eventos acadêmicos e que consta como também ligado ao que a Polícia Política indica como “esquema Maria Yedda Linhares”:

“JOSÉ LUIZ WERNECK DA SILVA : O epígrafe participou do I encontro de cultura do GB, relatando o seguinte: “Não se deve entender arquivo como um dispositivo passivo de material ultrapassado, mas sim uma memória dinâmica que forneça a especialistas ou não, a instituições privadas ou oficiais, documentos de qualquer modalidade para a marcha da civilização e para o desenvolvimento. (...) Suplente de conselheiro do conselho departamental da Escola de Sociologia e Política da PUC/RJ. Professor de História do Brasil a base do materialismo histórico. Passou a colaboracionista do esquema de esquerda pelas antigas ligações com Manoel Maurício de Albuquerque (notório comunista) e são sócios em um curso de Pré-Vestibular. Esquerdista e parece ter fortalecido suas ligações com o esquema Maria Yedda Linhares.”¹⁹⁰

¹⁸⁹ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Comunismo, Notação 111. Folha 192 e 166. 24 de agosto de 1972.

¹⁹⁰ PRONTUÁRIO DE JOSÉ LUIZ WERNECK DA SILVA (7.171). Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS- Prontuário de 31/10/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Neste relatório, podemos ler o nome de Manoel Maurício de Albuquerque. O professor, antes do golpe, foi assistente do catedrático de História do Brasil da FNFi, Hélio Vianna, e foi aposentado também no decreto-lei nº477. Após a aposentadoria, o professor lecionou em pré-vestibulares na cidade do Rio de Janeiro. Continuando no Rio de Janeiro, Manoel Maurício sofreu diversas retaliações do regime militar. O professor foi preso, torturado e prestava depoimento semanalmente aos militares durante o regime militar. Segundo relatório do DOPS, Manoel Maurício era caracterizado como um comunista já conhecido, e fora investigado desde 1964:

“DOPS- Divisão de informação – 27/01/1971 Pedido de Busca SP/SAS número 0092: Manoel Mauricio de Albuquerque: Sem qualificação, figura aqui fichado entre os professores esquerdistas da FNFi, na qual funcionava a célula comunista que outrora tinha o nome de Anchieta. Em dezembro de 1967, foi relacionado como um dos professores transferidos para o IFCS da UFRJ, que teve existência infeliz, face a grande concentração de subversivos verificada com a reunião dos cursos de História, Filosofia e Ciências Sociais da antiga FNFI. Por decreto de 25/04/69, DO de 28/04/69, foi aposentado no cargo que ocupava, nos termos do Ato Institucional número 5.

(...)

INFORME 121/SNI/ARJ – PROT. 5561/71 DIA propósito do informa de referência, adianta este DOPS o seguinte: Manoel Mauricio de Albuquerque, brasileiro, natural de Alagoas, nascido em 1/12/27. É professor de História nos colégios citados e, quando ensinava na FNFi, foi apontado como integrante da célula Anchieta, que atuava naquela faculdade. Em 1964, suas atividades subversivas foram denunciadas pelo diretor da FNFi, prof. Eremildo Vianna, sendo o respectivo inquérito presidido pelo General Acyr Nóbrega. Por decreto de 25/04/1969, publicado no DO de 28 de abril de 1969, foi aposentado no cargo de professor universitário, com base no AI5. Recentemente, em 24 de fevereiro de 1972, foi preso pelo I exército, acusado de introduzir em suas aulas noções de marxismo, sendo ouvido pelo Major O’Reilly e Cel. Braga, do Batalhão de Guardas, e ficando sujeito a comparecimento semanal ao Ministério do Exército. DADOS CONHECIDOS: O professor Manoel Mauricio de Albuquerque dá aulas de História explorando o marxismo e procurando doutrinar os alunos. Quase todo o pessoal da rede de apoio do MR-8 foi seu aluno. É também professor da PUC e do convênio ANDREWS para Direito.”¹⁹¹

A maioria destes professores citados pelos relatórios da Polícia Política nos anos sessenta seria investigada até o fim dos anos setenta, quando se afirmava que a perseguição teria “abrandado”. Foram encontrados no Fundo da Polícia Política, relatórios sobre os discursos de formatura de Maria Yedda Linhares exigindo a Anistia¹⁹². Foram também investigados os cursos de extensão promovidos pelo

¹⁹¹ PRONTUÁRIO DE MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE (7.176). Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS- Prontuário de 31/10/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹² Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Estudantil, Folhas 80-b e 90-b. 20 de dezembro de 1978.

professor José Luiz Werneck da Silva no Instituto Bennet¹⁹³ e, ainda, em 1981, o DOPS relatou o velório do professor Manoel Maurício de Albuquerque no IFCS e as homenagens dos estudantes ao professor.¹⁹⁴

Podemos concluir que todas essas modificações nas universidades brasileiras marcariam fortemente esta geração de historiadores. Quando a FNFi é desmembrada e os professores citados pelo DOPS torturados, presos e aposentados, o rumo de suas vidas fora completamente transformado e o projeto pensado na perspectiva da renovação e transformação da universidade colocado abaixo.

Alguns destes historiadores iriam dedicar-se as suas pesquisas e seus estudos no exílio. Outros iriam viver o a perseguição efetiva, precisando conviver com prisões, torturas e constantes visitas às forças armadas para deporem sobre o rumo de suas vidas, a sua atuação profissional e a ameaça constante de seus alunos se tornarem potenciais delatores de sua crítica ao regime nas salas de aula. Alguns também continuariam na universidade, sofrendo uma perseguição velada, precisando mediar qualquer crítica diante de um espaço que seu projeto de educação tenha sido vencido, convivendo com o medo de agentes da repressão, que se tornaram, naquele espaço, a voz, os olhos e os ouvidos do regime. E alguns outros, aproveitariam daquele espaço de medo para a construção de sua própria carreira e abraçariam o projeto de reforma universitária forjado pelo regime autoritário para a universidade. Nesta ocasião, não devemos esquecer, que muitos dos estudantes envolvidos nas mobilizações do começo dos anos sessenta sofreriam duramente com o novo projeto que se estabelecia. Muitos deles seriam torturados, presos e mortos pelo regime militar. Com o AI5 muitos daqueles envolvidos nos anos anteriores ao golpe quanto àqueles que optariam pela luta armada como resistência à ditadura, iriam sofrer as consequências deste regime que aviltou não somente suas vidas, mas a de seus familiares que seriam perseguidos através de diversos assédios morais e físicos e também sofreriam com a perda de seus parentes “desaparecidos” nos porões da tortura e da perseguição política.

¹⁹³ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor DGI- 305C. 23 de outubro de 1981.

¹⁹⁴ *PRONTUÁRIO DE MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE (7.176)*. Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social –DOPS- Prontuário de 31/10/1969. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Notícia de 19 de março de 1981.

3.3) Os projetos de reforma universitária do regime militar, o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia e a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (1965-1969)

Logo após o golpe de 1964, já se pensava o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) como parte da Universidade do Brasil (UB) e a posterior criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) como parte da renomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em ata da Congregação de 8 de setembro de 1964, os catedráticos já discutiriam o desmembramento da FNFfi:

*“DESCENTRALIZAÇÃO DA FACULDADE: Comunicou o Senhor Diretor que referentemente à parte de deficiência de instalações e pessoal, referida no relatório da Comissão, apresentou um substitutivo visando a descentralização da Faculdade com a criação das seguintes Unidades Escolas: Filosofia e Letras, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação e Jornalismo e de mais dois Institutos, o de Filosofia e o de Letras. Esclareceu o Senhor Diretor que conseguiu retirar esse assunto do relatório da Comissão, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário, onde se encontra em tramitamento.”*¹⁹⁵

Para acompanhar este processo, torna-se fundamental entender a inserção ativa do regime militar nesta reestruturação das universidades brasileiras. Por isso, a análise dos projetos que encaminham a reforma universitária de 1969 demonstra como a universidade se transformaria frente às mudanças do Estado e sua associação com o modelo de universidade norte-americana, que tem como fundamento a criação de universidades em bases tecnocráticas e especializadas.

Além da criação de institutos e cursos, o regime militar trouxe uma nova proposta de reforma universitária no país. Em 1968, os alunos recolocavam as discussões anteriores ao golpe que iam desde problemas internos, como o regimento, novos currículos e interdisciplinaridade, e incluíam em sua pauta novos problemas, como a ameaça de implantação das idéias discutidas no acordo MEC-USAID e o relatório Atcon.

Segundo Maria de Lourdes Fávero, as mudanças na área da educação devem ser demonstradas a partir de uma totalidade como “dimensão da prática social humana”. Por isso, pensar a educação descolada da realidade social em que ela está imersa compromete o seu campo de investigação específico. Os projetos referentes à educação propostos pelo regime militar deixam evidenciar que os projetos de sociedade tinham

¹⁹⁵ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 8 de setembro de 1964. Arquivos da FNFfi – Proedes – UFRJ.

como alvo de transformação também a educação, que, numa sociedade capitalista e imersa em lutas entre classes, deve ser analisada em sua dinâmica histórica, a partir de lutas políticas travadas na sociedade, que interferem diretamente nas questões educacionais. Por isso, pensar a universidade é também analisar o projeto de construção da sociedade que se tem como “normal” e a que classe social se destina determinado planejamento educacional, como forma de consolidar a hegemonia de determinada classe no poder.¹⁹⁶

Florestan Fernandes iria investigar, em seu livro “Universidade e Revolução”, não somente a forma como se organiza a universidade no contexto do capitalismo monopolista e ditadura militar no país, mas discutir a fundo as origens da universidade e a forma que entende a instituição como uma realidade histórico-social que deve ser destrinchada justamente para pensar sua estrutura em determinada realidade social.¹⁹⁷ No entanto, tal projeto de reforma foi objetivado pelo regime militar muito diferentemente das propostas debatidas nos anos 1960, como parte das reformas de base. Além da criação de institutos e cursos, o regime militar trouxe uma nova proposta de reforma universitária no país que seria implantada nas universidades como uma modernização conservadora na educação.

O chamado acordo MEC-USAID constituiu-se por uma série acordos firmados a partir de 1964 entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID). Esses acordos partiam do pressuposto de que a educação era um meio para o desenvolvimento econômico e integração nacional. As ajudas “técnica” e financeira viriam a adequar o sistema educacional brasileiro aos interesses do desenvolvimento capitalista internacional. Na gestão dos ministros da Educação Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra, esses acordos foram analisados e discutidos. Em 30 de junho de 1966, já se apontava a proposta de modernização administrativa na universidade. Os tecno-empresários que estavam à frente de tal projeto começavam a pensar a universidade como uma empresa e como ela se adequaria às necessidades econômicas internacionais.

A proposta de reforma universitária evidenciaria os rumos que os militares queriam imprimir à educação. Mesmo com a oposição de certos professores e

¹⁹⁶ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991. p.18.

¹⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução? Op. Cit.*

estudantes, muitos já afastados da universidade por conta das cassações, aposentadorias e efetivas prisões, era elemento fundamental da dominação burguesa inserir-se no centro formação do conhecimento, justamente para afinar a universidade a seu projeto que privilegiaria a “segurança nacional” e a tecnocratização da educação.

O projeto Atcon e o Relatório da Comissão Meira Mattos aparecem neste contexto como forma de consolidação deste projeto de sociedade que visou à modernização aliada à disciplina dentro das universidades brasileiras.

A reforma universitária criada sob o escudo do decreto nº 477-69 e do AI-5 foi baseada tanto nos acordos do projeto MEC-USAID quanto nos relatórios Atcon e Meira Mattos. Estes acordos e relatórios tinham o claro objetivo de afinar o país às necessidades do desenvolvimento e de adequação ao modelo econômico do capitalismo monopolista, que teria a direção de militares e tecnocratas com um mesmo fundamento: formar uma “modernidade autoritária”.

Além do uso da repressão e da coerção direta, o ideal de racionalidade e tecnocracia viria a permear toda a universidade, tanto na “produção de conhecimento” prático e não-reflexivo quanto na administração universitária aos moldes do processo de organização empresarial. Tudo isso mascararia as contradições de uma sociedade capitalista, informando um valor universal baseado nos valores aparentemente neutralizados da “Ciência” e, portanto, da competência daqueles que sabem mais e tem direito de dirigir tal processo. Segundo Maria de Lourdes Fávero:

“Tanto no Plano Atcon como no Relatório Meira Mattos, a educação é encarada como fator primordial de desenvolvimento econômico e de integração nacional; atribuem-lhe o papel de modeladora do futuro social, beneficiando a longo prazo a todos. Ela racionalizaria e unificaria a vida social e modernizaria a nação, gerando progresso. A dimensão de classe da educação é anulada e oculta-se a reprodução das relações de classe através da mediação da estrutura ocupacional definida pela escolarização. A educação assume, assim, forte função mistificadora, ideológica.”¹⁹⁸

Foi na Diretoria do Ensino Superior (DES) do Ministério da Educação e Cultura que se iniciou o estudo de reformulação estrutural da universidade brasileira, realizado pelo americano Rudolph Atcon. Tal relatório defenderia a neutralidade política em vista da racionalidade científica como forma de pensar a universidade a partir das necessidades sociais do desenvolvimento com segurança. Além destes princípios, o relatório Atcon defendeu a privatização do ensino, propondo a divisão do custo do

¹⁹⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991. p.18.

ensino entre estudantes e a instituição, em um planejamento que visaria cada vez maior eficiência e produtividade da universidade, como forma de contribuir para o desenvolvimento nacional.

O relatório Atcon, com o desígnio de intervir diretamente na universidade, trouxe o projeto de modernização e tecnocratização. Este projeto foi contratado pelo MEC entre 65/68, baseado no modelo norte-americano de universidade privada. Esta foi uma das aplicações da Reforma Universitária proposta pelo governo autoritário.

Tudo isso seria legitimado por um discurso de racionalidade científica e organização pela eficiência. Por isso, a figura do “especialista tecnocrata” seria fundamental para especializar diversos setores da universidade e promover até mesmo a diferenciação entre aqueles que pensam a universidade e os que administram e executam os comandos da elite acadêmica, dotada do valor universal da ciência. Esta tecnocracia viria a pensar a ciência e a organização empresarial como valores inquestionáveis, assim como viria a se relacionar com o autoritarismo de Estado para, em um esforço conjunto, alcançarem uma sociedade perfeita, regida por técnicas e ciências eficientes e neutras.

Tais idéias são muito influenciadas pela forma de organização social proposta por Taylor e objetivada pelo fordismo, como um “principio de gerência científica” para o alcance de eficiência que, longe de ser um método neutro, se veste de um saber técnico e científico para propagar valores, modos de vida e concepção de mundo de uma classe, sendo propagados como um projeto para o “bem de todos”. Segundo Fávero:

“Agradava ao poder o alívio de ir-se desobrigando de financiar a educação, mas não lhe agradava descentralizar o controle político ou jurídico-administrativo da universidade. É sob esta dupla máscara (desobrigação/controle), que Atcon terá de agir. Um tecnocrata que, proclamando-se neutro e apolítico, tentou auxiliar na adequação das estruturas universitárias à ordem política vigente.”¹⁹⁹

O relatório Meira Mattos veio a ser o resultado de uma comissão criada em 1967 que teria como finalidade procurar soluções para as agitações estudantis. A movimentação estudantil entre os anos de 1964-1968 viria a despertar a atenção do regime militar que procurava formas de compressão das reivindicações e inconformismos estudantis. Esta comissão teria como presidente o Coronel Meira Mattos, membro da Escola Superior de Guerra.

¹⁹⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada...Op.Cit.* p.29.

O relatório teve como principal preocupação encontrar mecanismos de controle do movimento estudantil, indicando que os governos militares viam nos estudantes um meio de infiltração das idéias comunistas no país. Para mudar tal situação, era necessário reprimir as manifestações estudantis potencialmente subversivas e críticas à ordem e à normalidade “democrática”. No entanto, o relatório Meira Mattos não foi o único projeto do regime para acabar com as mobilizações estudantis dos anos sessenta. Assim que foi instaurado o golpe civil-militar em 1964, o ministro da educação indicado pelo governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, instaura a lei de número 4.464, criada em 9 de novembro de 1964. A conhecida lei Suplicy de Lacerda dispunha “sobre os órgãos de representação dos estudantes”, colocando na clandestinidade a UNE e as UEEs, e criaria outros órgãos de deliberação estudantil subordinados ao MEC. Segundo o 18º artigo da lei Suplicy, os órgãos de representação teriam que deliberar e discutir assuntos estritamente cívicos, sociais, culturais e desportivos. Um representante do Conselho Departamental e um representante da Congregação deveriam acompanhar as atividades dos estudantes, e seriam responsabilizados por qualquer atitude subversiva não denunciada.

Em grande parte das universidades brasileiras, os estudantes se mobilizaram contra a lei Suplicy de Lacerda, com passeatas em todo o Brasil. Em 1965, a UNE, posta na ilegalidade, organizou uma greve estudantil que foi bastante reprimida pelo regime. Na Faculdade Nacional de Filosofia, tais acontecimentos são relatados por membros da Congregação e do Conselho Departamental, e demonstram as diversas visões dos docentes frente às mobilizações estudantis. Em ata da reunião da Congregação de 23 de agosto de 1965, os professores iriam discutir a suspensão das atividades do Diretório Acadêmico da FNFi, por serem tais atividades diretamente ligadas às atividades político-partidárias:

“O Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, no uso das atribuições de sua competência face ao prescrito na lei 4.464 de 9 de novembro de 1964; tendo em vista que a nota oficial fornecida aos Jornais pelo Diretório Acadêmico e, hoje divulgada, caracterizava-se, em vários trechos, como manifestação de natureza nitidamente político-partidária, vedada pela citada lei, aos órgãos oficiais de representação estudantil; considerando que o atual Diretório foi, já, por ocasião de pronunciamento de seu primeiro presidente, em seguida às eleições de 16 do corrente, publicamente advertido das sanções que seriam aplicadas se insistisse no propósito de dar cunho político partidário às suas manifestações, considerando, outrossim, a necessidade de preservar, na Faculdade, o clima de tranqüilidade adequado ao estudo e ao trabalho científico que voltaria a ser perturbado com a inobservância dos preceitos básicos que a lei veio a fixar, RESOLVE declarar suspensas as atividades do referido Diretório até pronunciamento à propósito da

Colenda Congregação da Faculdade, já convocada para o próximo dia 23, segunda feira, a José de Faria Góes Sobrinho – Diretor.”²⁰⁰

Os professores César Lattes, Victor Lauzinger, Elisiário Távora, Raul Bittencourt, Athos de Silveira Ramos e Lagden Cavalcanti, declararam apoio ao diretor devido à atitude “indisciplinada dos alunos” e o DA foi suspenso por 90 dias. A Congregação deliberou, em conjunto, que seria aprovado o documento feito pelo diretor. Segundo a declaração em ata:

“Finalmente, afirmar, na oportunidade e em relação ao fato examinado, a determinação do corpo docente da Faculdade de não consentir em atos e manifestações que procurem reimplantar o ambiente de agitação e indisciplina que, que durante alguns meses a partir de agosto de 1963, tão profundamente conturbou e comprometeu o clima de estudo e o trabalho científico que a faculdade tem por objetivos fundamentais.”²⁰¹

Diante da deliberação da Congregação, os estudantes criaram o chamado “DA Livre” da FNFi, sendo composto por todos os estudantes da Faculdade, mas intensamente dirigido pelos ex-representantes do DA anterior. O DA Livre foi criado em assembleia dos alunos no restaurante Calabouço e foi considerado um instrumento de representatividade extra-oficial. Em reunião extraordinária da Congregação, em 25 de outubro de 1965, a ex-presidente do DA da FNFi, Maria Olivia das Chagas e Silva, foi convocada para explicações maiores sobre o chamado “DA Livre”, pois queriam se eximir de qualquer responsabilidade de atuação do DA que teria se formado por iniciativa dos estudantes.

Em 8 de novembro de 1965, a Congregação, diante da criação do “DA Livre”, discute a decisão do Conselho Universitário que deliberou pelo afastamento dos estudantes da Faculdade que estivessem a frente da criação do “DA Livre”:

“Tendo em vista a informação prestada pelo Sr. Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, sobre atos de indisciplina em que reincidiram membros do Diretório Acadêmico da mesma unidade, já suspenso por 90 dias, decidiu o Conselho Universitário, de dar pleno apoio às medidas que o Diretor e a Congregação considerarem eficazes para o caso. Decidiu ainda autorizar o Diretor a aplicar imediatamente a providência de afastamento da Faculdade, dos citados estudantes, instaurando, nos termos regimentais, o competente inquérito. Aprovada em sessão de 27 de outubro de 1965.”²⁰²

²⁰⁰ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 23 de agosto de 1965. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 8 de novembro de 1965. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

A discussão sobre a punição dos estudantes do “DA Livre” foi marcada por forte polemica. Os professores Maria Yedda Linhares, Afrânio Coutinho e Aloísio Mello Leitão foram contra a punição dos estudantes, no entanto, foi proposto pelo professor Raul Bittencourt o afastamento dos estudantes por 30 dias, o que possibilitava que fizessem as provas semestrais. Tal proposta foi aprovada pela maioria dos membros da Congregação, todavia, as declarações dos professores que foram contra a punição foram anexadas à ata da reunião. Segundo a declaração dos professores:

“Voto contra a suspensão dos alunos pelo prazo de trinta dias, por não me julgar suficientemente esclarecida quanto à natureza subversiva dos atos praticados pelos referidos alunos, de acordo com os fatos que foram levados ao conhecimento da Congregação. Maria Yedda Leite Linhares.

Voto contra a penalidade proposta pelo professor Raul Bittencourt por achá-la exagerada, pois penso que a ação energética e justa do Sr. Diretor poderia ser limitada a apenas 15 dias. Aloísio Mello Leitão”.

Voto contra, por uma questão de princípio, porque qualquer sanção aos estudantes, quando há um motivo que os levaram a toda essa agitação atual: A posse do Anexo pela Polícia Federal. Não há efeito sem causa.” Afrânio Coutinho.”²⁰³

A partir da declaração de voto do professor Coutinho, podemos depreender que não fora somente a criação do “DA Livre”, mas a luta pela volta do Anexo, tomado pela Polícia Federal, que iria movimentar os estudantes no ano de 1965. Anexado à ata da Congregação está um folheto dos estudantes chamando para a mobilização e luta do Anexo, relembrando aos estudantes da ocupação feita em 1962 para a conquista do Anexo:

“O ANEXO FOI CONQUISTADO COM LUTA! CONTRA A OCUPAÇÃO POLICIAL! O ANEXO É NOSSO! LUTEMOS PELA RECONQUISTA! ASSEMBLEIA GERAL DIA 26 DE OUTUBRO, 18 HORAS, LOCAL: SALÃO DO ANEXO.”²⁰⁴

A conquista do Anexo para os estudantes significaria, além da expulsão da polícia da FNFi, a reversão do fim dos centros de estudos e da diminuição das vagas para o curso noturno. Em documento encontrado no DOPS, os estudantes conclamariam seus pares para uma assembleia em defesa do Anexo e a luta pela expulsão da polícia da FNFi. Em outubro de 1965, os estudantes do “DA Livre” escreveriam tal documento:

“Movimento Militar de abril: 19 colegas expulsos, DA fechado, curso noturno extinto, número de vagas reduzido em quase 150%, iniciada a cobrança de anuidades, instalado o IPM especial para a FNFi, o TER solidificou-se no Anexo, que teve ainda uma parte (antes ocupada pelos alunos) entregue à Polícia. O Anexo significa curso noturno, maior número de vagas, salas para o DA e para os Centros de Estudos. Hoje, o Anexo pelo qual tanto lutamos foi entregue aos policiais, justamente aqueles que tantas vezes, enfrentamos, em detrimento de nossos interesses que

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

continuamos com a mesma deficiência de espaço. Protestamos pois a FNFi é a única faculdade no mundo que SE ENCONTRA FECHADA, em caráter permanente pela polícia que fere a Autonomia Universitária. O exemplo do passado nos mostra que só com luta que se conseguirá a reconquista do Anexo. Para que haja êxito em nossa luta, é, uma efetiva participação de todos. ”²⁰⁵

A FNFi, portanto, tornava-se um espaço emergencial para o controle sobre os estudantes. Por isso, a ocupação efetiva pela repressão, não só do Anexo, já se daria em 1965 e continuaria no ano seguinte. O Anexo não volta para a FNFi, mas a ocupação perduraria com a justificativa de “manutenção da ordem das coisas”.

Em ata de 2 de junho de 1966, os docentes discutiam sobre o apoio dos militares para a garantia das atividades da Faculdade, segundo diria o diretor Faria Goés:

*“Esclareceu que em cumprimento às mencionadas decisões, foram mantidos os horários já estabelecidos e mantida à disciplina, mesmo com o auxílio externo. Informou que havia enviado ofício nesse sentido às autoridades militares, solicitando providências para a boa ordem e garantia do funcionamento das atividades normais da Faculdade. Esclareceu, que havia entrado também em contato com as autoridades federais, que no entanto, só agiriam caso as autoridades do Estado não se fizessem presentes, mas que essas haviam se desempenhado com cautela, garantindo a ordem externa, e às autoridades civis garantindo a ordem interna. Esclareceu que as autoridades militares só passaram a intervir na ordem interna do prédio após o ofício que dirigia ao coronel Niemeyer. Esclareceu também que levara os fatos ocorridos e os nomes dos alunos neles implicados, ao conhecimento do Conselho Universitário para que esse órgão tomasse as medidas necessárias.”*²⁰⁶

O diretor da FNFi, o professor Fária Goés, estaria cumprindo o papel de controlar as atividades julgadas como subversivas pelo regime, em nome de uma normalidade, mesmo que controlada. Para tanto, recorria abertamente à intervenção policial-militar no interior da Faculdade, abrindo mão completamente de qualquer prerrogativa de autonomia universitária. Os estudantes seriam delatados e punidos não só com o consentimento, mas ação do diretor, para que fosse objetivada a punição para além das instâncias universitárias. Na mesma reunião, o professor Afrânio Coutinho faria um apelo ao diretor para a retirada das tropas da Faculdade. Como resposta, o diretor indicou que seria também de seu desejo que as tropas se retirassem:

²⁰⁵ Arquivos da Divisão de Segurança e Informação, Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção Polícia Política. Setor Atividades Culturais, Notação 73, Dossiê 3-58.

²⁰⁶ Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, de 2 de junho de 1966. Arquivos da FNFi – Proedes – UFRJ.

“O professor Afrânio Coutinho, novamente com a palavra, declarou não aprovar o recurso do policiamento da Faculdade, por julgar que a ordem interna deve caber à Direção, à Congregação, aos professores, com ajuda do corpo administrativo.”²⁰⁷

A professora Aila Gomes, ao pedir a palavra, não só reafirmou as palavras do diretor, mas propôs que fossem adotadas medidas ainda mais energéticas para a manutenção da ordem dentro da FNFi:

“A professora Aila, prosseguindo com a palavra fez sentir a necessidade de que fossem tomadas medidas mais energéticas para que não se repetissem na Faculdade, os fatos lamentáveis que se haviam verificado. Declarou, que a seu ver, uma vez apurada a culpa de determinados alunos, não deveria lhes ser aplicado só um afastamento por um período e sim, seu desligamento da Faculdade, pois após o cumprimento da pena que lhe seria imposta, estes mesmos elementos voltariam a agir, provocando no futuro, outra crise”²⁰⁸

O professor Eremildo Vianna reafirmaria a posição do diretor, afirmando que a ocupação da Faculdade pela repressão seria um “mal necessário”:

“O professor Eremildo Vianna lamentou os fatos ocorridos e declarou que as forças policiais tinham sido necessárias para a manutenção da ordem, evitando maiores conseqüências.”²⁰⁹

A professora Maria Yedda Linhares elogiaria a atitude do Diretor por “sua firmeza e serenidade” em vista dos acontecimentos recentes, mas também daria uma declaração em defesa de seis estudantes que foram levados a julgamento para o Conselho Universitário:

“Tomou a palavra a professor Maria Yedda Leite Linhares, que teceu os maiores elogios à ação do Diretor pela sua atitude de firmeza e serenidade ante os últimos acontecimentos. Referiu-se depois aos alunos afastados pelo Conselho Universitário dizendo que seis dentre eles são seus alunos e os tem como aplicados e estudiosos, declaração que consta por inscrito em anexo.”²¹⁰

Em resposta à professora Maria Yedda, o professor Kingston diria ser inaceitável qualquer solidariedade a alunos punidos pelo Conselho Universitário. Yedda, em resposta, diria que estaria destacando as “atividades escolares” dos

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

estudantes. O professor Thiers Martins indicaria que a professora Yedda teria o direito de registrar a declaração em ata, mas que seria responsável por todas as suas afirmações.

A partir desta querela entre os congregados, poderíamos perceber que alguns professores seriam coniventes com os mandos e desmandos do regime. Aqueles que, em alguma medida, apoiassem as ações dos estudantes seriam vistos como “pretensos” alvos do regime, como a clara ameaça do professor Martins à Yedda.

A comissão Meira Mattos, promulgada em 1967, parece ter sido criada a partir das análises das mobilizações que surgiam dentro da Faculdade até 1967. Por isso, a preocupação de pensar formas de controle do Executivo nos meios acadêmicos, alijando da reflexão qualquer princípio de autonomia universitária, seria amplamente considerada ao longo dos trabalhos da Comissão. Para tal objetivo, o relatório Meira Mattos propôs o projeto de decreto que permitia ao presidente da República demitir e nomear reitores e diretores sem nenhuma consulta ao colegiado das universidades. E mais, tomando como diagnóstico o problema da carência de autoridade, coloca nos diretores e reitores toda a responsabilidade no controle da “subversão” entre docentes e discentes de determinada universidade.

Para os integrantes da Comissão, a crise de autoridade não teria um fator determinante para ter acontecido, mas a própria organização estrutural do MEC se mostrou ineficiente e teria que se modificar completamente para abraçar um modelo de estrutura empresarial. Além disto, segundo o relatório, a LDB deixaria uma margem ampla de autonomia administrativa e disciplinar nas universidades, o que para a comissão seria um problema. Estas medidas evidenciariam a intenção de reestruturar a universidade de forma a centralizar o poder nas mãos de dirigentes vinculados ao regime, como forma de manter a ordem e “salvaguardar a democracia”.

O regime autoritário no Brasil afinou estratégias de repressão e desorganização da classe trabalhadora justamente para responder a uma “crise” e radicalização democrática. Nas universidades, estratégias aparentemente modernizadoras, como o sistema de créditos, se configuraram como uma política de Estado para a desorganização do movimento estudantil e social dentro das universidades. Segundo Ciro Cardoso:

“Houve uma política muito deliberada de despolitização da universidade e eu acho que com bastante sucesso, não é isso? A Universidade é muito mais despolitizada hoje do que era naquela época. Na época o movimento estudantil tinha muita importância, nacional mesmo. É... eu acho que aí não houve só o problema de mudança de..

*.mudanças sem controle... acho que foram controladas também. Houve uma política nesse sentido.”*²¹¹

Para analisar esta política de Estado que desorganiza movimentos que vão contra sua forma de dominação, Nicos Poulantzas²¹² demonstra que as lutas populares não têm somente o desígnio de pressionar o Estado capitalista, mas atravessam seus aparelhos e, portanto, se inscrevem no próprio Estado, não por serem absorvidas por este, mas porque o Estado está imerso nas lutas e por vezes é submerso por elas. E é justamente por isso que diversos ramos do Estado, como Exército, Justiça, Escola e Administração, traduzem na estrutura do Estado a histórica presença das classes dominadas e suas lutas, e têm o claro desígnio de manutenção da relação de dominação-subordinação. E por tal pressuposto, o Estado trabalha na desorganização das classes dominadas (enfraquecendo suas lutas) para a organização e o exercício da hegemonia do bloco no poder, pois assegurar a presença das classes dominadas no seio do Estado é justamente assegurar a sua posição de dominação frente a elas.

Tanto o Plano Atcon quanto o Relatório Meira Mattos seriam formas de infiltração e controle dentro das universidades. Tais documentos não privilegiariam qualquer produção acadêmica, científica e cultural, mas sim a forma de organização eficiente baseada na lógica empresarial de rendimento, burocratizando a administração e criando a separação dos que pensam a universidade e suas políticas e aqueles que a executam, as unidades administrativas. Tudo isso teria como fim último o desenvolvimento econômico e a integração nacional em nome do progresso. Tal atitude aparece como uma “vontade coletiva” falseada, que escamoteia a luta de classes, diluindo tudo num ideal de nação e “bem de todos”. A educação, assim, teria a função de mistificar e escamotear os projetos políticos em jogo.

De acordo com Fernandes, a universidade, num contexto de capitalismo monopolista, viria a perder seu papel de criação, tanto na sua relação com o pensamento inventivo quanto no seu envolvimento com os problemas sociais e dilemas históricos. Surge, em seu lugar, um universitário “especialista” e “profissional”, comprometido com a lógica empresarial e tecnocrática. Com isso,

²¹¹ CARDOSO, Ciro. F. S. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em maio de 2008.

²¹² POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

*“O universitário especializado se tornou o cão de guarda da burguesia e do fortalecimento ideológico da ordem.”*²¹³

Num contexto de discussão sobre a reforma universitária entre os anos de 1967 e 1968, Florestan Fernandes analisou as propostas de reforma universitária em jogo no processo político daquele momento histórico. Para tal, distante de qualquer crença no reformismo proposto pelo regime militar, era necessário pensar a reforma no contexto de disputa política, justamente para denunciar a “fê reformista”, sem cair na crença de que haveria a possibilidade de uma atuação social nova vinda de um poder conservador. Mesmo um projeto reformista não seria possível diante do fluxo contra-revolucionário instaurado com o regime militar. O projeto de reforma seria, então, uma ação e reação do poder conservador para conservar sua dominação de classe.

O sociólogo, no entanto, percebe tal atuação na discussão sobre reforma universitária como uma luta política, que se torna parte da responsabilidade daqueles comprometidos com a transformação:

*“é minha convicção que largamos os jovens, estudantes, operários ou intelectuais, uma sobrecarga desumana. Eles se arriscam sozinhos na primeira linha de combate, como se a sociedade nacional não possuísse outros agentes válidos de defesa dos seus interesses centrais e de seus valores coletivos.”*²¹⁴

Para Florestan, responder às exigências intelectuais e morais em um contexto tão intolerante e repressor é um desafio, e traz uma responsabilidade científica e social frente ao debate sobre os problemas da universidade. Naquele contexto, o sociólogo destacou os três principais problemas que surgem dentro das universidades depois do golpe civil-militar de 1964.

Para o sociólogo, o projeto de reforma universitária proposto pelo regime militar teria o objetivo de diminuir a participação de outros setores da sociedade dentro das universidades e, com isso, restabelecer a íntima relação entre escolas superiores e interesses da classe dirigente e dominante. Para objetivar tal controle hegemônico, o projeto de reforma viria a afirmar a tutela exterior na construção da universidade brasileira, vide os acordos MEC-USAID e o relatório Atcon como modelos de universidade americana que seriam aplicados nas universidades brasileiras. Com tal objetivo, o radicalismo intelectual seria enxergado como um perigo social. O fim da

²¹³ FERNANDES, Florestan. *Desafio Educacional*, São Paulo, Cortez Editora, 1989. p. 82.

²¹⁴ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução? Op. Cit.* p. 8.

autonomia intelectual viria a ser uma opção histórica que ceifou o potencial criativo do conhecimento científico para formar uma mentalidade pragmática, tomista e empresarial, de forma a atender às necessidades exteriores de uma industrialização acelerada, afinada à ordem capitalista internacional. O universitário, neste contexto, torna-se um perigo à ordem e uma força potencial de reconstrução social. Por isso, a repressão brutal de universitários nos anos de 1968 e 1969. O fim do movimento estudantil tornou-se o fim do debate de uma reforma universitária democrática e, em certa medida, transformadora. Fez-se necessário formar outro tipo de universitário que receberia uma educação alienada e “ignorante dos dilemas que pesam sobre o país e sobre a sua juventude.”²¹⁵

De acordo com Florestan Fernandes, o Grupo de Trabalho que pensaria a reforma da universidade foi formado em 2 de julho de 1968. Porém, para ele, os projetos deste grupo de trabalho, ainda que propusessem alguns avanços na forma de organização universitária, afinaram-se em uma direção burocrática e tecnocrática:

*“Apesar das belas frases, que evocam a universidade como “uma vontade e um espírito originários de seu próprio ser” que falam dela como uma “universidade atuante” ou crítica e que reputam ser essencial sua “organicidade de estrutura” o que prevalece, nas sugestões práticas, é uma visão atomizada, instrumentalista e oportunista, de um imediatismo contraproducente. Na verdade, o GT não se preocupou, de fato, com a universidade nem com o problema de como orientar a reforma universitária para chegarmos às suas variantes brasileiras efetivas; a sua focalização reduziu-se, de maneira clara, a certas preocupações centrais, que fazem da “universidade brasileira” mera agência do ensino superior.”*²¹⁶

Para o sociólogo, o projeto formulado por tais intelectuais evidenciaria uma reforma no papel que não se objetivou na realidade. Pois, assim como a concepção conservadora da classe dirigente, o GT pensou a transformação universitária a partir dos meios burocráticos, distanciando qualquer concepção de universidade verdadeiramente autônoma, multifuncional, crítica e integrada. Por isso, é de fundamental importância a reflexão de que os dilemas educacionais são forjados em meio à totalidade social, e tais limites a uma reforma universitária democrática aparecem justamente no tipo de sociedade que a engendra. Para Fernandes, a reforma universitária instaurada pelo regime militar viria a recuperar um novo tipo de privatismo do ensino superior.

²¹⁵ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?.* Op. Cit. p.35.

²¹⁶ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?.* Op. Cit. p. 222.

*“Atrás do aparente caráter técnico do GT, se oculta uma deliberada diretriz política que desemboca em um privatismo típico das nações capitalistas dependentes: um privatismo exaltado.”*²¹⁷

A abertura a interesses privados viria a ser objetivada com a inclusão dos chamados “representantes da comunidade” entre os membros dos colegiados das universidades, representados por empresários. Além disto, o GT teria uma “recomendação” às universidades: estreitar relações entre professores/pesquisadores e empresas, trabalhando como consultores de empresas privadas e criando, dentro das universidades, centros de integração Universidade-Indústria.

O fim da cátedra vitalícia, que já se tornara uma demanda por parte daqueles que reivindicavam uma reforma universitária nos anos de 1960, segundo Florestan, foi objetivado para instituir uma carreira docente muito mais individualista e meritocrática.

Os diversos concursos para professores, como o de professor adjunto, fixaram diversos títulos de mestres e doutores e provas para o preenchimento das vagas, assegurando, a partir de tais títulos, a avaliação e a competência do candidato. Estes títulos, no entanto, poderiam ser conseguidos, em caráter excepcional, segundo o artigo 16 do anteprojeto da Lei sobre o Ensino Superior, “pelo exame de títulos e trabalhos didáticos, científicos e profissionais dos candidatos interessados, realizados por comissões de especialistas pertencentes a instituições credenciadas para as referidas áreas de estudo.”²¹⁸ No entanto, para Florestan, isto significa a institucionalização da mediocridade. Para ele:

*“Seria necessário estabelecer os padrões e níveis em planos razoavelmente altos, e, para corrigir, realisticamente as dificuldades atuais, admitir mecanismos de transição, que permitissem, em um prazo máximo de 8 a 10 anos, superar as falhas gradualmente, mas pela raiz. Em vez disso, preferiu-se o contrário. Montar uma carreira docente ainda pior e potencialmente mais perniciosa que associada à vigência da cátedra vitalícia!...Graus, títulos e carreira vinculam-se de tal forma que se incentiva o carreirismo como norma e a mediocridade como fim, procedendo-se, ao mesmo tempo, pela burocratização da carreira docente, a uma sorte de simples desnivelamento e socialização do “absolutismo” dos antigos catedráticos.”*²¹⁹

²¹⁷ Ibidem. p.230.

²¹⁸ Cf. artigos 6º a 10º do anteprojeto de lei que modifica o Estatuto do Magistério Superior Federal (“Relatório, p. 69). APUD: FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*. Op. Cit. p. 238.

²¹⁹ FERNANDES, Florestan. *A Universidade: Reforma ou Revolução?*. Op. Cit. p. 239.

Podemos perceber, assim, que se o Estado se coloca como propagador de uma determinada concepção de mundo que legitima e dissemina valores conservadores e autocráticos, tendo no espaço da universidade, mais um espaço de garantia e controle da ordem estabelecida. O projeto de reforma universitária, forjado desde 1964, viria a ser objetivado em 1968, criando uma universidade tomada pelo controle e tutela do Estado.

A partir de toda a discussão sobre o que seria o projeto de reforma universitária de 1968, a grande questão que não poderia ser negligenciada refere-se a qual projeto que se materializou nas universidades brasileiras após esta reforma.

Em 1962, estudantes e professores das universidades pensavam a reforma universitária a partir de objetivos como o fim das cátedras, a ampliação de vagas, criação de cursos noturnos, os pré-vestibulares etc. Seria, portanto, a idealização de uma universidade que se pensaria como parte de uma realidade social, administrada por órgãos deliberativos que pressupunham a representação não só de professores, mas também de estudantes e funcionários. Porém, analisando a universidade brasileira atual, é fácil concluir que este projeto foi vencido. Nota-se que o projeto forjado no regime militar se tornou a forma de organização universitária que efetivamente se objetivou nos meios acadêmicos.

Com a implantação dos órgãos nacionais de fomento à pesquisa, no começo dos anos setenta, veremos que a noção de produtividade, o estímulo ao carreirismo e a especialização seriam práticas que perdurariam nos meios acadêmicos após o fim do regime militar. As pós-graduações são submetidas a avaliações que consideram, entre outros elementos, a quantidade de titulações que o programa consegue formar, a produção de artigos, livros e revistas científicas dos professores vinculados aos programas. Com isso, estudantes e professores são submetidos a um regime de trabalho que tem como referência a eficiência, nos moldes dos relatórios Atcon. Maria Yedda Linhares avaliaria a produção acadêmica atual exatamente como o modelo norte-americano de universidade “eficiente”.

“Conheço pessoas dentro da Universidade, hoje, que são excelentes professores, têm uma capacidade enorme de trabalho, fazem isso com grande interesse e proveito para os alunos, mas que não são escritores. Por que obrigá-los a escrever? Por que cargas d’água escrever artigos faz parte da vida? Um belo dia, você publica sua tese, publica um livro mais adiante; quando tiver alguma coisa mais importante, você faz e publica. Mas essa coisa de, anualmente, cobrar a produção, eu acho um abuso, uma macaqueação do sistema americano, que é absolutamente medíocre. Acho pobre aqui no Brasil, acho ignóbil!”²²⁰

²²⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. In: FÁVERO, Maria DE Lourdes (Org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989. P. 422.

Francisco Falcon também questionaria a forma como teria sido implantada a pós-graduação no Brasil, com órgãos de fomento à pesquisa que foram criados como mais um instrumento de retirada de autonomia da universidade pública.

“Uma das coisas que eu sempre denunciei é ora, o que houve foi uma hipertrofia do papel da CAPES, em segundo lugar do CNPq, com a determinação da pós-graduação. Porque a CAPES entrou no jogo porque a CAPES tinha dinheiro pra pagar bolsas. Primeiro a formação de professores, professor principalmente das faculdades públicas, era o chamado PICD, Plano Institucional de Capacitação Docente, e depois bolsa pros alunos. Aí às vezes eu faço essa brincadeira. Se nós imaginarmos um outro cenário, em que as universidades tivessem recursos próprios para pagar seus professores e dar bolsa a seus alunos, nada dessas hipertrofias da CAPES teria ocorrido, porque a CAPES se impôs por conta da pauperização da universidade, na universidade pública. Então, quem tinha recurso era a CAPES e subsidiada também pelas bolsas do CNPq. Então, nunca se fez uma política em que houvesse recursos das universidades, porque cada universidade poderia até ter construído o seu próprio modelo de pós-graduação. Se podia ter outro tipo de pós-graduação.

Conversando com os alunos uma vez em Florianópolis, uma vez em Goiânia também, é uma quantidade tão grande de matérias que o aluno tinha ...que não tinha tempo de pesquisar nada. Mas era uma época também em que os prazos eram mais dilatados. Tinha gente fazendo mestrado até dez anos, o que era uma barbaridade, era um tempo muito grande, mas também, acho que encurtou demais”²²¹.

A geração dos professores de História que participou do projeto de reforma universitária enxergaria, na reforma objetivada pelo regime militar, enormes perdas para as universidades. Estas seriam submetidas a uma orientação dos órgãos de fomento à pesquisa, que têm como principal fundamento pensar a construção do conhecimento a partir da sua capacidade produtiva, eficiente e bem de acordo com os esboços do relatório do tecnocrata Atcon. Neste processo, pouco espaço existe para uma criação que não seja marcada pela necessidade de títulos e obtenção de bolsas de pesquisa.

Esta geração, que precisou lidar com os diversos assédios do regime, após o fim deste, também precisaria suportar toda a frustração de um projeto de universidade vencido. A reforma universitária de 1968 marcaria a vida acadêmica desta geração, que faria críticas duras à já naturalizada avaliação da “eficiência” e produção da pesquisa científica no Brasil. Esta transformação já começaria a ser orquestrada com o desmembramento da FNFⁱ, numa tentativa de apagar da História uma alternativa para além da super especialização e da produtividade nos meios acadêmicos.

²²¹ FALCON, Francisco Calazans. Entrevista cedida à Ludmila Gama Pereira em dezembro de 2008.

Em 1968 a Faculdade Nacional de Filosofia é fechada e o curso de História é transferido para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da então Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde muitos professores já denunciados em 1964 iriam ser afastados da universidade com o decreto 477, do AI5, e a pesquisa é finalizada a partir de tais afastamentos.

Conclusão

"Acontece que, numa determinada linha, o acontecimento do presente interessa mais diretamente ainda à inteligência do passado. Seria, com efeito, erro grave julgar que a ordem adotada pelos historiadores em suas investigações tenha necessariamente que moldar-se pela dos acontecimentos. [...] Acontece com mais frequência do que se pensa, que se tenha de vir até o presente para que a luz se faça."

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1993 [1941]. pp. 44-45.

A Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia em 1939 foi marcada por uma intensa intervenção estatal em sua estrutura administrativa, na formação de seus órgãos deliberativos e na contratação de seus professores. Ainda que esta intervenção não se tornasse direta após 1945, com a criação da lei de autonomia universitária, as marcas herdadas da estrutura de sua formação explicariam os conflitos que se desdobrariam principalmente nos anos imediatamente anteriores ao golpe civil-militar de 1964.

A partir de 1945, o órgão de maior poder deliberativo dentro da FNFfi seria a Congregação e seus membros seriam os catedráticos vitalícios ou professores indicados pelo diretor para a participação na Congregação. Além de a cátedra em si ter um papel fundamental para a legitimação de uma hierarquia universitária, vale lembrar, que no caso da FNFfi, muitos dos catedráticos vitalícios dos anos cinquenta e sessenta foram catedráticos interinos contratados pelo Estado Novo e que através de concurso interno, conseguiram ascender ao cargo, legitimando-se com a alcunha de “notório saber” em sua cadeira específica.

Foi nesta estrutura tão marcada pelo positivismo, que entendia o espaço universitário completamente distante dos conflitos sociais e políticos e um espaço de alta cultura, que se comprovou que nada nesta realidade tornou-se alheio aos seus próprios conflitos. Explico-me melhor, demonstrou como o processo histórico e seu conflito entre classes interferiu tanto na discussão do papel da História enquanto ciência quanto nos conflitos políticos internos da Faculdade.

Em discussões dentro da Congregação e do Conselho Departamental, era recorrente o debate sobre a cada vez maior “infiltração” das discussões políticas na

Faculdade. Tais discussões aparecem em atas principalmente na ocasião das greves estudantis na FNFi que ocorreram quase anualmente a partir de 1959.

Os anos prévios ao golpe foram anos de mobilizações de estudantes que não diriam respeito somente às questões estudantis como a chamada reforma universitária, mas anos em que estudantes se viam coletivamente como instrumentos de pressão para a transformação. Como na ocasião da greve estudantil de 1961, quando estudantes reivindicariam a posse de João Goulart à presidência, ou em sua maior radicalização com a greve de 1/3 de 1962 quando estudantes de todo o país exigiam representação nas congregações das universidades brasileiras, causando polêmicas cada vez maiores entre docentes e discentes na Faculdade.

No campo da História, análise privilegiada nesta dissertação, parece-me evidente na FNFi como tais questões sobre política, conhecimento e ciência vieram a ser um divisor de águas no tocante às discussões políticas e teóricas que envolviam professores e estudantes do curso de História. A análise da revista Boletim de História foi necessária para a fundamentação desta hipótese, pois a partir de sua publicação podemos depreender quais discussões apareciam no campo da História em uma Faculdade criada para a formação de professores no nível secundário.

O movimento de maior organização e intervenção política, principalmente de estudantes, no decorrer dos anos sessenta, parece tomar o mesmo sentido quando analisamos o curso de História da FNFi. Em 1959, os estudantes de História criam o seu centro de estudos e a revista Boletim de História, financiada pela FNFi. Em 1959, todos os professores do curso de História seriam contemplados com um espaço na revista, cabendo aos estudantes um pequeno espaço no editorial. Sendo a FNFi uma faculdade de formação de professores, podemos perceber que a central preocupação de estudantes e professores seria a discussão sobre a renovação do livro didático, pois circulavam naquele momento, somente manuais de História das décadas de vinte e trinta do século XX.

Nas publicações posteriores, o editorial toma características mais combativas, quando estudantes começam a questionar a concepção da construção do conhecimento histórico dos seus próprios professores, a exceção da Cadeira de História Moderna e Contemporânea, que contou com grande espaço na revista de sua primeira publicação a última, de 1963. As análises sobre o papel da História, as reformas no ensino superior e a crítica à cátedra e à relação marcadamente verticalizada entre estudantes e professores, tomariam força nos editoriais a tal ponto que professores da congregação já indicariam a

necessidade de por fim à publicação, por ter ela tomado características “notadamente políticas”. A revista é tomada por uma concepção de História envolvida em conflitos sociais, rejeitando o eurocentrismo da História ensinada no Brasil, em vista de uma formulação histórica dos colonizados. Por tal motivo, a cadeira de História Moderna e Contemporânea iria se dedicar à pesquisa do então contemporâneo processo de descolonização africano e asiático, encontrando amplo espaço para a divulgação da pesquisa na revista organizada pelos estudantes.

Estes debates também devem ser considerados a partir da realidade política brasileira nos anos sessenta. A posse de João Goulart, o movimento pelas reformas de base, a FNFi como maior base estudantil do PCB e a influência do ISEB na formação dos estudantes de História da Faculdade teriam papel fundamental para o entendimento da totalidade dos acontecimentos. Era nessa mesma totalidade que também estavam inseridos os professores, por isso mesmo o conflito não seria restrito aos estudantes e também teriam suas peijas os professores de História da FNFi.

Com a criação da APUH em 1961, os professores de História já começam a se organizar em nível nacional e com isso, aparecem às diferenças entre as escolas superiores. Tanto na construção do simpósio de 1961 quanto no polêmico simpósio de 1962, que discutiu a reforma agrária, as concepções sobre a História se diferenciavam principalmente entre a FNFi e a Faculdade de Filosofia da USP.

Principalmente os professores da cadeira de História Moderna e Contemporânea como Maria Yedda Linhares, Hugo Weiss, Francisco Falcon e Arthur Weiss iriam engajar-se profundamente para desmistificar uma História diletante e positivista tão hegemônica nos meios universitários. Seriam defensores das reformas de base propostas pelo governo do João Goulart quando na ocasião principalmente das discussões sobre reforma universitária e reforma agrária que ocorreram nos simpósios antes do golpe. Tais professores faziam parte de uma esquerda não-marxista que sofreria repressão dentro das universidades após o golpe e que não reivindicaria em nenhuma medida uma revolução socialista, mas um governo que levasse adiante as reformas sociais propostas por João Goulart.

Em análise sobre o governo de João Goulart, Florestan Fernandes indicaria ser mais um regime nacional-desenvolvimentista como de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que assegurariam a dominação em um nível político como forma de garantir uma base política fundamental para a continuidade da transformação do capital. No entanto, tem suas complexidades a partir do momento que abre um espaço de

conflito entre frações de classe e, como diria o sociólogo, precisaria lidar com a “pressão de baixo para cima”. Segundo Fernandes, as movimentações sociais nos anos sessenta teriam efeitos intimidadores.

“Houve movimentações anti-burguesas no campo e na cidade, mas que estavam longe de serem um risco imediato, todavia, eram “uma ressonância intimidadora”. “Contaminaram estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena burguesia e infiltraram sentimentos anti-burgueses nas massas populares, mas refreadas com a demagogia populista. Que estabelecia uma pressão dentro da ordem e uma convulsão social.”(...) Com os programas especiais de governo, houve um transbordamento do radicalismo burguês na direção do poder estatal, parecia ser um descontrole burguês e conseqüências negativas para a iniciativa privada e a liberdade burguesa.”²²²

Para Florestan, o momento não era em nenhuma medida pré-revolucionário, basta levarmos em consideração que a maior base da esquerda brasileira que era o PCB defendia aliança com o governo de Goulart a partir de seu programa declaradamente concebido a partir das prerrogativas de conciliação de classe e fortalecimento do Estado enquanto afirmador de uma revolução nacional e antiimperialista. A incapacidade de articulação de interesses sociais divergentes levaria a uma conspiração civil militar pelo golpe nos anos sessenta e sua materialização em 1964.

A partir de tal explanação, a caça as bruxas na FNFi seria algo que viria imediatamente após o golpe. Ainda em 1964, o diretor da Faculdade, Faria Góes, já colocaria para os congregados a intenção que o regime teria de desmembrar a Faculdade. Aquele espaço que foi palco de lutas por cursos noturnos, representação estudantil em órgãos deliberativos da Faculdade e greves estudantis que referenciavam em questões da conjuntura política do país seria posto em total esquecimento com o projeto de alienação daquele locus de luta.

Eremildo Vianna tornou-se elemento importante da análise e seria o maior desafio no sentido de sua qualificação. Diante das imensas contradições apresentadas nesta pesquisa, mais do que conclusões sobre caracterizações de sujeitos históricos, seria necessário tratá-los em sua complexidade. Eremildo Vianna, catedrático que denunciou grande parte dos professores apoiadores das reformas de base, seria um intelectual orgânico e elemento de conspiração burguesa ou seria um oportunista a procura de altos cargos? Tal questão torna-se um falso problema quando pensamos a partir da intenção do agente e não em suas ações que tem desdobramentos históricos.

²²² FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975. p.324 e 325.

Eremildo teve sim papel fundamental na perseguição de professores e estudantes que se mobilizavam - ou não – em torno das reformas de base. Teria sua figura perdurado na universidade inclusive com o fim da FNFi e a criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais em 1968. Em depoimento em resposta às denúncias que General Acyr da Nóbrega Rocha fez a Eremildo, o catedrático colocou claramente seu papel de colaborador na conspiração pelo golpe e seu papel de denúncia de elementos “subversivos” dentro da Faculdade. Seria necessário especular se o que as motivou foram as pendengas pessoais ou o comprometimento ideológico? Preferimos analisar como elas se objetivaram no curso do processo histórico.

Esta pesquisa conclui que, para além da intenção dos agentes históricos, suas atitudes se objetivam em acontecimentos, que levariam Eremildo à direção do IFCS e seus denunciados à prisão, aposentadorias forçadas, perseguições veladas e efetivas torturas agenciadas pelo regime.

Paralelamente ao verdadeiro expurgo da considerada “subversão” dentro das universidades brasileiras, coloca-se outro projeto de universidade no lugar daquele espaço de lutas. Os acordos MEC USAID, os relatórios Atcon e Meira Mattos e a lei Suplicy de Lacerda seriam elementos que seriam amplamente utilizados para a criação da lei de reforma universitária de 1968 e a objetivação da proposta de uma universidade tutelada e controlada pelo Estado.

Como síntese, esta pesquisa teve como objetivo fundamental, refletir sobre a relação entre universidade e Estado em determinado contexto histórico. Para isso procurou localizar quais seriam seus desdobramentos políticos econômicos e como se deu o desenvolvimento do controle efetivamente repressivo como forma de manutenção da dominação e transformação do capital nos marcos de um regime burguês repressivo e autocrático.

O IFCS, herdeiro da FNFi, carregaria em sua trajetória a pesada carga de consequências da forma como os embates dos anos 1960 foram resolvidos, através da repressão ditatorial e da “modernização autoritária” da reforma universitária do regime militar, que conservou grande parte das suas características mesmo após à Anistia e sua ditadura velada.

Grande parte das pessoas que viveram no ambiente da universidade dos anos sessenta assistiu ao desmanche de um projeto que apontava para a discussão de uma universidade que deveria ter suas questões discutidas não somente por membros da comunidade acadêmica, mas também precisaria ser forjada a partir de um debate com a

participação de toda a sociedade, envolvendo-a nas questões referentes ao que seria o ensino superior dali em diante e qual seria o papel social da universidade.

Esta mesma geração que sofreria com as consequências de um projeto vencido seria submetida a um regime de trabalho que preza pela tecnocracia e a uma universidade distanciada da crítica, tornando-se cada vez mais um instrumento de resultados.

A privatização da universidade tomou os rumos necessários ao capital, com seus cursos pagos, seus financiamentos de pesquisas por empresas privadas e cobrança de taxas consideradas “simbólicas” pagas pelos estudantes. Tal processo escamoteia-se por um pragmatismo pretensamente neutro. Neste contexto, são perpetuadas práticas desde os tempos da cátedra, fazendo com que os ex-catedráticos sejam mantidos no poder e garantam seus antigos privilégios, aumentando o poder dos departamentos e diminuindo a participação da comunidade acadêmica como um todo. Este fenômeno já seria estudado como um elemento da “catedralização dos departamentos”, como diria Maria de Lourdes Fávero.²²³

Neste quadro, os órgãos de fomento à pesquisa estimulariam a competição entre os cursos universitários, enviando maiores verbas àqueles cursos que se mostram mais eficientes. Tudo isso se acompanhou de um movimento de diminuição de salários e aumento das exigências, visando o crescimento da produtividade. Não é por acaso que o mestrado perde sua importância, pois se aproxima cada vez mais de uma instância de ensino do que de pesquisa, quando avaliamos a quantidade de disciplinas que os mestrandos precisam cumprir em alguns programas de pós-graduação e a diminuição do período de elaboração da dissertação, prejudicando, assim, o tempo de dedicação a sua própria pesquisa e sua autonomia crítica.

Uma das principais consequências disto no campo da História é a cada vez mais alijada relação entre o passado e o presente. O discurso de aparente “eficiência” retira qualquer legitimidade de um movimento que pense a universidade a partir de sua própria realidade social, que tente refletir a partir de uma vontade coletiva que aquela geração de historiadores experimentou nos anos sessenta.

²²³ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991.

Tal pesquisa pretendeu trazer a discussão de como a universidade se forjou durante esses anos e quais são as alternativas para a transformação, pois o resgate desta discussão também demonstra que se criaram, ao longo da História, alternativas ao projeto que, mesmo vencendo, não conseguiu expurgar dos meios acadêmicos aqueles que não se adéquam a este tipo de ordem social e acadêmica.

Fontes

I - *Entrevistas*: Cecília Maria Coimbra, Ciro Flamarion Cardoso, Eulalia Lahmeyer Lobo, Francisco Calazans Falcon e Rubim Santos de Leão Aquino.

II - *Fontes Policiais*: Coleção da Polícia Política localizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Setores: Informações, Secreto, Comunismo, Estudantil, DGIE, Recorte de Jornais, Informações Solicitadas, Político, Boletim Reservado, DOPS e ADM.

Prontuários GB: Guy José de Holanda, Eulália Lahmeyer Lobo, José Luis Werneck da Silva e Manoel Maurício de Albuquerque.

III – Documentos oficiais da Faculdade Nacional de Filosofia encontrados no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES /UFRJ)

Atas da Congregação: 1959 – 1968

Atas do Conselho Departamental: 1959 -1968

IV – Revista Boletim de História. 1959, 1961, 1962 e 1963. Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos IFCS/UFRJ.

V- Anais do Simpósio da APUH de 1962. Arquivo Pessoal de Manoel Maurício de Albuquerque. Arquivo da Cidade – Rio de Janeiro.

Bibliografia

ARMONY, Miguel, *A Linha Justa: a Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*, Rio de Janeiro, Revan, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In ORTIZ, Renato (org) *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996

COIMBRA, Cecília Maria B. *Gênero, Militância, Tortura*. In: STREY, Marlene. AZAMBUJA, Mariana. P. Ruwer de. JAEGER, Fernanda Pires. (Orgs.) *Violência, Gênero e Políticas Públicas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e Descaminhos* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: O corpo docente e matizes de uma proposta autoritária Op.Cit. p.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: Os*

cursos começando a desenrolar um novo. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1989.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. *A Universidade: Reforma ou Revolução?* São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1975; 2a. edição, 1979.

_____. *Desafio Educacional*, São Paulo, Cortez Editora, 1989.

FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, Edusc, 1998.

FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane; FILHO, Oswaldo Munteal. (Orgs.). *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Contraponto, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. “Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” in *Cadernos do cárcere*, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000.

_____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LINHARES, Maria Yedda. Entrevista cedida à revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política In Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Coleção os Pensadores - Abril Cultural, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. (Org.). *Histórias do ensino da História do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina. (Org.). *Estado e Historiografia no Brasil*, Niterói, FAPERJ/EdUFF, Niterói, 2006.

_____. *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói, Vício de Leitura/EduFF, 2005.

MENDONÇA, Sonia. R. de & FONTES, Virginia. M. *História do Brasil recente, 1964-1992*. 4ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Ática, 1996.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PONTE PRETA, Stanislaw. “Eremildo e o Bidê” in *FEBEAPÁ 2, 2º Festival de Besteira que Assola o País*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1967.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SEGANFREDO, Sônia Maria. *Une: Instrumento de Subversão*. Rio de Janeiro, Ed.GRD, 1963.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. MATTOS, Hebe Maria. FRAGOSO, João. (Orgs.) *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro, Mauad/FAPERJ, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) . *ISEB: Ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964*, in: *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. V.1. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WERNECK DA SILVA, J. L. *A Deformação da História ou Para Não Esquecer; Brasil: Os Anos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

